UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

LUCIANO XIMENES ARAGÃO

Um prato bonito com as beiradas quebradas – a produção do espaço na Rocinha (RJ)

São Paulo
2011
VERSÃO CORRIGIDA

LUCIANO XIMENES ARAGÃO

Um prato bonito com as beiradas quebradas – a produção do espaço na Rocinha (RJ)

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Doutor em
Geografia Humana

Área de concentração: Geografia Humana

Orientadora: Professora Dr^a Amélia Luisa
Damiani

De acordo com as correções da presente
versão.

Prof^a Dr^a Amélia Luisa Damiani

São Paulo

2011

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Aragão, Luciano Ximenes

Um prato bonito com as beiradas quebradas – a produção do espaço na Rocinha (RJ)/Aragão, Luciano Ximenes; Orientadora Damiani, Amélia Luisa.

135 f: il

Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2011.

1 . Rocinha. 2. Produção do Espaço. 3. Alienação. I. Damiani, Amélia L. II. Título. III. Título: Um prato bonito com as beiradas quebradas.

CDD

Nome: Luciano Ximenes Aragão

Título: Um prato bonito com as beiradas quebradas – a produção do espaço na Rocinha (RJ)

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Geografia Humana.

Aprovado em: 10/02/2011

Banca Examinadora

Prof. Dra. Amélia L. Damiani

FFLCH-USP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Alvaro Henrique de Souza Ferreira

PUC – Rio de Janeiro

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. João Rua

PUC – Rio de Janeiro

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Heinz Dieter

FFLCH-USP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos

FFLCH-USP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

**Dedico este trabalho a João Rua, Helion Povia-Neto,
Álvaro Henrique e Rogério Haesbaert**

AGRADECIMENTOS

Este trabalho contou com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Muitos se envolveram neste trabalho, direta ou indiretamente, expressando elevado grau de compreensão e ternura num momento que considero especial agradecer. É uma tarefa difícil, porque sempre incorremos no medo de esquecer alguém. Sinto-me muito honrado e agradecido por ter sido orientado pela Professora Amélia Damiani a quem agradeço imensamente.

À banca de qualificação pelas ricas sugestões que reforçaram sobremaneira meu aprendizado formada pela Professora Dra Ana Fani e Professor Dr. Ancelmo Alfredo – e pelas inesquecíveis indicações que tive o privilegio de receber de ambos.

Aos amigos do Labur: Márcio, Luciano Marini, Jean, James, Zé, que ofereceram o clima necessário de um rico aprendizado, de trocas mútuas e de acolhimento, os quais foram essenciais nesses momentos.

Aos amigos do Rio: Alexandre, Jeremias, Edmar, Marcelo e tantos outros que, com sabedoria, também entenderam minhas ausências.

A minha família, minha mãe, irmãos e irmã, demasiadamente compreensivos com minhas ausências.

Aos meus colegas de trabalho, em especial às Prof^a Giorgina, Ana Beatriz e ao Professor Paulo Rebelo, e, Iolanda, incontestavelmente compreensíveis.

À Cacilda, D. Narcisa, sempre muito acolhedoras nas horas em que tomei tempo da professora Amélia.

À Sophia (*in memoriam*), mesmo sem saber, trazia tranquilidade pela ternura que oferecia a todos nós.

Aos amigos da Rocinha: Martins, Eliete, PC, e Maria Helena que souberam oferecer uma convivência harmoniosa e respeitosa, repletas de descobertas, que sempre deixavam um gostinho de quero mais nas nossas conversas e reuniões.

Então vi o Aleph. (...) começa aqui meu desespero de escritor. Toda linguagem é um alfabeto de símbolos, cujo exercício pressupõe um passado que os interlocutores compartilhem; como transmitir aos outros o infinito Aleph, que minha tímida memória mal e mal abarca? (...) Mesmo porque o problema central é insolúvel: a enumeração, sequer parcial, de um conjunto infinito. Nesse instante gigantesco, vi milhões de atos agradáveis ou atrozés; nenhum me assombrou mais que o fato de todos ocuparem o mesmo ponto, sem superposição e sem transparência. O que os meus olhos viram foi simultâneo; o que transcreverei será sucessivo, pois a linguagem o é. Algo, entretanto, registrarei.

Jorge Luis Borges

Resumo

Este trabalho foi desenvolvido na favela da Rocinha (RJ) e utilizando-se de observações de campo, procurou sistematizar a noção de produção política do Espaço, suas implicações sobre os metamorfismos vividos por sua população. Enumera as formas pelas quais se estabelecem sucessivos processos de alienação, apoiando-se na dialética sócio-espacial. Procedeu-se ao desvendamento desses processos de alienação, indicando os distintos mecanismos em que estes se manifestam. A preocupação fundamental era a de partir do concreto chegar às abstrações e por fim formatar a compreensão do complexo e fragmentado cotidiano dos residentes na Rocinha.

ABSTRACT

This study was conducted in the slum of Rocinha (RJ), and using field observations, we tried to systematize the notion of *political production of space*, its implications on metamorphisms experienced by its people. It lists the ways in which they lay successive processes of alienation, drawing on socio-spatial dialectic. Proceeded with the unveiling of these processes of alienation, indicating the different mechanisms by which these are manifested. The main concern was to get from the concrete and in abstractions, and finally format the understanding of the complex and fragmented daily life of residents in Rocinha.

LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

Lista de Fotos

Foto 1 – Rocinha e São Conrado, no início do séc. XX.	43
Foto 2 – São Conrado e Rocinha, no início dos anos 1950.	43
Foto 3 – Fábrica Sudantêxtil (década de 1950)	44
Foto 4 – Aspectos da Rocinha no final da década 1970.	44
Foto 5 – Construção do Túnel Dois Irmãos (início da década de 1970).	45
Foto 6 – O Túnel Dois Irmãos, logo após a sua construção	45
Foto 7 – Momento de negação	46
Foto 8 – Os percursos	59
Foto 9 – A segunda passarela (de ferro)	103
Foto 10 – A “terceira” passarela (de concreto)	104
Foto 11 – A “quarta passarela”	105
Foto 12 – Situação geográfica da Rocinha	106
Foto 13 - Fábrica Laranjeiras.	118
Foto 14 - Fábrica Bangu.	118
Foto 15 – Becos na Rocinha	119

Lista de Figuras

Figura 1 – Mapa esquemático da Rocinha	60
Figura 2 – O momento de operação do Negativo	125
Figura 3 – “Tendências” da Produção Política da Sociedade	125
Figura 4 – Momento que revela manipulação política em função da candidatura de Claudinho da Academia	126
Figura 5 – simbiose entre o legal e ilegal	126
Figura 6 – Momentos que revelam a mudança da quantidade em qualidade.	127
Figuras 7 e 8 – A potência das representações	128
Figuras 9 e 10 – As promessas (sic) das intervenções realizadas pelo PAC.	129
Figura 11 – Evidências da reedição da escola hausmanniana através do PAC	130
Figura 12 – Momento da mistificação – apresentação das “vantagens” do PAC	131

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Crescimento da população total e residente em favela no Município do Rio de Janeiro (1950/1991)	33
--	----

SUMÁRIO

Introdução – De janelas Abertas	13
Capítulo I – Adentrar as Janelas: A Perspectiva de seus Desdobramentos	25
Capítulo II – Os Labirintos Teórico-Metodológicos	52
Sobre os lugares e as coisas	54
Sobre os percursos metodológicos e ontológicos	62
Capítulo III – Os Seres e as Coisas, <i>Produção</i> e Valor	80
Capítulo IV – A Cidade se Ergue como Ser Estranho	87
Considerações Finais	113
Referências bibliográficas	117
Anexos	121

INTRODUÇÃO

DE JANELAS ABERTAS ...

A origem do espetáculo é a perda da unidade do mundo, e a expansão gigantesca do espetáculo moderno revela a totalidade dessa perda: a abstração de todo trabalho particular e a abstração geral da produção como um todo se traduzem perfeitamente no espetáculo, cujo modo de ser concreto é justamente a abstração. No espetáculo uma parte do mundo se representa diante do mundo e lhe é superior. O espetáculo nada mais é que a linguagem comum dessa separação. O que liga os expectadores é apenas uma ligação irreversível com o próprio centro que os mantém isolados. O espetáculo reúne o separado, mas o reúne como separado.

Guy Debord, 1997.

Era dia 5 de outubro de 2008, véspera da eleição municipal que definiria as vagas para o exercício dos poderes executivo e legislativo na cidade do Rio de Janeiro. Decidi ir à Rocinha para colher dados sobre esse pleito eleitoral. Ao chegar à Rua 1, uma de suas localidades, desci do ônibus para fazer mais uma das inúmeras caminhadas realizadas desde o início de minha pesquisa. Em um dos primeiros becos em que entrei, observei uma das casas com uma janela de esquadria de alumínio aberta. Num dos lados da janela, os residentes colaram material de propaganda política eleitoral, adesivos com inscrições de nomes de candidatos políticos. Podia-se visualizar, de baixo para cima, o adesivo de Leonel Brizola, que governou o Estado do Rio de Janeiro por dois mandatos e candidatou-se à presidência da república por duas vezes; em seguida, estava afixado o plástico de Anthony Garotinho, eleito para o governo do Estado do Rio de Janeiro após a gestão de Marcelo Alencar em 1998. Na sequência, pude identificar o adesivo de Rosinha Garotinho, que governou o Estado do Rio de Janeiro no período de 2002 a 2006. Por fim, havia a inscrição “Claudinho da Academia”, concorrente, no presente pleito eleitoral, a vereador pelo PSDC. Trata-se do atual presidente da UPMMR – União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha, associação que detém a hegemonia do poder na comunidade em termos de cobertura territorial.

Os adesivos das propagandas destes candidatos expostos à janela retratam os momentos políticos da metrópole carioca e ao mesmo tempo permitem explorar suas

transformações recentes, e podem ainda nos ajudar a colocar em perspectiva as suas ambiguidades, de certa forma, inerentes à complexidade do momento presente.

Os nomes de Leonel Brizola e do casal Garotinho nos deixa entrever o apelo populista e também a forma pouco “sofisticada” do procedimento da política no estado ao longo de sua história recente. O período brizolista se revela como um momento significativo para os moradores das favelas, pois foi um marco em que se destacava o “voto revoltado” de seus moradores, na medida em que retrata um período de esgotamento das históricas repressões e ameaças de remoção das favelas.

O então candidato Claudinho da Academia, por seu turno, não se enquadra no perfil de “líder carismático”, sua trajetória não está inscrita num histórico de aproximação às massas, tampouco se tem notícia de que seu passado esteja ancorado a uma militância política. Embora tenha sido empossado em 2007, há em torno dele um clima de desconfiança, conforme foi apontado por alguns moradores em conversas informais, pois a sua ascensão ao poder, assim como seu ingresso na referida Associação, na atual gestão, foi imposta pelo chefe do tráfico local¹.

¹ Gostaria de enfatizar esse ponto, na medida em que os processos políticos estão fortemente imbricados à questão da apropriação e uso do espaço (social) mas também do tempo. Existe um certo *aménagement* do território embotado de contradições no que diz respeito a essas temporalidades, sobretudo quando se observa os discursos em torno da modernização e com certa carga de liberalismo. De um lado, em que pese discursos em favor da livre-iniciativa, os arranjos políticos locais estão sobrepostos e interpostos em distintas escalas do espaço social, cujo nível de análise possível é o da vida cotidiana, como veremos ao longo da pesquisa. Mesmo que, na maioria das vezes, os discursos envolvendo a modernização do Estado e da política sejam atravessados pela noção de modernização da política, permanece, como se verá mais adiante, o mandonismo local, o clientelismo, o assistencialismo, a política do favor, embutidas nas promessas de candidatos a cargos políticos, o que, contraditoriamente revela-nos a tradição e não o seu contrário, a referida modernidade. Acrescente-se no caso em particular das comunidades carentes do Rio de Janeiro – e aí se inclui a Rocinha – a irrelevância das eleições para a presidência de associações de moradores, pois a quem cabe a designação final dos líderes de associação de moradores são narcotraficantes. Pode acompanhar o período das eleições para a sucessão à presidência da UPMMR (União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha) e embora seja um dos canais mais significativos da democracia na escala intra-urbana, o seu inverso é que de fato procede. Não houve *quorum* significativo (revelando-se desse modo a fraca participação de votantes e houve a suspeita de que seu atual presidente, como apontado acima, foi designado pelos traficantes). A alienação política já se faz presente no cotidiano mais imediato e com implicações sobre as práticas sociais. Nesse mesmo período também vem se manifestando o controle de várias favelas por milicianos; os meios de comunicação chegaram a divulgar as favelas que são dominadas pelos traficantes e as que o são pelos milicianos. O mais curioso, entretanto, foram as frequentes negociações entre os políticos e esses grupos (milícias e traficantes) para que houvesse a permissão de acesso de candidatos para realizarem suas campanhas. A tensão entre o instituinte e o instituído se torna notável. Alguns desses políticos, por razões óbvias – temendo intimidações ou mesmo por se beneficiar desses “fechamentos” das comunidades – negavam, em entrevistas, que haviam sido impedidos de acessar as áreas faveladas. Outro aspecto

Essas notas sobre os adesivos à janela, assim, marcam certas temporalidades inscritas no espaço e servem de pano de fundo para iluminar contradições, continuidades e rupturas de maneira a vislumbrar a relação entre economia e política, sociedade e espaço, a partir de suas complexas articulações ao cotidiano.

A reflexão sobre a situação acima impõe ainda questões que se inserem em quadros mais amplos para a compreensão do modo de apropriação – simultaneamente política e econômica – dos espaços de residência da classe trabalhadora e que, certamente, apresentam impactos que afetam a vida cotidiana.

Convém assinalar, no caso das diversas comunidades de baixa renda do Rio de Janeiro, e da Rocinha em particular, que a passagem de mandato, tempo de domínio do casal Garotinho para um momento de centralização em torno de Claudinho da Academia, enceta algumas implicações importantes, pois essa transição aparece como indicador de mudanças na mencionada apropriação política do espaço (se atentarmos para o caso da Rocinha), no sentido em que sobressaem formatos diferentes dos que então vigoravam (mas que, sob determinadas perspectivas implicam em continuidades). Se antes, por exemplo, era possível visualizar certo “cosmopolitismo”, traduzido pela “capilaridade” em relação à penetração de políticos à comunidade para fazer suas campanhas eleitorais, a situação atual é marcada pelo “fechamento” da Rocinha em torno de apenas um candidato. Os jornais divulgaram recentemente notas de que outros concorrentes estavam impedidos de aí ingressar com o mesmo intuito, isto é, o de promover campanhas políticas. Em resposta, as áreas de favelas dominadas pelos narcotraficantes (ou pelas milícias) foram ocupadas pelas forças militares do Exército com o propósito de garantir o processo democrático durante as eleições de 2008. As liberdades individuais e os direitos sociais, em certa medida, são tolhidos, pois ganham visibilidade apenas na sua natureza formal (dentro de limitações possíveis).

A reflexão em torno da relação entre economia e política ganha relevância na medida em que encontramos na outra face as relações entre capital e trabalho, sociedade e Estado. É nesse quadro que se pretende inserir as transformações apresentadas nos últimos anos na metrópole do Rio de Janeiro, e que abrem possibilidades para a

foi a presença das forças armadas – a partir de decisão negociada entre o Governo do Estado e a União – para ocuparem as áreas sob a prerrogativa de garantir os processos democráticos.

compreensão do processo de degradação e fragmentação da vida cotidiana na favela da Rocinha.

A título de propor as primeiras aproximações, dentro de uma perspectiva em que a direção tomada é a da restituição da crítica da economia política ao espaço, cabe apontar, ainda que de forma breve, a evolução da relação, *aparentemente* harmônica, entre Estado e Economia. Acenamos desde já os pilares que sustentam a lógica desses processos, indicando o necessário resgate do debate entre as tendências liberais e, portanto, conservadoras, e as que procuram recuperar uma perspectiva crítica, aquelas que pressupõem as transformações da sociedade. É importante observar a necessária atualização desse debate porque isso traz implicações importantes para a compreensão das práticas sociais envolvidas nas favelas; supõe-se que é uma das estratégias aqui pensadas para por em perspectiva os processos de alienação e o espaço. Pretensamente, sobrevém uma preocupação ontológica interna à ciência: uma reflexão sobre o real-concreto em movimento, apesar de desafiadora, deve estar pressuposta sob a perspectiva do espaço geográfico².

É sob essa problemática que nos orientamos em busca de um recorte analítico, a fim de compreender como a Rocinha se apresenta atualmente o que pretensiosamente, inclusive, pode se estender para a compreensão de situações vividas nas demais áreas de comunidades de baixa renda das metrópoles brasileiras. Procura-se, a partir da caracterização desse quadro, restituir certo *movimento* nesse recorte, enfatizando os processos sociais, ancorados na espacialidade. A prática social torna-se, assim, simultaneamente, o ponto de partida e o de chegada para a compreensão da complexidade que se impõe à relação entre sociedade e espaço. A essa problemática, entretanto, se acresce a conformação de uma urbanização que transforma o espaço em “território economizado”, com contornos (algumas vezes evidentes, outras não), de reedição de processos de acumulação primitiva, porque envolve a despossessão e, num

² Embora por demais pretensiosa, a seleção da abordagem escolhida se situa numa perspectiva do materialismo histórico e dialético, como aponta o geógrafo Sérgio MARTINS (1999), para se pensar nas contradições e na crítica da economia política do espaço, necessário se faz remontar a Marx, retirá-lo dos “monturos da história” (p. 14). Mas não se trata, evidentemente, do marxismo ortodoxo ossificado a que foi relegado o pensamento estruturalista, tendo à frente Althusser e seus seguidores, assevera, decerto, o autor.

âmbito mais preciso, processos de alienação³. Eis o cerne da nossa problemática: os paradoxos entre a crescente expropriação e a crescente despolitização e ausência de ações que possam superar esse estado de coisas.

Uma vez que se busca o *movimento* que atravessa a relação entre sociedade e espaço, na pretensão de restituir a este último a crítica da economia política, necessário se faz, igualmente, recompor a história que contextualiza os processos sociais. Deste modo, é necessário reforçar a perspectiva de que o capitalismo é um sistema histórico, e daí torna-se possível compreender a tensão que se estabelece no debate atual entre os apologistas liberais e as correntes críticas, necessárias para compor a sua oposição⁴. Eis, assim, um dos eixos que nos auxiliam no processo de desvendamento das lógicas perversas que tomaram assento nas décadas recentes, e que nos ajuda a desvendar a sucessão de políticas, cujos resultados, demonstrados através de certa lógica da produção do espaço urbano trazem como consequências injustiças sociais, revelando-nos mais continuidades que, propriamente, rupturas em relação aos momentos anteriores. Enfim, o que se deseja colocar em perspectiva é a permanência das

³ Uma interessante interpretação da ligação entre a produção de um “território economizado” e os preceitos do que se poderia chamar de reedição da chamada *acumulação primitiva* nos é dada por DAMIANI (2008), estudando o caso do Rodo-Anel paulista como fronteira para acumulação do capital, transformando a sua composição orgânica através no/do espaço, considerado capital fixo. Lógico que aqui consideramos os paralelos dessa situação para o caso do Rio de Janeiro, entretanto, suas manifestações se dão de forma bem específicas, com táticas e estratégias diferenciadas, uma vez que comparemos as duas metrópoles. Decerto, é uma característica própria do desenvolvimento desigual e combinado inerente ao capitalismo, mantendo suas temporalidades, igualmente diferenciadas e diferenciadoras (pois não estão dadas e nem pressupostas, estão implicadas no processo mais geral). A pesquisa que ora desenvolvo foi inspirada em grande medida na combinação dessas abordagens, considerando que aqui elas são adequadas para a compreensão da produção do espaço na situação contemporânea. A contribuição mais marcante aparece ao se observar a tomada de posição da autora, é quanto à operação do negativo, em suas complexas dimensões para a compreensão sobre o modo como se processa a urbanização enquanto movimento. Desse modo, se separa o que está pressuposto do que está em movimento.

⁴ Os anos 1980 foram marcados por transformações muito peculiares na economia mundial com fortes rebatimentos sobre as da periferia. Desenvolveu-se um debate e, no caso do Brasil, uma campanha em que o Estado deveria se manter à margem da economia, enxugar suas atribuições, através dos processos de privatização. Nos anos 1990, a política oficializada pelo FMI, através do conhecido Consenso de Washington propugna além das privatizações, cortes das atribuições do Estado de bem-estar social. A era Reagan, Thatcher, para os EUA e Reino Unido, respectivamente, e Collor para o Brasil, se reveste de forte apelo simbólico em que se destaca, no caso brasileiro, a liberalização da economia, e seus corolários: a precarização/desregulação das relações de trabalho, a terceirização, etc. Os apelos mais evidentes estavam ligados à livre-iniciativa, o empreendedorismo, colocando-se o mercado como o grande regulador das relações sociais, notadamente, da relação capital/trabalho. (Cf. FIORI, 2001 e PASSET, 2002)

contradições envolvidas na lógica da acumulação ampliada do capital, a qual inclui o espaço na reprodução das relações de produção. (CARLOS, 2008)

Com o objetivo de recuperar o debate em torno de questões entre capital e trabalho, sociedade, política e espaço, e considerando-se as continuidades, as rupturas e as tensões latentes ou efetivamente presentes nas determinações sociais, observam-se sequência de momentos que delineiam algumas ponderações a fim de alicerçarem nossas proposições ou hipóteses.

O momento que sucede à superação da economia mercantil, baseada no exclusivo colonial, constituinte dos monopólios e do forte controle das potências imperialistas, é encetado pelo capitalismo concorrencial. Segundo os preceitos liberais, não se admitia a intervenção do Estado na economia, ou pelo menos, defender-se-ia que suas ações deveriam ser limitadas. Notadamente, a “mão invisível” do mercado resolveria as ameaças de crise, pondo termo aos eventuais descompassos que se estabeleciam entre oferta e demanda.

O período anterior à década de 1930 foi marcado, decerto, pela livre-concorrência e pela dominância da “mão invisível” do mercado (mesmo que não se possa aqui absolutizar sua primazia, uma vez que nos reportemos à constituição de nações beligerantes e à consolidação de grandes monopólios, ou ainda ao destaque que daremos mais adiante a chamada acumulação primitiva). Seguiu-se uma crise de superprodução, podendo esta ser interpretada como uma crise de demanda, e obtendo como resposta a intervenção estatal. Embora tenha havido crises em momentos anteriores, vale lembrar que estas não atingiram de forma profunda o curso da acumulação. Algumas delas foram resolvidas a partir do espaço, via expansão horizontal do sistema de acumulação capitalista, incorporando com maior intensidade as áreas periféricas. (HARVEY, 2005)

O intervencionismo estatal, com a generalização dos modos de regulação que lhe são subjacentes, reunindo um conjunto de preceitos institucionais, políticos e macro-econômicos (em especial no pós-Segunda Guerra), ao “tomar as rédeas da economia”, contribuiu para promover um ciclo de forte crescimento, destacadamente nos países centrais. Porém, esse período foi sucedido por uma crise que se instaura desde o início dos anos setenta. É possível sustentar (ainda que incorra em certa ousadia) que a crise desde então passa a ser, simultaneamente, do Estado, do Capital e do Trabalho. Logo,

as crises cíclicas – também do mercado – se tornaram inexoráveis. Os recursos e as estratégias para a sua superação se manifestaram através da materialização de um sistema de desregulação, consolidado em certo regime de acumulação e num modo de regulação. (HARVEY, 1989; LIPIETZ, 1991).

Contudo, não se deve perder de vista as especificidades das economias periféricas, pois nelas crescimento e desenvolvimento (quase) nunca coincidiram. Como resultado, os benefícios sociais dos regimes de regulação absorveram um caráter limitado. As medidas, ações (ou omissões) do Estado, no Brasil, estiveram ligadas às necessidades da acumulação; jamais se contemplou o consumo (ou a esfera da reprodução no sentido estrito) e – se quisermos atentar para um sentido mais amplo – à cidadania. (OLIVEIRA, 2003)

Nas últimas décadas, considerando-se o caso particular de economias periféricas como a brasileira – embora enseje, a princípio, um exame mais minucioso – é possível apontar, na evolução recente da economia e da política nacionais, um momento inicial, que corresponde aos anos 1980 e prossegue até o início dos anos 1990, em que o Estado passa a administrar a crise a partir de mal sucedidos ajustes macro-econômicos; e períodos recentes, marcados por tentativas de administração da *exceção*, embebidos em contradições e ambiguidades.

Uma vez que a preocupação dos governos desde então passou a ser a de administrar a crise, na busca da retomada do crescimento econômico em detrimento de investimentos na esfera social, as possibilidades de formular políticas capazes de gerar empregos e/ou de manter padrões redistributivistas através desses investimentos, sofreram retrocessos em virtude da diminuição de recursos destinados à educação, à saúde, à habitação e ao saneamento. Nas nações em que a população já sofria precariedades e carências em função do modelo de acumulação que então vigorava, a reestruturação produtiva não foi acompanhada por nenhuma medida compensatória, e tudo isso redundou numa crise social que incluiu a cidade. A distância relativa ao crescimento – agora em crise – se tornou ainda maior em relação ao desenvolvimento. Houve momentos, em especial no final dos anos 1990, que se travou intenso debate envolvendo a questão urbana dando-se ênfase à “governabilidade”, à “governança urbana”; destacou-se também a relação entre governabilidade e pobreza, sugerindo-se, grosso modo, que a crise da acumulação parecia travestida de uma crise política, na

medida em que a pobreza que assolava as metrópoles tinha como pressupostos a violência, o descontrole e desajustes sociais então verificados por grupos mais conservadores. Advogava-se que cabia ao poder local contornar a “(in)governança”⁵.

Nas últimas décadas, as condições de vida de grande parcela da população brasileira foram alteradas por fatores como o aumento do trabalho informal, os baixos salários e a ausência de um programa habitacional efetivo. Interrogamos: a situação vivida hoje não seria um aprofundamento (ou desdobramento) do que foi experimentado nos anos anteriores? Na atualidade, tal situação parece-nos agravada, ainda que se tenham registrado elevados níveis de crescimento nesses períodos (como os que se manifestaram na década de 1970), quando a economia era orientada pelos PNDs, sustentados por investimentos estrangeiros e forte intervencionismo estatal. Nos anos seguintes, acredita-se, não houve uma ruptura com os períodos anteriores, mas sim uma continuidade, dir-se-ia, perversa. Dessa maneira, a luta pela sobrevivência passou a ser cada vez mais marcada pela precariedade do acesso às ocupações, à moradia, entre outros direitos sociais.

Cresceu a dívida social (porque concomitantemente também cresceram as contradições), ou pelo menos se acentuam determinados padrões de acesso à renda e à moradia. Eleveu-se a primazia do mercado e do consumo. Mas também se torna presente a exploração do trabalho, caracterizando-se na exacerbação da exploração do trabalho não-pago em diversas modalidades, muitas delas sutis, no sentido de que escapa a uma percepção imediata e, por vezes, suscitam polêmicas.

⁵ A gênese dos conceitos de *governance* e governabilidade aparece de forma explícita na coletânea coordenada por VALLADARES, Licia & COELHO, Magda Prates. *Governabilidade e pobreza no Brasil*. Decorrente da crise do Estado de Bem-Estar Social, o debate em torno da Governança, conforme aponta um dos artigos, tem lugar primeiramente nos países centrais. No Brasil a discussão esteve vinculada ao excesso de demanda do Estado, de direitos e de participação e que teve como consequência a incapacidade política e reguladora das instituições. Entretanto, insistimos: sempre esteve em jogo foi certa (i)lógica de concentração de riqueza no país, retrato de sua desigualdade social e que tem como um de seus nexos a incapacidade de fomentar ou planejar políticas redistributivistas. Ao contrário, se acentuaram mecanismos de transferência de riquezas entre os grupos sociais, e aumento, como já dissemos, da distância social entre estes. Se há forte insistência sobre essas questões em vários pontos até aqui levantados, isto se deve à conformação dos processos de alienação que anda colada com esses processos.

De todo modo, o que nos interessa mais de perto aqui é demonstrar que nesse percurso, emerge a interpretação de que, o que subjaz em torno de um crescimento econômico que não encontra paralelo com os desideratos da justiça social, é a reiteração do processo de acumulação e suas condições de manutenção.

Como um de seus sinais fenomênicos (das condições assimétricas entre os níveis de produtividade e os processos de acumulação nos dias atuais) nos é demonstrado pelo crescimento das favelas e dos loteamentos irregulares nas periferias das grandes cidades (em que a cidade do Rio de Janeiro, em especial o núcleo metropolitano e sua periferia, não constitui exceção). As tendências nos anos anteriores revelavam essa conjuntura, através de altos níveis de desemprego, elevada concentração de renda, arrocho salarial, com suas respectivas e crescentes perdas reais e nominais, além de altas taxas de inflação, que alimentaram a malfadada “ciranda financeira”.

Essas situações representam indícios flagrantes de uma lógica de distribuição que não contempla amplos setores sociais, ao contrário, nota-se a criação de mecanismos que aprofundam a distância separadora de determinado setor social, aquele que comanda a lógica dessa distribuição de uma maioria permanentemente penalizada, sem acesso ao atendimento à saúde, à educação, ao emprego, à moradia, culminando num “perverso acesso à injustiça social”⁶.

Nos desdobramentos seguintes da presente pesquisa, as questões que a orientam são assim qualificadas:

- 1) Quais são os termos da alienação, considerando a crescente dilaceração do humano, do homem e de sua humanidade?
- 2) Que papel apresenta a dialética entre as representações do espaço e a esfera do vivido?
- 3) Quais os termos da reprodução política da sociedade e sua relação com os termos da urbanização crítica (DAMIANI, 2007, 2008), observando seus

⁶ Remeto aqui à concepção trinitária de Marx, na sua crítica da economia política. No resultado do produto social, o capital investido resulta em lucro, a terra em renda fundiária e o trabalho em salário. Os clássicos e depois os neo-clássicos, desprezam o fato de que nessa distribuição do produto social, não há o componente mais importante, que é a mais-valia.

desdobramentos no espaço metropolitano, concernente a oposição habitantes de favelas e não-favelados?

- 4) Que posicionamentos devem estar destacados frente aos complexos processos sociais, às táticas e estratégias, observando-se os espaços favelados do Rio de Janeiro, em especial a Rocinha?
- 5) Que relação se apresenta entre a lógica da produção do espaço urbano e a lógica que enceta processos de alienação e de desalienação?
- 6) Como se apresentam os níveis de análise para identificar a posição dos distintos moradores na conformação do urbano-metropolitano?
- 7) Que desafios se apresentam ao *vir-a-ser* na Rocinha?
- 8) Que relações se manifestam entre a fronteira urbana e a acumulação do capital no caso aqui estudado?

Os desafios também se apresentam inerentes às posições do sujeito (cognoscente) e seu objeto na sua pretensão de um desvendamento de uma realidade tão complexa, dinâmica e movente como a que é nos apresentada pela Rocinha dentro da escala da metrópole e da mundialidade do espaço (CARLOS, 1999). À primeira vista, as questões são por demais pretensiosas porque sugere-se, a princípio, sua magnitude para ser tratada no âmbito de uma tese. Mas, por outro lado, há o reconhecimento de abertura para o *possível* considerando um momento em que a precarização da vida da *classe-que-vive-do-trabalho* tem assumido contornos cada vez mais nefastos⁷. Em que,

⁷ Nos anos recentes tem crescido no âmbito da sociologia do trabalho e de alguns pensadores da economia, o debate sobre as inovações tecnológicas e os padrões de acesso ao trabalho. Em seu cerne, encontra-se a reestruturação produtiva que combina os avanços das técnicas com precariedade do acesso ao emprego (terceirização, subcontratação, etc.), pondo-se em questão a centralidade do trabalho ou a utopia do aumento do tempo livre. Consideramos que não se deve esquecer que para Marx é somente através de expropriação de mais-valia que o capital se realiza e é a partir do mais trabalho que aquela é expropriada. A complexidade da questão tangencia o âmbito desta pesquisa, embora não seja de somenos importância, pois é o eixo aqui vislumbrado para justificar um estudo que eleja um enfoque que relacione a produção (social) do espaço com a intensificação de processos de alienação. Por esta razão, adotamos o conceito de classe-que-vive-do-trabalho, substantivando-a ao mesmo tempo, conforme ANTUNES (1999), ao dialogar com autores como Clauss Off, Andre Gorz e a utopia do fim da sociedade do trabalho habermasiana. A esse debate, vale acrescentar, as referidas formas sutis de exploração em outras bases, comentadas pelo sociólogo Francisco de OLIVEIRA (2003), as quais já nos referimos, demonstrando-as através de exemplos que vão das diferentes estratégias de sobrevivência ligadas à informalidade do acesso ao trabalho às operações dos caixas eletrônicos nas modalidades de auto-atendimento. Sugere o sociólogo que nesse momento

enfim, soa paradoxal uma maior intensificação da exploração do trabalho, a degradação da vida cotidiana de um lado e a generalização de uma relativa passividade/despolitização da vida social do outro.

As leituras sobre a favela hoje nos colocam diante de certos desafios porque são múltiplas as dimensões em que essas localidades onde vive parcela significativa da população podem ser abordadas. Apesar de uma variedade de abordagens e finalidades, as discussões e representações sobre o objeto não estão esgotadas. Deve-se ainda incluir dentro dessa problemática as grandes transformações porque passa a favela, portanto, admite-se certo movimento, destacadamente, o da vida cotidiana. Eis porque face essa complexidade aparece um convite para abordá-la com um método igualmente complexo e que procure apreender as referidas transformações. Por esta razão a forma selecionada para apresentação dessa pesquisa começa com sua problemática, as transformações (políticas) recentes na favela da Rocinha, cujo propósito é chamar a atenção para o desenvolvimento do corpo da pesquisa que, aparentemente, assume a forma de idas e voltas ao objeto, de diálogos constantes entre a teoria e o método, porém com acréscimos, porque foi a partir dele que a investigação foi sendo constituída.

Com isto, não se desejou demonizar o formalismo e beatificar métodos não convencionais, mas estabelecer o diálogo entre ambos, tendo em vista enriquecer o referido movimento que inclui distintas esferas: a econômica, a política, a social, referendadas pela ênfase na vida cotidiana.

A sua constituição se cerca, assim, de um método que oscila entre o presente e o passado, entre as escalas metropolitana e local, cujo intuito é o de buscar a totalidade em que os processos sociais acontecem. Contudo, acrescente-se que buscou-se a unidade entre a teoria e o método.

No primeiro capítulo tratamos da constituição – ainda que de forma introdutória – da chamada *reprodução política da sociedade* e esta não se apresenta isenta das tensões que se estabelecem entre as representações e o real, portanto, são processos que estão colados, tendo como culminância alguns dos “equivocos” sugeridos para as intervenções em áreas de favelas.

se trabalha para o banco (supõe que isso é trabalho não pago) e no final sentencia: a população não está empregada mas está ocupada.

No segundo capítulo voltamos ao método tendo a preocupação de apresentar as condições em que a pesquisa foi realizada, tentando demonstrar seus complexos labirintos. Deseja-se que se perceba o reconhecimento da unidade entre a teoria, o método e o conceito.

O terceiro capítulo aborda os níveis de análise, que, embora estejam separados, tem-se a consciência de que um está implicado no outro. É o momento em que se observa a unidade da pesquisa. Procede-se as considerações finais, tentando-se cobrir o *vir-a-ser* da Rocinha no conjunto da metrópole.

São janelas que estão abertas cujo desdobramento se traduz numa tentativa de sistematizar os pressupostos para iluminar o *vir-a-ser* de um contingente social que, junto com as representações a cerca do espaço-favela, sofre suas consequências, sendo invariavelmente estigmatizado e com fortes rebatimentos sobre as condições de vida.

CAPÍTULO I

ADENTRAR AS JANELAS:

DESDOBRAMENTOS E TENSÕES

A relação entre o conteúdo e a forma na lógica formal é então mal determinada e controvertível. Conserva ao mesmo tempo e demasiado pouco o conteúdo. O conteúdo é unilateral, já sido de fato recebido, logo, separado, imobilizado, transposto metafisicamente. O postulado lógico-metafísico é, por certo, o do pensamento “mágico”: a relação da forma com o conteúdo é concebida como uma participação. A identidade formal se converte assim em um esquema de identificação no sentido do pensamento mágico. Dirigida contra as doutrinas mágicas e os misticismos, a lógica formal não alcança sua finalidade, não supera verdadeiramente as teorias desprovidas do rigor tradicional, permanecendo no seu nível.

Henri Lefebvre, 1972

Essas provocações iniciais, desenvolvidas na introdução tiveram por objetivo reforçar nossas premissas e questões. *A priori*, supõe situar – ou acentuar – o debate entre o intervencionismo estatal e os preceitos liberais, induzindo-nos a recuperar a seguinte defesa: economia e política jamais se constituíram em esferas separadas. Portanto, o trabalho, o capital e o Estado são os pilares desse tipo de *civilização*. Eis porque, cabe enfatizar, tomamos o subtítulo d’*O Capital* – crítica da economia política – ao pé da letra. (MARTINS, 1999).

Estado e Economia (ou capital), segundo os preceitos dos economistas clássicos (mais tarde, neoclássicos) devem permanecer como esferas distintas. Entretanto, para Hirata (1980: 163):

Forma de existência social do capital, o Estado capitalista não é nem instrumento das classes dominantes nem Estado-sujeito: seu grau de autonomia encontra fundamento no fato de exprimir os interesses do capital total, podendo mesmo ir contra os interesses dos capitalistas individuais. É este estatuto de instância de exteriorização do capital, no seu desenvolvimento enquanto *capital social total*, que faz com que o Estado possa preencher uma *função ideológica* tendo em vista a sua reprodução. Por função ideológica entendemos a capacidade que o Estado tem de aparecer como representante dos interesses de todos, como instância universal, na

medida mesma em que ele é a expressão das contradições reais, sob o modo do consenso. Este papel *integrador* do Estado, que serve para mascarar a pilhagem cometida sobre o corpo social por capitalistas individuais é essencial, sobretudo para garantir a “*reprodução* da relação de exploração” e para que o Estado seja regenerador dos capitais múltiplos.

Entretanto, as relações entre Estado e economia e Estado e sociedade permanecem dessa forma tão somente através de alguns recursos ideológicos e, nesse sentido, o debate deve ser atualizado (parece-nos que é em nível da aparência que essa separação se realiza). A culminância desses processos deve-se à compreensão de que o Estado permanece no plano da abstração (real). Hirata (op. cit.) destaca que essa manifestação ocorre para uma grande parcela da população trabalhadora. Eis, então, uma das possíveis perspectivas que pode nos levar ao entendimento de alguns processos sociais vividos pela população das metrópoles. A retomada desse desvendamento é necessária porque possibilita sua visibilidade sobre a percepção de suas manifestações na produção do espaço urbano e de suas contradições.

Assim, outro pressuposto vem à superfície: no processo de acumulação/reprodução capitalista, no qual o trabalho alienado se apresenta como fundante, acentuam-se procedimentos de transferência de riqueza entre as classes sociais, de apropriação política e econômica de espaços metropolitanos, como um todo ou em frações dele, dentre os quais a Rocinha apresenta, simultaneamente, especificidades e generalidades em relação a esses processos no contexto metropolitano.

Demonstrar a sequência dos sucessivos processos de alienação é, portanto, a questão que se impõe. No percurso aqui estabelecido não se despreza o que de modo geral a favela é, mas investiga-se de que maneira foi inventada, e como pôde ser reinventada em determinados momentos da história da cidade. É resultado, outrossim, da produção do capital, no seu processo de acumulação através de um movimento contraditório que carrega consigo. Nessa perspectiva, assumimos que a materialidade da favela e suas representações apresentam-se vinculadas às contradições da acumulação ampliada do capital.

Nesse sentido, destacamos as relações entre a representação e o real, a presença e a ausência, o significante e o significado e assim, a restituição da forma ao conteúdo. Torna-se necessário reforçar a hipótese de que a favela é uma criação (mesmo na sua materialidade), um resultado do modo como se desdobra a acumulação do capital (neste

caso, as favelas no Rio de Janeiro). Em outras palavras, certos espaços da cidade, considerados “subnormais”, são resultantes da própria lógica do processo de valorização do capital em seu *movimento*. Assim, parece-nos possível recuperar não apenas os termos da alienação, mas a partir de uma crítica, refletir sobre as possibilidades de sua superação sobretudo nos momentos em que os espaços favelados, vistos como problema, assumem representações com consequências negativas sobre os trabalhadores que nelas vivem; que também são momentos em que as soluções para a equação dos problemas, quase sempre de cunho burguês apontam para longe, envolvendo remoções, repressões de toda a sorte a até mesmo atrocidades até hoje não explicadas.

Uma primeira discussão a ser colocada se estabelece em torno da definição do conceito de favela e neste se destaca uma perspectiva da lógica formal, isto é, ocorrem reducionismos aos aspectos fenomênicos⁸. Daí a generalidade com que se apresentam as favelas, como se todas tivessem as mesmas situações e características universais. Entretanto, é válido lembrar que em cada uma delas há hierarquizações de seus espaços, atribuições de valores, sejam eles econômicos ou simbólicos ou ambos simultaneamente, porém, cabe reforçar, de forma diferenciada. Ao se reforçar as definições da lógica formal ao reducionismo do nível fenomenológico, perde-se a especificidade do movimento peculiar. Não sejamos ingênuos, nenhuma favela é igual a outra. Em todas elas há uma estruturação que leva a que se interprete a complexificação que elas representam.

De forma geral, na maioria das definições, sobretudo nas oficiais, a favela é conceituada por suas carências e ausências, esquecendo-se, inúmeras vezes, de que tais carências resultam do próprio processo de produção do espaço urbano. Por essa razão, a favela não deve ser vista como a anticidade, mas sim como um componente cuja funcionalidade contribui para que o sistema de acumulação se reproduza⁹.

⁸ Para o IBGE, a definição é a seguinte “Aglomerado subnormal (favelas e similares) é um conjunto constituído de no mínimo 51 unidades habitacionais, ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, bem como carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais.”

⁹ O termo anticidade aqui interessa aos desdobramentos da pesquisa. Entende-se que as diversas perspectivas que se teve sobre a favela em particular, no que diz respeito às representações sociais remete quase sempre a sua negação em relação à cidade. É importante reforçar também porque junto

Esse sistema, por sua vez, não aparece desvinculado da sua dimensão política. Assim, se descortina um horizonte que permite empreender a compreensão da *(re)produção política da sociedade*¹⁰. As contradições desse modo de produção e de sua correspondente espacialidade pressupõem a manutenção das omissões, das ausências e das carências que se transmutam em lacunas, necessárias para a manutenção da lógica de acumulação e valorização do capital, e que asseguram a manutenção dessa própria reprodução política. É desse modo que se assume aqui a restituição de uma dialética espacial. (SOJA, 1993)

Essa é uma das formas aqui referendada com o intuito de entender o que é a Rocinha, a fim de que se possa vislumbrar o seu *vir-a-ser*, através da análise do que está pressuposto na produção política da sociedade, na (re)composição dos espaços da metrópole, marcados por “novas” hierarquizações/recomposições de seus lugares (CARLOS, 2002).

Em suma, abrimos as janelas agora com o propósito de aprofundar as nossas questões/hipóteses. Em primeiro lugar, sugerimos que o conceito de *produção* passe a ser tomado no seu sentido mais amplo e não apenas restrito à produção de mercadorias. Desse modo, na produção do espaço da/na metrópole do Rio de Janeiro, e na Rocinha em especial, se manifesta um processo de (re)produção política da sociedade que reforça a *aparência* de que economia e política (ou capital e Estado) permanecem como esferas dissociadas, onde o Estado paira acima da sociedade, cujos termos redundam em contradições¹¹. Em segundo lugar, essas contradições desencadeiam ou aprofundam tensões entre o “instituinte” e o “instituído”, embora estejam incluídas na lógica da

com as representações produzem-se imagens estigmatizadoras que sobrevalorizam a forma e desprezam o conteúdo. Quando o filósofo Henri Lefebvre (2004) comenta sobre as distintas concepções de espaço, deixa-nos entrever que o espaço era dotado de um continente sem conteúdo, sempre alicerçado pelos princípios da lógica formal.

¹⁰ O sentido tomado aqui à noção de *produção política da sociedade* está relacionado à questão das relações entre Estado e Economia, quando o primeiro se torna um dos elementos – talvez o principal deles – na reprodução das relações de produção, através de inúmeras formas, entre as quais se destacam a coerção e/ou consenso. Penso que esse sentido deve ser ampliado, numa direção em que não se autonomize o político e nem o econômico. É uma das formas de entender a “produção das lacunas”, carências e ausências para que o processo de acumulação se mantenha, quando estamos tratando de grupos sociais específicos, e, vale reforçar, um dos seus resultados é a manifestação do Estado como “abstração real”.

¹¹ Entretanto, é o próprio Estado, através de diversos mecanismos que abafa essas contradições. (LEFEBVRE, 1976)

acumulação de capital, a partir de certas apropriações do espaço. O *seu outro* – ou se quisermos, o seu negativo – subjaz na alienação dos produtos do trabalho. Em terceiro lugar, nesse processo de (re)produção política, destacamos a ideia de que a dialética entre as representações e o real possui um papel importante, o que implica o desvendamento da lógica da distribuição conforme a crítica à economia política levantada por Marx na sua concepção trinitária. A lógica formal da economia política, simplificadamente, aponta que do produto do trabalho resulta o salário, do uso da terra, a renda fundiária, e do capital, o lucro¹².

Numerosos estudos sobre as favelas da cidade do Rio de Janeiro já foram empreendidos. Numa tentativa de agrupá-los, ainda que de forma um tanto superficial ou genérica, em função da complexidade do tema, dos desdobramentos e da superposição dos enfoques, pode-se identificar aqueles que enfatizam a denúncia das precárias condições de vida nas áreas de favelas (PERLMAN, 1977; VALLADARES, 1978; 2005; VALLA, 1986; PARISSE, 1970; ZALUAR, 1994); aqueles que denunciam a omissão do Estado (ABREU, 1987, 1994); outros, cuja preocupação é o resgate histórico da favela (SILVA, 2005; LEEDS & LEEDS, 1978); há também aqueles que se destinam à construção de relatórios técnicos que, embora não tivessem por objeto principal a favela, trazem implicações importantes para a reflexão sobre a habitação, como o estudo do arquiteto Alfredo Agache, contratado para a elaboração do planejamento da cidade no início do século XX (comentado por REZENDE, 1982 e ABREU, 1987); ressalta-se ainda um minucioso estudo da SAGMACS (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais), orientado por

¹² Em recente trabalho, desenvolvido pelo Grupo do Labur (Laboratório de Geografia Urbana), a partir de leituras dos *Grundrisse*, essa concepção se amplia, colocando em jogo a crise do capital e do trabalho, o qual se revela como um momento importante. Revelam-se ainda os limites do capital na sua tendência de transformações de sua composição orgânica, reduzindo o capital variável e aumentando o capital constante, portanto, através de uma observação da razão entre ambos, aumenta a exploração do trabalho e a expropriação de mais-valia relativa. Destaque-se ainda outra contribuição que tem a ver diretamente com a expropriação do produto social: quando este é repartido entre o capital financeiro, através dos juros; do Estado, através da arrecadação de impostos; da renda da terra, auferida pelo proprietário fundiário; do salário pago ao trabalho; e da renda, retida pelo capital. (DAMIANI et al, 2006). A expropriação da mais-valia está assim pressuposta para a manutenção do capital no seu processo de acumulação ampliada.

uma corrente denominada Economia e Humanismo, liderada pelo francês Padre Lebre, em 1960. Acrescentar-se-ia ainda aqueles que ousaram pôr em questão a urbanização das favelas, no momento em que sequer eram reconhecidas nos mapas da cidade (embora fosse consideradas como problema) apresentando como exemplo expressivo um grupo de arquitetos, sociólogos e economistas reunidos em torno da CODESCO – Companhia de Desenvolvimento Comunitário. O arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos, um de seus integrantes, realizou várias contribuições importantes no tempo em que a lógica predominante era a repressão e a remoção de favelas (SANTOS, 1977, 1978, 1980).

De um lado, alguns desses estudos expressam uma denúncia, pois demonstram a “distorção do sistema”, apontando as contradições sobre a permanência das favelas. Outros, dado o seu caráter técnico, apenas constataam a sua presença na cidade, descrevendo o modo de vida, a sociabilidade, as vinculações de seus moradores ao mercado de trabalho, os quais se apresentam, em alguns casos, desvinculados de uma perspectiva ideológica. Por outro lado, no que concerne à existência das favelas, a imprensa também se dividiu, desvelava-se uma tensão recorrente, desencadeada em função do crescimento e da permanência dessas habitações consideradas rudimentares na parte central e nas áreas mais valorizadas da cidade.

Os meios de comunicação mais conservadores procuravam culpados para uma suposta “desordem urbana”, acusando ora os próprios moradores das favelas, ora o Estado, do qual se exigia alguma providência. Em termos de políticas públicas – ou de “intervenções” urbanísticas – a resposta para as áreas de residência da classe trabalhadora (sobretudo, em tempos ditatoriais), tendia, invariavelmente, para sua extinção, devido à retirada dos moradores e a consequente fixação nas áreas periféricas da cidade. Havia também frequentes “batidas policiais”, definidas como investidas da polícia militar, que absorviam mais um caráter repressor, tendo em vista alavancar um “efeito demonstração” de que a “ordem pública” estava sendo restabelecida por aquele que detinha o monopólio da violência.

Grande parte dos estudos acadêmicos se enquadra na tentativa de desmistificação dos modos de vida dos residentes em favelas, num esforço que pode amenizar os estigmas e as representações negativas que ferem os que residem nesses espaços. Os contextos de cada época determinam as perspectivas em torno desses

grupos sociais e o seu local de moradia, dando variados sentidos a determinadas representações sociais. As tensões foram sempre constantes, marcadas pela repressão por parte do Estado, pressionado pelos setores conservadores e pelo capital num processo de apropriação do urbano, tendo por objetivo alavancar processos de valorização do solo. Com a propalada e recente “escalada da violência”, tais tensões se agudizaram. Os estigmas e as representações acerca da favela e da população aí residente se tornaram mais acentuados, comprometendo ainda mais as suas condições de sobrevivência. Os moradores das áreas de favelas são considerados cúmplices dos traficantes territorializados nessas áreas. Assim, velhos mitos que pareciam superados são reacesos, como o da “marginalidade”, isto é, a noção generalizante de que os moradores das favelas seriam bandidos. Ressurge o que Alberto Passos Guimarães, havia denominado outrora de “classes perigosas”, criticando, evidentemente, as estigmatizações a que estavam sujeitos os favelados (apud. VALLADARES, 2005), cuja contraposição era algo equivalente às classes laboriosas europeias, num primeiro momento, nos primórdios da Revolução Industrial em que se incluía toda uma ideologia do trabalho (GUIMARAES, 2009).

O aumento da desigualdade social no Brasil (presente também em outras partes do mundo) assume diversas implicações. No tempo presente, em especial, observa-se uma forte polarização social que assola as metrópoles. Alguns autores apontam para a “dualização do urbano” (RIBEIRO e CARDOSO, 1990); outros, para a noção de “cidade partida”, conforme divulgado pelo jornalista Zuenir Ventura. O geógrafo Marcelo L. de Souza (2000) menciona a “fragmentação do tecido sócio-político-espacial”, referindo-se a distintas lógicas de apropriação territorial da cidade, mas sem deixar de enfatizar as suas articulações.

Desqualificados, desvalidos, marginais, pobres, desviados, excluídos, classes perigosas são termos recorrentes, utilizados para referir determinado grupo social que, numa perspectiva conservadora, não se estabelece de acordo com padrões considerados normais do ponto de vista da sociabilidade. Em outra linha há a remissão espacial, associada aos lugares onde os grupos residem: guetos, favelas, periferias, *isolats*, *territórios* dominados por grupos de traficante os quais se tornaram espaços onde o Estado não tem grande penetração, ou suas manifestações ocorrem de forma seletiva, de modo que lacunas sejam perpetuadas. Neste caso, não se deve deixar de mencionar,

quando nos remetemos à questão da produção do espaço, que o reforço de investimentos em algumas áreas, em detrimentos de outras, traz como seu corolário a segregação sócio-espacial, componente, por assim dizer, da reprodução das relações de produção. (LEFEBVRE, 2002)

Alguns desses termos são retomados (curiosamente) e, se não são utilizados literalmente, através de certas práticas sociais, ganham força e sugerem o mesmo sentido do passado. A consequência mais perniciosa é o seu rebatimento no senso comum, talvez influenciado pelos meios de comunicação de massa, porque tanto na favela quanto em outros lugares onde vivem esses grupos sociais supõe-se um clamor diante de uma problemática e das providências a serem tomadas. Não é um exagero dizer que a tentativa de superação desses “problemas” padece de certos equívocos, os quais aprofundam ainda mais a estigmatização. Assim, o ápice de tal processo é revelado: a favela, em especial, passa a ser vista como a “anticidade”, estando recorrentemente no cerne das tensões da produção social do espaço urbano, porque embotada de suas contradições.

De maneira surpreendente, mobilizam-se recursos imagéticos os quais consistem em estratégias que atravessam esse processo de legitimação dessas representações do espaço. Com alguma regularidade, o crescimento das favelas passa a ser tomado como uma ameaça que paira sobre as demais áreas da cidade. O exemplo mais emblemático é a recorrência de “notícias” e manchetes expedidas pelos meios de comunicação de massa, reforçando a ameaça em torno do crescimento das habitações informais. Um desses episódios que nos serve para ilustrar a visão da favela como a anti-cidade foi o caso de uma matéria recente da Revista Veja (edição de 21/01/2001). Numa reportagem de capa exibiu-se um [pequeno] conjunto de edifícios e condomínios cercados por [muitos!] barracos. Infere-se, nesse caso, que a noção de “classes perigosas” vem assumir contornos mais contundentes. Imagem sintetizadora das ameaças do crescimento da pobreza, de que as favelas estão prestes a “engolir a cidade”, síntese estúpida que destitui e distorce o olhar crítico e mistifica e escamoteia processos e suas consequências; desencadeia mais repressão, mais violência e maior injustiça. Eis um ciclo que nos serve para revelar a tensão permanente entre os espaços favelados e as demais áreas da cidade. É também neste ciclo que vemos a restituição da noção de que o

espaço contém a reprodução das relações de produção e reforça a noção defendida pelo filósofo Henri Lefebvre de que o espaço não é um continente sem conteúdo.

No que se refere, em especial, ao núcleo da metrópole do Rio de Janeiro, os dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – destacam que sua população total cresceu entre 1991 e 2000 a taxa média geométrica anual de 0,7 %, contando-se 5.480.778 habitantes para 5.857.904 no período considerado. Conforme dados do Instituto Pereira Passos, órgão de pesquisas e documentação da Prefeitura, apoiada em dados do IBGE, a população residente nas 750 favelas na cidade do Rio de Janeiro cresceu de 882 mil habitantes, em 1991, para cerca de 1 milhão, em 2000, portanto, o incremento populacional das favelas é superior ao da população residente nas áreas não ocupadas por favelas. Entretanto, não se inclui nestes registros os loteamentos irregulares. Note-se, igualmente, que os dados das favelas conflitam com aqueles que são divulgados por seus moradores, através de suas lideranças, e ainda pelos meios de comunicação de massa.

O fato é que os órgãos oficiais subestimam o quantitativo populacional das favelas. Não se tem clareza das razões disto. Podem ser de origem metodológica, já que a contagem da população nessas áreas se realiza através de amostragem; mas também é possível que seja para esconder a problemática, subestimando-se o déficit habitacional ao mesmo tempo em que contribui para amenizar a ineficiência do Estado em prover moradias adequadas aos trabalhadores. Simultaneamente, mistifica a lógica da distribuição do produto social, que é o que nos interessa sobremaneira para que sejam demonstrados os sucessivos processos de alienação alicerçados no desenvolvimento de distintas práticas sociais.

No caso dos moradores e “lideranças” faveladas se destaca a disputa por investimentos em infra-estrutura ou os resíduos que lhe são garantidos através dos chamados “programas” ou “projetos sociais”, paliativos derivados do “onguismo” que em tempos recentes tomou forma em comunidades carentes.

Na construção dessas imagens também participa o poder público local, que reconhece essas áreas como “vulneráveis”, conforme foi divulgado no documento para subsidiar a elaboração do Plano Diretor da Cidade, produzido pelo IPP (Instituto Pereira Passos). De acordo com essa referência, essas comunidades de baixa renda consistem em “Grandes complexos de áreas de fragilidade urbana” e são caracterizadas pela

“existência [dentro da cidade] de áreas críticas de segurança, relacionadas aos corredores próximos aos complexos e às grandes favelas”. (IPP, 2005:16)

O mesmo documento indica que, do total das favelas, quase metade (356) teve incorporação de novas áreas ao estoque de terras já existentes antes de 1990, e apenas 43 delas teve redução de área (a justificativa apresentada pelos órgãos oficiais é a de que essas últimas foram contempladas com projetos de urbanização). De certa maneira, vale argumentar: esses dados revelam que as políticas públicas para a resolução do “problema-favela” estão muito longe do satisfatório, pelo menos no que diz respeito aos seus objetivos. Ou, para sermos mais exatos, persiste a perspectiva da lógica formal em que o conteúdo é desprezado em detrimento da forma

Os dados também revelam – e isso se aproxima, em grande medida, de nossas hipóteses, pois repercute sobre os desdobramentos da presente pesquisa – que, a considerar a proporção entre o número de moradores da cidade formal/moradores de favelas ou a relação entre o crescimento de ambos (com larga vantagem para os últimos), torna-se pertinente dizer que a favela venceu. Por sua vez, isso nos remete a uma reflexão da mudança dialética da quantidade em qualidade, revelada através de certas determinações e implicações.

Tabela 1 - Crescimento da população total e residente em favela no Município do Rio de Janeiro (1950/1991)

Ano	População total	População residente em favela	Crescimento da população total (% a.a.)	Crescimento da população residente em favela (% a.a.)	População residente em favela / População total
1950	2.375.280	169.305	-	-	7,13%
1960	3.300.431	335.063	3,34%	7,06%	10,15%
1970	4.251.918	565.135	2,57%	5,37%	13,29%
1980	5.090.723	722.424	1,82%	2,49%	14,19%
1991	5.480.768	962.793	0,67%	2,65%	17,57%

(Rio Estudos, maio, 2001, p. 12)

A primeira implicação é a legitimidade de estudos sobre as favelas, isto é, o tema parece estar ainda longe de ser esgotado. O espaço-favela ainda suscita questões que lhes são subjacentes porque permanece como questão importante. A segunda implicação se revela na permanência das tensões que não são exclusivas da favela em si mesma, mas que estão ligadas à produção do espaço metropolitano como um todo.

Parece-nos difícil imaginar uma reflexão sobre a metrópole em que não seja considerada a articulação entre os seus distintos espaços, sobretudo, a relação entre os seus espaços favelados e não-favelados e entre o(s) seu(s) centro(s) e sua(s) periferia(s). A não captação dessa articulação e de certo *movimento*, traduzidos pelos complexos processos sociais que lhes são subjacentes, apresenta o risco de tomarmos uma perspectiva da cidade de forma mutilada e de reforçarmos os mencionados estigmas construídos em torno do que se tem chamado de estabelecimentos subnormais. E mais ainda, potencializam-se perspectivas de que o espaço metropolitano é dual, suas partes são efetivamente estanques – é polarizado – com larga margem de manobra para aqueles que se situam nos núcleos privilegiados – e é fragmentado – com distintas formas de apropriação e uso, que resultam numa atomização de sua estrutura urbana, comprometendo mesmo a definição do urbano e da cidade, cuja unidade na diversidade é um dos seus pressupostos. Por último, mas não menos importante para que se evidencie a mudança dialética da quantidade em qualidade, a tabela acima demonstra que, se a favela, sugeria algo provisório, os dados reforçam seu apelo à condição de componente da cidade e por esta razão a sua implicação sobre todo o conjunto do urbano. São soluções criativas que devem estar no cerne do debate da questão habitacional e não a intolerância e a marginalização, a exemplo do que se tem desenvolvido nas políticas públicas.

A escolha pela Rocinha, dentre as 750 favelas da cidade do Rio de Janeiro, em primeiro lugar, se deve a algumas observações, iniciadas nos anos 2003 e 2004, período que coincide com a ocasião em que elaborava minha pesquisa de mestrado, quando estudava a favela de Rio das Pedras, localizada na Zona Oeste da cidade. Durante o percurso que fazia para os trabalhos de campo, passava pela Rocinha e logo as primeiras inquietações começaram a se manifestar. Chamava a atenção o fato de que alguns moradores entrevistados em Rio das Pedras haviam residido na Rocinha anteriormente. Ao mesmo tempo observava que a quantidade expressiva de pessoas que tomavam ônibus na primeira favela desembarcava na segunda e vice-versa. Portanto, já ambicionava empreender uma reflexão sobre a história das favelas como um componente importante da história da cidade, ensejada pelas diversas trajetórias e percursos sobre a população trabalhadora.

Em segundo lugar, experimentava um fascínio diante da imponência e da expansão territorial da favela, a quantidade de pessoas residentes na Rocinha, o denso e frenético movimento desses moradores, desembarcando ou subindo nos ônibus e também em transportes alternativos tomou-me de assalto. Refletia sobre os desafios que se colocam diante de um método que pudesse explicar, ou pelo menos explicitar, os complexos processos sociais que atravessam a favela, cotejados pelas grandes transformações econômicas, políticas e institucionais verificadas nas últimas décadas. Ademais, a sua localização privilegiada chama a atenção: está situada entre os bairros que apresentam os mais “elevados índices de desenvolvimento humano” da cidade. Por conseguinte, beneficia-se de algumas vantagens, como a presença de farto transporte, a proximidade dos grandes centros de emprego, de lazer e de serviços públicos.

Em terceiro lugar, incorporava a hipótese de que, em função dessas características, sobretudo a sua localização, a favela da Rocinha não se apresentava isenta de tensões e conflitos. Desse modo, a intenção era caracterizá-los e situá-los à lógica metropolitana, e assim pressupunha apreendê-los à luz da mobilidade intrametropolitana.

Também foi entre o final de 2003 e a metade de 2004 que ocorreram várias manifestações ligadas à criminalidade violenta, comentada mais adiante, marcada por sucessivos confrontos entre as forças policiais e os traficantes radicados nas favelas (a Rocinha, na Zona Sul carioca e o complexo da Maré, situado próximo ao Aeroporto Internacional do Galeão foram as principais áreas destes confrontos). Essas tensões, as práticas truculentas da polícia através do BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais) e o conhecido “Caveirão”, também se destacam como uma motivação para realizar esse estudo, de tentar pôr em perspectiva três níveis de análise: o fenomenológico (com forte implicação sobre o senso comum), as práticas sociais (o que tem acontecido nas áreas faveladas, as ações e omissões do Estado, as táticas e estratégias no âmbito do “vivido”) e as representações sociais (que são em grande medida, a base para as estigmatizações vividas pelos residentes nas áreas faveladas). Desse modo, revelam-se as tensões que se estabelecem entre os distintos espaços da cidade, momentos necessários para os desvendamentos implicados nestas situações de dilaceração do humano, momentos de alienação da vida cotidiana, objeto desta pesquisa.

Para o filósofo Henri Lefebvre, a cidade (ou o urbano) é uma “caixa preta”, porque sabemos o que entra nela (ou nele), mas pouco se sabe o que daí sai. A Rocinha seria, então, uma parte desta “caixa preta”? Sabe-se o que entra nela, através dos meios de comunicação, que difundem notícias sobre as incursões de policiais contra narcotraficantes. Invariavelmente, não se comenta seus resultados nefastos, ressaltando-se essa parte da cidade como o *locus* da violência e da marginalidade. Ampliam-se, desta maneira, as históricas fronteiras físicas e simbólicas a partir de representações sociais que atingem os moradores da cidade, através dos já referidos estigmas negativos, os quais impactam ainda mais as já precárias condições de sobrevivência da população, não apenas das favelas, mas de todo o conjunto da cidade, porque obstaculizam o “urbano para todos”, na medida em que são seus fragmentos que sobressaem, através dos já conhecidos processos de auto-segregação e segregação induzida (SOUZA, 2000, 2001).

Essas imagens são mais recorrentes, sobretudo, nos momentos de enfrentamentos entre as quadrilhas de narcotraficantes, ou desses grupos de marginais com a polícia, quando se instaura um clima de terror. Um dos exemplos mais marcantes teve lugar em 2004, na Zona Sul do Rio de Janeiro (e também em outras áreas, como o Complexo da Maré). Houve um grande conflito entre quadrilhas rivais, e a intervenção da polícia provocou um confronto que veio a desencadear uma série de negociações entre o governo do Estado e a União, tendo em vista dotar a cidade de “mais segurança”, culminando na possibilidade da presença das Forças Armadas nas áreas consideradas “mais críticas”. A questão urbana se militariza diante do medo que, agora, ameaça as partes ditas “formais” da cidade.

Uma dessas áreas que seria contemplada com o reforço policial das Forças Armadas e que esteve sob forte pressão da violência dos narcotraficantes e da Polícia Militar foi a favela da Rocinha, situada num lugar de passagem entre os bairros de classe média/alta da cidade, espaços de elevado valor econômico e simbólico. Os moradores denominaram esses momentos como “a guerra”.

Nesse período, novamente “soluções” equivocadas foram sugeridas. Uma delas foi empreendida por um conhecido arquiteto, Luis Paulo Conde, que fora prefeito da cidade e que naquele ano (2004) era vice-governador do estado. Pressupondo que a “escalada da violência” se devia ao crescimento das favelas, Conde sugere a construção

de um “muro” cercando toda a favela da Rocinha com a finalidade de conter o seu crescimento.

Derramando-se oniricamente numa cabeceira de drenagem nas encostas da Floresta da Tijuca, estendendo-se sobre o Morro Dois Irmãos, os poucos registros encontrados sobre a Rocinha revelam que seu povoamento teria se iniciado no final do século XIX. Os primeiros ocupantes da área eram imigrantes portugueses. Em 1927, a Floresta da Tijuca ainda era dominante e a Rocinha constituía-se como uma das partes de uma grande fazenda então denominada Quebra-Cangalha. Nesse período, inicia-se a favelização, comandada por um processo de grilagem na qual alguns vigias da propriedade permitiam a construção de barracos para fins de locação a terceiros. Insatisfeitos com esse tipo de ocupação, contraditoriamente, os donos das terras contíguas também aderiram ao mesmo procedimento, construindo moradias para alugar.

A Estrada da Gávea, em 1927, era a única via de acesso à Rocinha, e nesse ano recebeu iluminação pública. Alguns anos depois, em 1935, a Companhia Castro & Guidon adquiriu parte da área, constituída de oitenta lotes sem infra-estrutura alguma, vendendo-os em seguida. Os compradores eram comerciantes portugueses e operários de fábricas situadas nas proximidades (Jardim Botânico). Após o asfaltamento daquela via pública, em 1938, ocorreu uma expansão da ocupação por pessoas que supunham serem as terras devolutas.

A denominação Rocinha deriva do fato de que seus moradores cultivaram (segundo relataram seus moradores), até a década de sessenta, hortaliças que eram vendidas nos bairros vizinhos. Desse modo, a área se assemelhava a um ambiente rural. A partir desse período começam mudanças significativas. Ocorre um incremento populacional derivado, sobretudo, da intensificação das migrações internas, originadas do Nordeste e de Minas Gerais. Esses migrantes compunham-se, majoritariamente, de trabalhadores da construção civil, que se viram atraídos pelas oportunidades de emprego por ocasião do “boom imobiliário”, ocorrido em função da expansão física da cidade.

Em suma, o povoamento da Rocinha esteve ligado, nos anos 1930, à presença da Fábrica de Tecidos Jardim Botânico (que se constituía como um centro de emprego e ocupação da força de trabalho), e nos anos 1950, ao contexto do êxodo rural brasileiro. Já nos anos 1970, a ocupação da favela passa a ser respondida pelo incremento do trabalho por ocasião da expansão da mancha urbana, que se dirige em sentido da Zona

Oeste, pois os bairros “ricos” da Zona Sul já se encontravam saturados. No início dessa década foram iniciadas as construções do Túnel Dois Irmãos e dos Hotéis Nacional e Intercontinental, além de algumas residências luxuosas no bairro de São Conrado, que se limita com a Rocinha. Logo, através dessa nova estrutura, intensifica-se a ocupação da favela por novos trabalhadores. Finalmente, ao final desse decênio, a expansão do tecido urbano atinge, com maior vigor, a Barra da Tijuca (alcançando parte da Baixada de Jacarepaguá nos períodos posteriores), ainda sob a égide do “boom” imobiliário.

Os anos 1980 foram, repetidas vezes, sinalizados como a “década perdida”, dadas as condições de forte estagnação econômica. Os fluxos migratórios inter-regionais sofrem redução, chegando o estado do Rio de Janeiro a apresentar saldo migratório negativo. Esse quadro não significou a redução do ritmo de crescimento populacional na Rocinha. De certo modo, pode-se conjecturar se o incremento populacional das favelas pode estar associado ao crescente empobrecimento da população, pois já não é possível admitir que a ocupação das áreas faveladas seja atribuída, exclusivamente, à migração. Está aí pressuposta a apropriação (privada) do produto social, ligada assim a uma crescente concentração da renda. Portanto, seu resultado mais marcante é a pauperização da classe trabalhadora.

No que se refere às migrações, a Rocinha aparece como exceção à regra, na medida em que se considere o saldo migratório negativo. Das áreas de comunidades carentes da cidade é a que tem recebido o maior percentual de migrantes originários de localidades fora do estado do Rio de Janeiro, fato justificado pela tradicional presença de migrantes nordestinos e mineiros, sendo que os primeiros são predominantes. Entretanto, outros processos não são revelados pelos dados estatísticos, entre os quais a migração de retorno e até mesmo os indivíduos que estão relacionados à mobilidade interna na metrópole. É possível identificar fluxos migratórios de residentes nessa localidade para outras favelas e para outros municípios da periferia distante (em especial para a Baixada Fluminense), diante das dificuldades diversas que se apresentam na comunidade.

Vale lembrar que existe uma valorização imobiliária na Rocinha, em parte como consequência de fatores ligados a sua própria localização, entre os quais a proximidade dos centros de emprego e de alguma amenidade em função desta

localização privilegiada que de certo modo alimenta a sua especulação imobiliária, refletida nos preços dos imóveis alugados ou os que se destinam à venda.

Os dados referentes à dinâmica da população revelam que as taxas de fecundidade vêm apresentando declínio, portanto, há uma redução do ritmo de crescimento da população. No caso da Rocinha, em particular, os dados do IBGE de 2000 revelam que 73% da população é adulta (15 a 59 anos) e 22%, jovem (0 a 14 anos), confirmando a queda da taxa de natalidade. Mas esta redução não significou, absolutamente, atenuação das condições de pobreza da população. Nesse sentido, pode-se contestar a atribuição – como querem os (neo)malthusianos – das precárias condições de vida da população de baixa renda ao elevado crescimento populacional; o que se deve considerar são também os processos contínuos de expropriação em escala bastante expressiva no espaço e no tempo (DAMIANI, 1991). Essa situação assume fortes indícios de que a metrópole vai sendo construída sob a égide da espoliação.

A expansão territorial e o crescimento vertical das comunidades de baixa renda, na metrópole carioca, ocorreram com maior intensidade nos anos 1980 e 1990 e prosseguiram até o final desse período. O esgotamento do referido “boom imobiliário” decorrente da expansão da mancha urbana, o aumento do desemprego, a redução dos fluxos migratórios e do ritmo de crescimento da população, não foram capazes de, a despeito das políticas públicas de remoção já mencionadas e das constantes repressões, frear a favelização, além de outras ocupações irregulares que se mantiveram e até mesmo se intensificaram (como é o caso de algumas áreas mais valorizadas do núcleo metropolitano). A ocupação progressiva apresentada pela Rocinha ao longo de sua história confirma essa situação. Até os anos 1980 a comunidade apresentava as seguintes localidades: Campo Esperança, Estrada da Gávea, Dionéia, Bairro Barcelos, Largo do Boiadeiro, Roupa Suja, Cidade Nova, Macega, Rua 1, Rua 2, Rua 3, Rua 4, Laboriaux. Ao longo dessa década e prosseguindo nos anos 1990, novas áreas foram incorporadas aos estoques de terra até então existentes, devastando as encostas da Floresta da Tijuca (Vila União, Almir, Capado, Faz Depressa, Vila Cruzado, Vila Verde, Cachopa, Cachopinha, 199 e Portão Vermelho), representando crescimento populacional e também um aumento vertical em todas as localidades.

Atualmente, a densidade das ocupações atinge proporções elevadas. A Rocinha se apresenta como um enorme labirinto composto de escadarias, becos e vielas, alguns

dos quais medindo pouco mais de um metro de largura e, em alguns casos, as construções atravessam os becos, dificultando a circulação de ar e a iluminação, conformando-se túneis internos. Houve tempos em que se viam muitos barracos de madeira com telhados de papelão e piche, feitos com as sobras das obras pelos próprios trabalhadores, mas hoje é raro encontrarmos construções desse tipo, pois em geral as casas são de alvenaria, sobrepondo vários pavimentos que dominam a paisagem. (DRUMMOND, 1981)

Os dados oficiais sobre a população das favelas do Rio de Janeiro são cercados por polêmicas, porque, de acordo com o contexto em que são divulgados (e de quem os divulga), os números podem apresentar diferenças substanciais. Enquanto o IBGE, para o censo de 2000, identifica 42.892 residentes na Rocinha, outras estimativas divulgadas nas reportagens veiculadas nos meios de comunicação de grande circulação, indicavam que o total de seus moradores já havia ultrapassado a cifra de 120 mil habitantes, enquanto outros índices apontavam para 200 mil residentes. A Rocinha, como comumente divulgado, tornou-se a maior favela da América Latina.

Vale ressaltar a premissa já anteriormente destacada, isto é, a de que se intensificaram os processos de alienação na metrópole em distintos níveis, e o caso da Rocinha em particular reveste-se de uma complexidade em que se pode notar a síntese desses múltiplos processos, justificando-se, assim, as inquietações até aqui apresentadas.

A densidade das ocupações, a informalidade em relação ao acesso ao trabalho e à habitação, a precariedade em relação aos direitos sociais básicos, que por sua vez repercutem sobre a difícil luta diária pela sobrevivência, são alguns indicadores que nos ajudam a ilustrar a complexidade desse movimento.

Diante dessas grandes transformações, residir na Rocinha, para uma grande parte de sua população, significa conviver com distintas lógicas que se manifestam a partir do processo de produção do espaço metropolitano. Do ponto de vista da atuação do Estado, conjugam-se ações deliberadas desde há muito estabelecidas, que combinam a repressão (através da violência visível ou sutil) com a cooptação/apropriação política. Há também outras estratégias utilizadas, como as omissões, necessárias, como já sinalizado, para a manutenção das lacunas e perpetuação de certa reprodução política. Do lado do capital, sobressai a apropriação econômica (inserida na lógica do movimento do processo de sua

valorização), observadas de um lado, a penetração de empresas no seu interior (mas também através do consumo de massa) e, de outro lado, as estratégias de agentes internos. Na condição de se integrarem ao movimento de generalização da lógica mercantil, esses agentes desenvolvem uma série de estratégias, traduzidas por determinadas disputas em torno da representatividade e de recursos para os projetos sociais financiados por órgãos públicos e/ou privados.

Entretanto, cabe ressaltar que essas lógicas manifestam-se sob a primazia do diminuição do tempo de circulação do capital. Seu corolário se inscreve sob a égide do mercado em detrimento do acesso aos direitos, em especial, ao *Direito à cidade*, pois é o consumo – a esfera da circulação – que absorve maior significação, mesmo que este ainda seja residual.

Muitas janelas se abriram em torno dos estudos e pesquisas sobre as favelas. Muitos trabalhos acadêmicos se revelaram como contribuições significativas, pois permitiram a compreensão de contextos distintos e colocaram em perspectiva histórias de lutas e de resistência. Sendo assim, o grande mérito dessas pesquisas é o testemunho de percursos a que foi submetida a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2002). São estudos que resultaram na produção de certa espacialidade. Deixam entrever sobretudo, que a metrópole vai se constituindo, cabe lembrar, a partir de processos de expropriação.

As tensões na Rocinha foram constantes, mas ainda permanecem como indicadoras de que outras janelas devem abrir-se. Por sua vez, cabe destacar os desdobramentos sobre a defesa de que as favelas, longe de serem consideradas como anticidade se tornaram e mantiveram-se como suporte dos processos de acumulação em distintos níveis através do trabalho. Assim, no processo de produção em sentido estrito, simultaneamente se produziu espaço – dado que a relação do homem com seu espaço encontra no trabalho uma de suas mediações – e processos de alienação.

Para Mészáros (2006:14)

A alienação da humanidade do homem, no sentido fundamental do termo, significa *perda de controle/sua corporificação numa força externa* que confronta os indivíduos como *poder hostil e potencialmente destrutivo*. Quando Marx analisou a alienação nos seus *Manuscritos de 1844*, indicou os seus quatro principais aspectos: 1) a alienação dos seres humanos em relação à

natureza; 2) à sua própria *atividade produtiva*; 3) a sua espécie, como espécie humana; e 4) *de uns em relação aos outros*.

Assim, a crise da cidade é imposta, denunciando esses processos, que são atravessados, a montante e a jusante, pelo processo de (re)produção política da sociedade, e em seu bojo está a (re)produção das relações de produção.

A superação da crise não pode ser viabilizada a partir do que se tem observado, ou seja, a partir de “soluções” equivocadas que, inúmeras vezes, tendem a isolar as favelas e os seus habitantes, atribuindo-lhes juízos de valor que os metamorfoseiam. Podemos entender tal fato através das históricas representações sociais, pois a cada momento há determinadas qualificações para esses moradores, sugerindo-se, em alguns momentos, o ressurgimento dos espectros malthusianos (DAMIANI, Op. cit.). Vale notar que recentemente o governador do Estado, Sérgio Cabral, mencionou que as adolescentes da Rocinha carregavam no seu ventre “futuros bandidos”, deduzindo que os problemas que emergiam naquele momento deviam-se às elevadas taxas de natalidade.

Não é o excesso de população da cidade ou das altas taxas de natalidade que resulta em sua crise. O que se observa é a constituição de processos de expropriação, os quais se mantiveram, dada a capacidade do capital de reproduzir as suas relações sociais de produção, um componente importante para que se mantenha enquanto capital e os trabalhadores como expropriados. Esses conflitos nos aproximam da confirmação marxista de que a história, que é feita (e vivida) pelo conjunto dos homens, mas sob determinadas condições a que não tiveram de escolher. Sinalizam-se, outra vez, as permanências e não mudanças no que diz respeito à questão social e assim se nota a necessária tomada de posições no que diz respeito ao combate à passividade diante dessa “vingança da história”. Ora, se a burguesia aparece como a classe revolucionária, aquela que foi capaz de destituir um modo de produção, o que a situação, os impasses e os conflitos urbanos têm demonstrado, a título de uma síntese provisória, é que junto aos citados metamorfismos (cúmplices, reféns e vítimas) a que foi submetida a classe-que-vive-do-trabalho na Rocinha, ou para sermos mais precisos, a sucessão histórica da evolução urbana do Rio de Janeiro, leva a que se considerem momentos distintos na relação entre esses trabalhadores e os detentores dos meios de produção e do poder. O momento inicial, em que os trabalhadores/residentes da Rocinha sequer faziam parte da metrópole, que remete aos primórdios de seu povoamento, já que do ponto de vista

espacial era uma fazenda e nos loteamentos iniciais se desenvolvia uma cultura de subsistência, conjugado, ao trabalho na fábrica de tecidos Jardim Botânico. Num momento seguinte, com a aceleração do processo de urbanização, os residentes/trabalhadores na Rocinha serviram de suporte a acumulação de capital (grande parte deles empregados na construção civil) e no momento atual, que veremos mais à frente, de sua negação (embora as descrições já realizadas, quando foram feitas sobre as colocações sobre as representações e o real, o que se pensa saber sobre as favelas e as ações em termos de políticas públicas já comecem a evidenciá-la). As fotos 1, 2 e 3 às pagina seguintes constituem uma tentativa de demonstrar esta sequência.

A história se vinga e os “deixados por conta” dentro desse modo de produção estatista¹³ (parafraseando LEFEBVRE, 1976) passam a ser incômodos ao processo de valorização¹⁴. Mulheres, meninas, meninos, idosos, diversos trabalhadores são recorrentemente sobressaltados pelas referidas incursões policiais; as balas perdidas quando atingem um morador da favela, passam despercebidas, reduzidas a poucos comentários na imprensa, enquanto se o atingindo for um morador do “asfalto”, as investigações são logo iniciadas, abrem-se de imediato sindicâncias e os policiais são punidos.

¹³ “O Estado moderno se destaca de uma história porque ele a contém e dela resulta. Ao mesmo tempo, ele se destaca da mundialidade em formação e isto por muitos motivos; mundializado ele mesmo, ele continua com o mercado mundial, com as firmas mundiais, com a constituição do espaço mundial... Esse período singular, pleno de paradoxos, entra na ‘transição’ famosa, prevista por Marx, entre o modo de produção existente (ao tempo de O Capital) e um outro modo de produção, uma outra sociedade? Sem dúvida, mas se mostrou que a ‘transição’ prevista tomou formas imprevistas. Entre o histórico e o mundial, ou se se preferir entre o capitalismo e um outro modo de produção que poderia se nomear ‘socialismo’ ou ‘comunismo’, intercala-se um modo de produção surgido no seio da própria transição: o Modo de Produção Estatista – MPE – que tende a bloquear a situação.” (LEFEBVRE, Henri. De l’État - 4. Les Contradictions de l’État, 1978, p. 326-327)

¹⁴ Não é por razões humanitárias que a FIRJAN (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) encomendou minucioso estudo sobre as favelas do Rio de Janeiro.

Foto 1 – Rocinha e São Conrado, no início do séc. XX.

Momento inicial (início do século XX), quando Rocinha sequer fazia parte da cidade. À frente, na parte inferior da foto, o fundo de vale, correspondendo à Fazenda Quebra-Cangalha. Ao fundo, São Conrado. A foto foi tirada da Cabeceira de drenagem.

Fonte: Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro

Foto 2 – São Conrado e Rocinha, no início dos anos 1950.

Marcos do início do processo de metropolização tendo como marcas principais: manutenção da atração de moradores para o trabalho na construção civil e nas poucas fábricas que permaneceram nos arredores (Sudantextil, Parque Davis – setores têxtil e farmacêutico, respectivamente.).

Fonte: Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro

Foto 3 – Fábrica Sudantêxtil (década de 1950)

Uma das poucas fábricas que restou na década de 1950. Nela também trabalhavam moradores das demais favelas dos arredores (Praia do Pinto, Parque Proletário da Gávea). A área correspondente foi substituída por prédios de apartamentos. Tornou-se mais rentável a transferência para as áreas periféricas.

Fonte: Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro

Foto 4 – Aspectos da Rocinha no final da década 1970 [?]

A foto foi cedida por um morador. Os espaços vazios entre as casas com resíduos da Floresta do maciço da Tijuca. Apesar de apresentar no canto esquerdo o ano de 1978, possivelmente há um engano, pois os aspectos dos anos 1970 assumiam maior densidade ocupacional.

Fonte: autor desconhecido

Foto 5 – Construção do Túnel Dois Irmãos (início da década de 1970).

Auge do processo de urbanização e marcos do processo de metropolização em direção à Barra da Tijuca. Atração de trabalhadores e sua incorporação ao processo de *construção* e *constituição* da cidade. Os processos de negação já estavam postos, mesmo com a (e por causa da) incorporação dos trabalhadores ao processo de trabalho.

Fonte: Arquivo da Cidade

Foto 6 – O Túnel Dois Irmãos, logo após a sua construção

Mesmo sendo suportes para o processo de acumulação do capital, as condições de negação do trabalho já estavam postas, quando se observa as precariedades da vida cotidiana. É o tempo das bicas d'água que antecedem as “comissões de água e luz”, intermediadoras do abastecimento e o fornecimento de Luz respectivamente.

Fonte: Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro

Foto 7 – Momento de negação

À esquerda, a Estrada da Gávea; à frente, na parte inferior da foto, o Bairro Barcellos, junto à Estrada Lagoa-Barra e limitando-se com São Conrado; ao fundo, a Lagoa Rodrigo de Freitas e o Jockey Club Brasileiro. O negativo opera a partir das precárias condições de vida que se revelam através da negação do trabalho e seu resultado é um cotidiano em fragmentos e seus resíduos.

Fonte: Agência *O Globo*, 2006

No caso da presente pesquisa, os moradores da Rocinha, homens e mulheres, constituídos majoritariamente por população de migrantes (muitos dos quais foram trabalhadores da construção civil), participaram da *construção e constituição* da cidade, sobretudo, nos momentos de sua expansão física. Mas restou-lhes um espaço residual, foram subjugados a processos de alienação já no lugar de origem devido à capacidade inerente ao capital de submeter os corpos à mobilidade espacial, fato denominado por Jean-Paul Gaudemar (1976) de *mobilidade do trabalho*¹⁵.

¹⁵ **A** *mobilidade do trabalho*, segundo Gaudemar, busca compreender como essa força de trabalho é mobilizada em termos espaciais, setoriais e profissionais. A mobilidade, portanto, diz respeito às qualidades que a força de trabalho vai assumindo pelos imperativos da acumulação capitalista e, em última instância, como ela se vê subordinada ao capital, na sua produção e circulação. Do nosso ponto de vista em particular, interessa apontar, de passagem, a relação entre a mobilidade do trabalho e sua relação com os processos de alienação no espaço. É inerente observar, nesse aspecto, os constrangimentos da população, pelo capital, aos deslocamentos espaciais interregionais ou, mais recentemente, intrametropolitanos.

No início, as casas dos habitantes da favela foram construídas com as sobras das obras dos condomínios de luxo. Hoje, surge uma forma de apropriação em que esses moradores (trabalhadores) disputam por sua *raridade*, em especial, aqueles que não conseguem se estabelecer nas áreas “nobres” da favela, pois precisam percorrer vários becos, escadarias e vielas (como se entrassem num enorme labirinto), até chegar às áreas mais íngremes das encostas da floresta da Tijuca, ou do Morro Dois Irmãos, onde podem erguer um barraco de madeira para o lazer e o descanso do trabalho. Aqui subjazem alguns elementos, cujos reflexos demonstram que, além da alienação em relação ao produto do trabalho, as duras condições da habitação reduzem o homem de sua *hominidade* e de seu *ser genérico* (MARX, 2004; MÉSZÁROS, 2006).

Outros moradores da Rocinha, sobretudo nos citados momentos de tensão – confronto entre policiais e traficantes – são submetidos a ações comparáveis as do terrorismo. A incursão policial na favela é feita por agentes do BOPE (Batalhão de Operações Especiais), que utilizam um carro blindado, o “Caveirão”, que atira para todos os lados e sem discriminar nada à sua frente, o que ocasiona a fuga desesperada dos moradores. Eis a origem de várias balas perdidas que a imprensa tem noticiado; eis também um momento em que se nota a (triste) unidade entre as representações e o real. Essa perspectiva, dadas as ações indiscriminadas da polícia, reduz todos aqueles que vivem na favela ao qualificativo de “bandidos”, revitalizando o conceito de “classes perigosas”, agora não mais por palavras ou insinuações, mas pelo que é efetivamente consumado.

Assim, a militarização da questão urbana, embora não assumida, mas pressuposta acarreta esses terríveis acontecimentos, apontando para a radicalização do conceito de *alienação*: a ameaça sobre um dos *bens* mais preciosos, a vida. Esses momentos de tensão mudam o “clima” do lugar, pois diante da ameaça de “invasão” (conforme os moradores denominam as incursões policiais) da polícia militar, os passos dos moradores para o trabalho, para o lazer, para a escola e para as compras são mais apressados; os sons das ruas se modificam, um ritmo diferente dá o tom ao cotidiano ameaçado. Diante das ameaças de invasão, recomenda-se que os habitantes que trabalham à noite retornem para casa apenas quando o dia amanhecer; recomenda-se que as pessoas não permaneçam nos bares, nas ruas, não visitem seus parentes, enfim, evitem transitar no interior da Rocinha.

A vida deve continuar... Após os enfrentamentos, os comerciantes levantam suas portas, os vendedores ambulantes remontam suas barracas e tudo toma o curso da “normalidade”. Entidades de assistência e políticos retomam as suas atividades, dando sentido ao que se chama de lógica de apropriação política do espaço. Por outro lado, a circulação retoma igualmente seu ritmo na esfera do consumo, pois os residentes na Rocinha também apresentam esta funcionalidade para o capital. Na base, os moradores permanecem inseridos na lógica do mercado e, assim, o processo de alienação retoma o seu curso até que outra ameaça tome forma.

A vida cotidiana na Rocinha se degrada, seus moradores são dilacerados, e aqui já é possível mais uma aproximação: a perspectiva ontológica, isto é, do ser social, porque estamos diante de outro embate, visto agora a partir das práticas sociais. Pôr em perspectiva o cotidiano permite-nos estender outros *metamorfismos*, e é necessário situá-los no tempo e no espaço: recorrentemente, como vimos, os moradores de favela emergem como *classes perigosas*, o que redundava nas infelizes repressões/ações policiais, acentuando o processo de dilaceração da vida cotidiana; são *consumidores* que garantem a lógica da acumulação do capital; são *cúmplices*, nos momentos em que se alinham a determinados políticos (o candidato “Claudinho da Academia” obteve número de votos suficiente para torná-lo vereador eleito à Câmara do Rio); são *vítimas* desses mesmos políticos, em função das lacunas deixadas pelo Estado; são *reféns* (como me foi dito por um de seus moradores), pois não podem criticar abertamente as ações do narcotráfico, porque não confiam na polícia e não conseguem acreditar que suas ações levem ao fim do tráfico¹⁶. Mas também não podem se declarar abertamente a favor destes porque aí se entra no campo da moralidade. Resta-lhes um lugar social de uma maioria permanentemente silenciada, porque se torna alvo constante da violência, prevalecendo certos códigos atravessados pelas contradições que lhes são estranhas, vivendo uma temporalidade e um lugar social que lhes são impostos cotidianamente. Estão, enfim, vivendo dentro de certa história que foge seu controle.

O Estado deixa de ser abstração (real) para se tornar, concretamente, o elo que aproxima o cotidiano do terror, Trata-se de outro metamorfismo que não deve ser

¹⁶ A perspectiva ontológica aqui tentada diz respeito às posições sociais dos seres dentro de determinados processos sociais por eles vividos (vítimas, cúmplices, reféns)

desprezado, já que a perspectiva que se observa em torno da polícia é a histórica proteção da propriedade e não da cidadania; mais recentemente, é evidenciado o seu caráter de extorsão e, é necessário reforçar, da violência. Talvez aqui possamos sinalizar para a produção da militarização da questão urbana. Manifesta-se, desse modo, um dos metamorfismos a que os moradores da Rocinha *não* são submetidos: o de cidadãos. A cidadania, quando pode ser vislumbrada, parece ser de forma seletiva, através das mencionadas lacunas, porque é apenas residual. Não chega a ser nem mesmo uma cidadania assistida, mas incompleta; faz-se necessário atentar que sua completude será atingida tão somente através da *consciência de si*, a qual será efetivamente capaz de transformar as práticas sociais e estas devem estar mediatizadas no âmbito do espaço vivido.

Essa trajetória dos moradores da Rocinha nos auxilia na argumentação de que a alienação e seu reverso – a superação – devem estar na ordem do dia. É uma janela que se abre para que se ponha em perspectiva urbanização crítica, e no seu cerne deve estar o Direito à Cidade (DAMIANI, 2005).

CAPÍTULO II

OS LABIRINTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A filosofia acabou... Mas o pensamento filosófico continua...

O que é pensar filosoficamente? É pensar a totalidade. A totalidade da vida e do pensamento.

De fato, há uma batalha terrível, confusa entre duas concepções. Aquela pela qual a filosofia é um meio de governar os homens e aquela segundo a qual a filosofia está a serviço da verdade.

É a questão do estado filosófico que se repõe.

Henri Lefebvre, 1991

A presente pesquisa procura pôr em primeiro plano uma abordagem sobre as práticas sociais; propõe-se colocar em perspectiva certas experiências espaço/temporais da sociedade, e aceita o desafio de evitar a separação entre as dimensões conceituais, teóricas e metodológicas. A direção aqui assumida é inspirada na restituição do ser social à teoria social crítica, influenciada, em grande medida, pela contribuição de E. Soja (1993). O espaço, o tempo e o ser social são destacados como dimensões fundamentais dessa restituição.

Nesse sentido, a opção pela apresentação do percurso metodológico da pesquisa que se segue, constitui uma tentativa de iluminar a abordagem pretendida, pois as inquietações sobre os processos sociais que envolvem a Rocinha tiveram o método como uma de suas motivações, incluindo seus aspectos operacionais; as tensões que se estabelecem entre o sujeito e o objeto, em especial, quando a consciência do primeiro assume a preocupação de contribuir com o conhecimento científico, desdobram alguns princípios ontológicos em suas múltiplas dimensões. A primeira demanda se estabelece nas posições entre ambos, supondo a necessidade de apresentar *quem é* o sujeito para que se possa identificar qual a sua *posição* no processo de construção do conhecimento, reconhecendo que este é sempre aproximativo; necessário também se faz apontar qual a posição da pesquisa, no sentido de se refletir sobre a sua contribuição, embora já tenha sido sinalizada na justificativa acima. Não se pretende aqui ser um *deux ex machina*, ou

apontar “soluções”, mas provocar um desvio que desvende as razões de um movimento que tem levado à “banalização” da questão social¹⁷.

Ora, foram recorrentemente citadas pelos moradores, as truculências, repressões e extorsões, levadas a cabo por policiais. Os exemplos de que há certa banalização da questão social são inúmeros, mas já temos elementos bastante significativos, entre os quais as ações do BOPE¹⁸, os “equivocos” das intervenções urbanísticas (das quais a construção de muros e de “corredores ecológicos” nas favelas são alguns dos seus exemplos), o corre-corre frenético diante das incursões policiais, após as quais tudo volta à “normalidade”, a infinidade de balas perdidas daí resultantes, que a polícia diz se originar das armas dos bandidos e os moradores das favelas dizem que tiros partem dos policiais. O fato é que esse tipo de violência, ligada à banalização aparece combinada com a injustiça social, sobretudo quando notamos que todas as ocorrências de balas perdidas, como já sinalizado, contra moradores de favelas têm a promessa de investigação da polícia, entretanto, permanece a impunidade¹⁹.

Dáí é que destacamos agora um relato de como a pesquisa foi feita a fim de que se entenda o posicionamento entre o sujeito cognoscente e o objeto pesquisado, mas também há o intuito de que não está sendo colocado em primeiro plano uma estética do “viver na favela”, assim como não se deseja assumir certo romantismo em torno da questão social e nem mesmo se deseja destacar um discurso de classe estéril. O eixo que

¹⁷ Discutir a “banalização da questão social” foge em parte ao escopo da presente pesquisa. Todavia, as suas manifestações estão presentes nas situações já apontadas; quando se nota a primazia do mercado em detrimento da cidadania; ausência ou precariedade de investimentos públicos que garantam o bem-estar da população; na manutenção das referidas lacunas em torno do provimento dos direitos sociais, em que estas são admitidas para manter certa (re)produção política da sociedade.

¹⁸ BOPE – Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar, também chamado “Caveirão”. Aterroriza os locais onde vivem as classes menos favorecidas pela a truculência de suas ações. O ator norte-americano Sylvester Stalone quando esteve no Brasil e ao voltar para seu país chegou a publicar a estranheza do símbolo do BOPE, uma caveira, pois, segundo sua opinião não há uma correlação entre tal símbolo e a defesa da vida, mas com a morte.

O antropólogo Darcy Ribeiro, certa vez foi interpelado numa conversa informal sobre a atuação do BOPE no Rio de Janeiro; sua reação foi desconfortante. O interpelador veio a saber depois que “bope”, “entre os boboros, [são] maus espíritos que vivem sobre ou debaixo da terra, temidos por espalharem a doença e a morte. Têm aparência monstruosa e só com o enxergá-los, o índio adoece. (Baía, 2006:40)

¹⁹ Durante a pesquisa, uma menina de doze anos foi atingida durante um desses confrontos e então se desenvolveu grande comoção por parte dos moradores. Vários cartazes foram colocados nas principais vias de acesso solicitando justiça ao “assassinato da menina Agatha”

se privilegia é a sistematização do conhecimento observando as representações sociais e a sua antítese. Daí compreende-se que no início desse percurso, comentou-se uma das situações do cotidiano, o caso dos adesivos à janela seguidos de suas implicações.

A descrição dos lugares e das coisas tem como objetivo iluminar o processo de construção do objeto, ampliar os contextos que o atravessam na tentativa de aproximar o máximo possível o “concebido” do “vivido”. O processo de construção do conhecimento, destacando as posições do sujeito frente ao objeto, desencadeia algumas tensões. Mas trata-se de um momento necessário para os desvendamentos desejados.

“O método diz respeito às concepções amplas de interpretação do mundo, de objetos e de seres, referentes às posturas filosóficas, lógica, ideológica e política que fundamentam a ciência e os cientistas na produção do conhecimento” (HISSA: 159:2002).

Sobre os lugares e as coisas

O acesso à Rocinha pode ser feito através da Auto-estrada Lagoa-Barra, via expressa que representou um dos eixos de expansão da mancha urbana, após a década de 1970, devido à abertura do Túnel Dois Irmãos, atualmente conhecido como Túnel Zuzu Angel. Cerca de cem metros após o túnel, localiza-se a passarela, onde desembarca grande parte dos seus moradores, vindos do trabalho e/ou dos centros de lazer e de serviços urbanos localizados nos bairros de classe média/alta vizinhos. É, por conseguinte, uma das áreas de grande concentração de pessoas e um ponto de encontro para os moradores, lugar onde recebem seus visitantes (parentes e amigos), já que não é possível, a partir de endereços, chegar até as casas no interior da favela. Ao mencionar o lugar onde moram, as referências mais utilizadas por moradores da Rocinha são as biroschas. No lado oposto da passarela fica o ponto de embarque em direção aos bairros Gávea, Leblon, Ipanema Copacabana, Centro, etc. e desembarque para aqueles que vêm da Barra da Tijuca. Todos esses locais citados constituem os principais centros de empregos dos moradores. Trata-se de um eixo importante porque pode esclarecer como se manifesta a circulação dos moradores pela cidade; demonstra também a lógica da circulação do valor e sua relação com o espaço, através do trabalho, pondo-se à luz, embora parcialmente, um dos muitos mecanismos de transferência geográfica do valor,

pois já se pode notar como a favela se torna um suporte para o capital, através do uso da força de trabalho abstrato.

Junto a essa área de desembarque, localiza-se um enorme “corredor” de barracas de vendedores ambulantes, onde tudo pode ser comercializado: roupas, acessórios, lanches, etc. O estabelecimento das barracas no local gerou muitas disputas, pois se trata de um lugar de passagem de uma proporção considerável de moradores da Rocinha.

Após descer dos ônibus ou dos transportes alternativos (vans), os moradores seguem em direção à Via Ápia ou ao Caminho do Boiadeiro. Essas são as duas vias principais de acesso ao interior da Rocinha, onde não há grandes dificuldades em relação à circulação de veículos, e entre essas duas vias, existem pequenas ruas, localmente denominadas “travessas”. A quantidade de pessoas que transitam nessas áreas é expressiva, pois delas partem os acessos internos, em direção aos inúmeros becos, vielas e escadarias que conformam o imenso labirinto que parece ser a Rocinha. Essa parte da Rocinha com ruas um pouco mais largas e onde o povoamento se dera de forma menos “espontânea” é denominada de Bairro Barcellos; há pouco tempo, os moradores que residiam nas áreas de maior altitude, ou nos becos, manifestavam o desejo de mudar para essas áreas, o que significava, de certa maneira, ascensão social.

No final do Caminho do Boiadeiro, encontramos o Largo de mesmo nome, considerado a localidade mais conhecida da Rocinha. Até recentemente era o “centro” da Rocinha, pois era o “lugar da festa”, onde acontecia a feira dominical, mas era também o espaço comum aos operários da construção civil, que se encontravam para degustar as iguarias nordestinas, beber cerveja e cachaça, ouvir músicas, rever os parentes e os colegas de trabalho, ou simplesmente fazer compras e adquirir mantimentos. No Largo do Boiadeiro localiza-se uma das duas igrejas católicas da Rocinha, a de Nossa Senhora Aparecida.

O outro acesso em direção à Rocinha se dá percorrendo a Gávea pela Rua Marquês de São Vicente, através da Estrada da Gávea, que se inicia nesse bairro, atravessa toda a Rocinha (por cima) e termina no bairro de São Conrado, junto ao outro túnel (do Joá) que liga São Conrado à Barra da Tijuca.

Comecei essa pesquisa fazendo caminhadas por esse trajeto. Tomava o ônibus na Gávea, procurando identificar os limites da comunidade. Partindo da Gávea (após a

Escola Americana, que é privada e destinada à classe média/alta), a primeira localidade que se observa é a Vila Cruzado, localizada nos contrafortes da Floresta da Tijuca, porém de frente para a Gávea. O nome da Vila deve-se ao fato de sua ocupação inicial ter acontecido na metade da década de 1980, no momento em que foi instituído o Plano Cruzado. Logo a seguir, encontramos o “199”, nome que se compreende devido à sua localização ser um número da Estrada da Gávea que dá acesso a tantos outros bicos. De alguns de seus trechos é possível visualizar a Lagoa Rodrigo de Freitas, o Jockey Club do Brasil e ainda o Cristo Redentor. Trata-se dos principais cartões postais da cidade.

Cerca de cem metros adiante está, de um lado da Estrada da Gávea, a Rua 1, que é uma das localidades mais conhecidas da Rocinha. Do lado oposto está a “Regional”, uma espécie de subprefeitura que recebe o nome de RA – Regional Administrativa, que funciona num prédio de três andares instalado pela prefeitura. Na cidade do Rio de Janeiro, a gestão municipal agrupa vários bairros limítrofes sob a denominação de Regiões Administrativas, nomeando um subprefeito e por isso são também conhecidas como “subprefeituras”.

Na Rocinha, a instalação da RA é uma espécie de escritório, onde os funcionários (moradores contratados pelo poder público) recebem reclamações, denúncias de lugares de riscos, etc. Eventualmente, um engenheiro fica de “plantão” para prestar alguns esclarecimentos sobre métodos e modalidades de construção. A sede da Regional foi fundada no final da década de 1990, quando a Rocinha foi “transformada” em bairro, o que significou uma mudança qualitativa – ao nível do “concebido”, portanto das representações do espaço – que se operou no vazio, pois o conteúdo social (o “vivido”) se manteve ou até mesmo se agravou.

Do lado da “Regional” está a “Quadra da Rua 1” e, seguindo através de uma rampa bem inclinada, há o acesso ao Laboriaux, cujo nome remete a um francês que viveu nessa área. É a área de maior altitude da Rocinha. Consiste numa área para onde foram direcionados os moradores que residiam numa localidade junto ao Largo do

Boiadeiro, pois foram removidos para a construção do “Valão”, no início da década de 1990²⁰. O limite dessa localidade é a Floresta da Tijuca.

Seguindo o percurso, após a Rua 1 e o Laboriaux, inicia-se a descida, onde se encontra a Rua 2, cujos conjuntos de becos dão acesso ao lado oposto ao da Estrada da Gávea, até as encostas íngremes do Morro Dois Irmãos e às demais localidades da Rocinha. A seguir, observa-se a Rua 3, que é seguida pela Rua 4. Cada uma dessas localidades apresenta conformação de becos e escadarias que se ligam uns aos outros, mas não há limites claros onde começa e termina cada uma delas. Essas denominações correspondem ao loteamento inicial (na verdade, o núcleo original de povoamento), efetuado ainda no início da década de 1930 pela Companhia Castro & Guidon. Era previsto um loteamento semelhante ao da cidade “formal”, mas com o tempo (e mesmo durante a comercialização dos seus lotes) foi-se seguindo um traçado mais “espontâneo”.

Impressiona a verticalização das construções, mesmo nos becos e, sobretudo, nas proximidades à Estrada da Gávea, pois consiste numa área de maior valor econômico e simbólico dentro da comunidade. A consequência disso, vale lembrar, é que com a densificação das ocupações, aumenta a dificuldade de circulação de ar e de iluminação. Como já comentamos, a largura dos becos excede pouco mais de um metro, sugerindo-nos que o corpo é a medida de referência, e como se trata de áreas de maior valorização, se formos levar esse processo às últimas consequências, sugere-se que o corpo passa a ser colocado como estratégia de acumulação, a medida de todas as coisas. Entretanto, deve-se ressaltar a escala em que isto pode ser mensurado, assim como os contextos que podem ser postos para que tal afirmação possa fazer sentido. Existem estudos que confirmam ser a Rua 4 a área de maior incidência de tuberculose do Brasil, dada a precariedade do ambiente construído. É no corpo, pelo menos, que estas consequências

²⁰ Localidade em que se encontra hoje o segundo maior ponto de drogas (varejo) da Rocinha e por isso mesmo se recobre de certa centralidade. É grande a movimentação de pessoas, sejam usuários, sejam traficantes. No local existia antes dezenas de barracos de madeira, ameaçados de serem levados pelas enchentes recorrentes, pois, por se tratar da parte mais baixa e estar localizada nos limites de fundo de vale, é para onde convergia toda água drenada pelas cabeceiras onde se localiza a Rocinha. As obras foram realizadas no âmbito do projeto Pro-Sanear, da CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgotos), sendo um dos grandes marcos de “entrada” do Estado nas favelas, no período Brizola. Além desta construção, também foram realizadas obras de contenção, uma enorme calha que atravessa todo o Morro Dois Irmãos, situada logo acima do Túnel Zuzu Angel.

das medidas do ambiente são sentidas. Em outros termos, o lugar social dos que aí residem, sob determinadas condições, fica reduzido a sua reprodução física. Os limites do espaço, de certo modo, o demonstram.

Na Rua 2 também se localiza a “Fundação”. Essa denominação remonta ao passado, quando essa localidade abrigou a sede da Fundação Leão XIII (instituição fundada pela Igreja Católica, em 1947 e que teve forte papel de penetração nas favelas na década de 1950). A instituição não atua mais na Rocinha, mas o local continua sendo um dos pontos de referência dentro da comunidade. Ao lado da Fundação está localizada a Paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem, que teve grande papel em alguns movimentos políticos importantes dentro da Rocinha.

Ao lado da Igreja localiza-se a garagem da TAU – Transportes Amigos Unidos, empresa de ônibus que circulam na Rocinha e que realizam sua ligação aos demais bairros desde 1958. A garagem também dispõe de linhas circulando nos demais bairros. O local, no passado, foi a sede de um clube denominado SOREG (Sociedade Recreativa da Gávea), em torno do qual se reuniam visitantes que realizavam corrida de “baratinha” na Estrada da Gávea. Durante a enchente de 1982 os corpos das vítimas foram levados para esse clube. Após a garagem estava localizado um posto da polícia militar, vinculado ao 23º Batalhão. Este já não funciona, mas o posto permanece como ponto de referência, de encontro entre moradores e visitantes e até mesmo entre os residentes.

No lado oposto desse ponto da Estrada, está a Cachopa, cuja ocupação se intensificou na década de 1980; está situada junto a uma das últimas áreas de ocupação – o Portão Vermelho – que é paralelo ao Laboriaux.

Continuando a descida, observa-se a “Curva do S”, pois nesse trecho é dessa letra do alfabeto que a Estrada toma forma. Ao lado está a Vila Verde, cuja ocupação também remete aos anos 1980. Essa localidade também foi vítima de enchentes, em que vários barracos desabaram, mas após o desastre os moradores retornaram e reiniciaram a ocupação. Aí também se localiza um CIEP – Centro de Integração Pública, uma das quatro escolas públicas da Rocinha. Ao seu lado está a “Arena do S”, um local que é cercado e onde se realiza uma série de shows de grande projeção local.

Após a “Curva do S”, inicia-se o caminho do Boiadeiro, já no Bairro Barcellos, dando acesso à parte baixa da Rocinha. Um pouco mais à frente está a Cidade Nova, onde se localiza a sede da UPMMR – União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha, fundada em 1961. Paralela ao Caminho do Boiadeiro, encontra-se a Via Ápia. Juntos, esses acessos representam a centralidade da Rocinha, mas o segundo adquire maior expressão em relação ao primeiro, já que é na Via Ápia que há a maior concentração de pessoas. Contudo, tanto na Via Ápia, quanto na Estrada da Gávea, identifica-se um rico e diversificado comércio. Segundo um dos membros da Associação de Moradores, em toda a comunidade, há de cerca de 2500 estabelecimentos comerciais e alguns de serviços, incluindo duas agências de bancos privados e uma estatal, lojas de móveis, restaurantes, bares, boates, inúmeras lanchonetes, confecções e um enorme comércio ambulante em quase todas as áreas. Acrescente-se ainda um número significativo de *lan-houses*, não apenas na Estrada da Gávea, mas em todas as localidades da favela (à pagina seguinte, vide mapa esquemático da Rocinha e suas localidades)

FIGURA 1 - MAPA ESQUEMÁTICO DA ROCINHA

01	Largo do Boiadeiro
02	Bairro Barcelos
03	Campo Esperança
04	Cidade Nova
05	Rua 4
06	Rua 3
07	Rua 2
08	Portão Vermelho
09	Morro da Roupa Suja
10	Macega
11	Terreirão
12	Capado
13	Faz Depressa
14	Rua 1
15	Setor 199
16	Vila Vermelha
17	Vila Cruzado
18	Vila Laboriaux
19	Vila Verde
20	Curva do "S"
21	Cachoupa
22	Cachoupinha
23	Pastor Almir
24	Dionésia
25	Vila União

Escala Aproximada: 1:500

Fonte: Adaptado do Instituto Pereira Passos (IPP), 2007

Em relação ao “centro” da Rocinha, um fato interessante pode ser notado: a sua mobilidade ao longo do tempo. No passado – por volta da década de 1950 – o centro estava localizado em torno da Fundação, na Rua 2, ou seja, na parte mais elevada da Rocinha. Na década de 1970 e nas duas seguintes, transferiu-se para o Largo do Boiadeiro e hoje é possível assinalar que a maior concentração de pessoas situa-se na Via Ápia. Como essa concentração acaba se estendendo por vários pontos ao longo da Estrada da Gávea, a centralidade da Rocinha assume um contorno, pode-se dizer, mais difuso.

Ao final da caminhada, chega-se, por fim, ao limite entre os bairros de São Conrado e Rocinha, num lugar onde se situa uma das enormes sedes da Igreja Universal do Reino de Deus, com capacidade para cerca de três mil pessoas. Localiza-se exatamente no limite entre os dois *bairros*. Ao lado, está um dos três pontos de moto-táxis que circulam dentro da Rocinha, cuja operação iniciou-se nesta década. Esse tipo de veículo é importante ainda porque são utilizados para a circulação no interior da Rocinha. A quantidade desse transporte é tão grande que há momentos de congestionamento de motos na Estrada da Gávea. Sua importância está relacionada com a conformação dos espaços da Rocinha, ou seja, há lugar para penetração das motos nos lugares onde não é possível o acesso de automóvel. Isso é particularmente interessante, porque o uso desse meio de transporte amolda-se às vielas íngremes e becos estreitos (onde não há escadarias) como a da Dionéia (localizada paralelamente à Cachopa), a do Laboriaux e a da Rua 2. Os moradores descem dos pontos de ônibus e, a seguir, tomam um moto-táxi até suas casas, ou às proximidades, porque a presença de escadarias impede a circulação de motos.

O que está sendo proposto como abordagem é um enfoque que privilegia a análise de conteúdo (tal como é sugerido em “La Parolle de L’Habitant”), onde o pesquisador observa os silêncios, os gestos, o que anima, de certo modo, os intercursos contidos nos subterrâneos.

Foto 8 – Os percursos

Assinalados em vermelho e roxo os percursos, realizados repetidas, vezes durante a pesquisa. Em vermelho, os percursos no momento em que tomava o ônibus, depois a pé. Em cinza, percursos realizados no interior da Rocinha.

Fonte: adaptado de Google Earth

Embora as descrições acima sobre os diversos espaços que compõem a Rocinha soem como um “arremedo” de uma *deriva*, já que não se trata propriamente de uma intervenção psicogeográfica, elas contribuem para iluminar os percursos metodológicos, não somente do ponto de vista operacional, mas suas relações com os conceitos e com a teoria, numa tentativa cujo desdobramento se direciona para demonstrar a sua unidade.

Sobre os percursos metodológicos e ontológicos

As aproximações com a dimensão empírica tomaram inicialmente, poder-se-ia dizer, um caráter fortuito, no sentido de que não havia estabelecido um roteiro de pesquisa e nem um método de abordagem. Algumas vezes fazia todo o percurso anteriormente citado de ônibus, o que me aborrecia porque desse modo acreditava que o trabalho de pesquisa ficaria reduzido à mera contemplação. Não conseguia estabelecer nenhum contato, embora tivesse muitos conhecidos residentes na Rocinha pelo fato de

aí ter residido. Mas isso havia sido há muito tempo, por isso, persistia a dificuldade em estabelecer relações mais estreitas com a localidade. A tensão entre sujeito e objeto tomava contornos cada vez mais evidentes. Na caracterização dessas situações, elas aparecem muito próximas do movimento hegeliano sobre as “figuras da consciência” – conforme nos é apontado por Konder (1991:27), a partir de sua leitura sobre a *Fenomenologia do Espírito*, que assim as define:

[...] as figuras correspondentes aos momentos mais significativos do movimento ‘necessário’ da consciência, desde seu despertar inicial até a conquista de uma situação na qual esse movimento coincide com o movimento da essência da realidade. A descrição dessas ‘figuras’, para ser exata, precisa se desprender das formas empíricas que as diversas consciências vão assumindo; precisa se elevar ao nível de maior abstração, para se concentrar no que existe de comum (de ‘universal’) tanto ao percurso das consciências particulares, individuais, como ao percurso da consciência do gênero humano.

Ao fazer os mencionados percursos pela Rocinha, de ônibus, estava diante do movimento da primeira “figura da consciência” hegeliana, do “saber imediato”, que é denominado também de “certeza sensível”. Considerado pelo filósofo alemão como o mais pobre dos conhecimentos, caracterizado mais precisamente pelo momento a partir do qual surge a consciência do objeto para o sujeito, consiste numa experiência importante, pois reconhece que algo existe, mas ainda não tem como chegar ao conhecimento efetivo do existente, porque se mantém prisioneira das limitações dessa experiência. O conhecimento, contudo, não deve “se deter na primeira impressão com o objeto; deve crescer com o objeto, reconstituir o movimento de formação do objeto, acompanhá-lo”. (KONDER, op. cit., pág. 28)

Nas incursões posteriores, ousei descer do ônibus para realizar caminhadas desde a Rua 1 até a Passarela. As tensões se aprofundavam mais uma vez. Observava alguns moradores caminhando para o trabalho, outros conversando nos bares, as crianças tomando ônibus para a escola, caracterizando-se, diante de mim, um cotidiano que parecia mecânico. Tal situação impedia-me de alcançar algo que pudesse levar aos desvendamentos pretendidos.

Manifestava-se a segunda figura do movimento da consciência: a “percepção”, pois se impunha a vontade de escapar à tirania do nível fenomenológico, ou seja, na busca do rigor científico, comecei a apreender as características determinadas do objeto que estavam presentes no momento anterior. Assim, gradativamente, o real se

apresentava constituído por várias situações, cada uma delas dotadas de múltiplas qualidades, levando à consciência a defrontar-se, contraditoriamente, com a “unidade do objeto e a diversidade das qualidades do objeto” (Idem, pág. 29).

Embora preche de tensões, esse momentos se consubstanciavam em potencialidades, pois

O sujeito conquista uma capacidade que lhe faltava na “figura” precedente: a capacidade de duvidar. E a dúvida o impele no sentido de se rebelar contra as limitações da consciência que não ultrapassa as fronteiras da sensibilidade e não consegue se organizar melhor (KONDER, 1991:32).

Diante das tensões descritas, percebidas durante as caminhadas pela Rocinha, refletia sobre as leituras que eu já havia internalizado e também acerca de outras que vinham sendo empreendidas, e tudo resultou em mudanças no enfoque da pesquisa, inicialmente, destinada a identificar as múltiplas escalas que atravessam os processos sociais na Rocinha. Na interpretação daquelas leituras, observava, recorrentemente, discursos que passaram a propagar a dominância de processos desterritorializadores, os quais estavam muito presentes em autores como Octavio Ianni (1992) e Ortiz (1998), assim como naqueles que, ao sobrevalorizar a ascensão da sociedade em rede, como por exemplo, Manuel Castells (1999), sugeria a aniquilação do espaço pelo tempo, portanto, a diminuição da importância da dimensão espacial sobre a condição humana. Dessa maneira, elaborei a hipótese inicial de que o espaço constitui uma importante dimensão da vida humana, e o seguinte argumento, que precisava ser colocado à prova: não há processos desterritorializadores que não sejam compensados por processos de reterritorialização (HAESBAERT, 2004). No caso da Rocinha, as experiências vividas por seus habitantes, assim como aquelas experimentadas por pessoas que com eles se relacionam, poderiam apontar a existência de múltiplas territorialidades.

Retomei as visitas à Rocinha, não mais sob um caráter fortuito, pois havia encontrado Sônia, que fora minha aluna no Ensino Médio, e que pareceu surpresa em encontrar-me ali. Sônia estava desenvolvendo um trabalho como estagiária no âmbito do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal, que em partes do Estado do Rio consiste numa intervenção nas áreas faveladas. Assim, a Rocinha foi contemplada com um programa de urbanização parcial, com um relativo significado, dado o montante dos investimentos.

Sônia trabalhava na realização e organização de um cadastro das instituições que prestam algum tipo de serviço à Rocinha, e também no de estabelecimentos comerciais da comunidade, a fim de contribuir com a elaboração das intervenções urbanísticas. Ofereci-me para acompanhá-la nos momentos de realização desse cadastramento, assim, vislumbrei a oportunidade de estabelecer uma maior penetração dentro da Rocinha, pois tinha a intenção de superar meu conhecimento apenas periférico sobre a comunidade.

Como já referido, o aprofundamento de minhas andanças pela Rocinha e as novas leituras resultaram em novas reflexões que me conduziram a uma mudança no enfoque. A inquietação que havia, mesmo antes de iniciar a pesquisa, era a de desvelar os processos sociais vividos na favela da Rocinha, ancorados em determinado *movimento*. Mesmo que o conceito de território tenha grandes potencialidades (no sentido de apreender uma abordagem integradora da sociedade), pois possibilita a apreensão das suas múltiplas dimensões (das relações de poder, das perspectivas simbólica/material, de apropriação/domínio), a captação do movimento que então ambicionava destacar apresentaria uma maior adequação quando ligada a ideia de produção do espaço, iniciando pela discussão do conceito de *produção* no seu sentido amplo. Isso pode trazer algumas consequências importantes, dada a complexidade que se apresenta em movimento. Ademais, evidencia-se a força desse conceito a partir do momento que passa a sugerir um processo e/ou a sobreposição de outros. Por conseguinte, ganha força a noção de totalidade, abrindo-se para o *possível*. Aqui também pode ser vislumbrada uma abordagem integradora, porque capaz de cobrir distintos processos em suas múltiplas determinações.

Estabeleceu-se, assim, a terceira figura do movimento da consciência: o *discernimento*, cuja origem se encontra na capacidade de duvidar. Nesse momento, inicia-se a superação do meramente sensível, pois é quando se materializa a busca do *conceito*. É também um momento de aproximação de recortes analíticos, de decomposição das partes, de busca da apreensão de suas qualidades através da separação dos elementos para examiná-los com melhor exatidão. Todavia, isso não significa a eliminação das tensões entre o sujeito e o conhecimento do mundo, porque,

[...] para tentar superar as ilusões da sensibilidade, o *discernimento* tende a reduzir o que existia *antes* que a representação fosse elaborada; tende, portanto a reduzir um conhecimento potencialmente *novo* aos conhecimentos que já estavam previamente constituídos. Guiado pelo “discernimento”, então, o sujeito custa a apreender, custa a se abrir para a “subversão” das

novidades e prefere reiterar o já sabido. Mesmo o já sabido, contudo, lhe escapa, porque o que ‘é dado como sabido, precisamente porque é dado como sabido’ é efetivamente conhecido (KONDER, 1991:29).

Logo, dessa situação decorre outra problemática: ao se dispor a fazer recortes dos fenômenos para compreendê-los, supõe-se que cada um deles possui leis próprias que se acumulam *ad aeternum*, e que estas não se articulam de modo satisfatório, dissolvendo-se as possibilidades da unidade do real. Assim, em virtude do isolamento em realidades múltiplas, a realidade continua desconhecida.

Todas essas etapas, de fato, aproximam-se das experiências de campo vividas na Rocinha. De um lado, como já explicitado, assumia como pressuposto que se devia apresentar a unidade entre o conceito, a teoria e o método; de outro, incorporava a ideia de que o conhecimento científico consiste na produção de uma síntese sobre o real. Mas também atentava para o fato de que a análise tanto precede quanto faz parte da síntese.

Nesse movimento sobre o conhecimento, a realidade sempre nos escapa. Na tradição moderna, a lógica formal, ao operar pelo princípio da identidade, na busca do conceito, isolava – ou como nos aponta Alain Bhir (sem data) –, colocava entre parênteses, ou descartava o que é particular, e assim produzia *equivalências*. Isolando o “vivido”, sobrevalorizava o “concebido”.

Assim, uma das tentativas para a superação dos impasses gerados por esse momento, pode ser entendida ainda, como sugere Konder (op. cit.), através da sua interpretação sobre as “figuras” hegelianas, a “consciência de si” ou a “autoconsciência”.

A consciência se interroga, quer se conhecer melhor, mas logo é obrigada a enfrentar uma dificuldade enorme: só posso me conhecer se tiver um termo de comparação, isto é, se conseguir me comparar aos outros. A ‘autoconsciência’, portanto, precisa de outra ‘autoconsciência’. Mais precisamente, ela se afirma (afirma sua liberdade) em sua relação com a outra ‘autoconsciência’. No momento em que o sujeito se volta para si mesmo, enfraquecido e intranquilizado por sua experiência fracassada (na tentativa de conhecer e dominar o mundo externo), a ‘auto-consciência’ não pode ser *universal*. E a liberdade a que o sujeito tem acesso, não sendo universal, é particular: colide com a liberdade do outro. (1991:32)

Eis, assim, a quarta “figura” da consciência. Sugere que sujeito e objeto devem interagir para atingir a sua unidade e a sua superação dialética, que é mediada pela *razão*, correspondente à quinta “figura”, relacionada ao momento em que

[...] O indivíduo começa a se pensar concretamente como parte de uma realidade mais universal: suas iniciativas, suas paixões, seus interesses particulares, seus movimentos, se inserem num todo mais amplo, no movimento mais geral da humanidade, naquilo que Hegel caracteriza como o processo real (o processo de realização do espírito); e é essa inserção histórica que dá aos atos humanos o sentido mais completo que eles podem ter. (KONDER, 1991: 32)

Konder afirma que essa inserção não é tranquila, pois, reconhecedores de suas ações, os indivíduos percebem as suas potencialidades; percebem que seu trabalho é, em essência, *social*. Vislumbram a convergência de seus esforços, mas defronte de um quadro extremamente tumultuado, dão-se conta de que “estão se movendo numa situação institucionalizada que enseja múltiplos equívocos e lhes mutila a universalidade da ação”. (p. 32).

A fragilidade da razão, na busca da máxima precisão, resulta em pagamento de tributos à observação: descrição e nomeação, com tendência de repetição da atitude presente na “figura” do “discernimento”, arriscando-se em direção a simples classificação e ordenamento. Limita-se, enfim, à elaboração de *leis*. Diante da armadilha de uma *razão legisladora*, “não consegue encarar a riqueza do universal e é levada a enquadrar a verdade em fórmulas secas, estratificadas, sem vida”, completa Leandro Konder (1991:32).

Desse modo, parece impor-se a necessária superação da razão em torno de si mesma, pois é o próprio movimento que abre caminho para o próximo momento das “figuras” da consciência: o “espírito”. É através da autocrítica da razão que o espírito se estabelece.

O ‘espírito’, ao mesmo tempo supera e preserva como momentos significativos tudo aquilo que havia de válido em todas as ‘figuras’ precedentes do movimento da consciência: desde a certeza sensível do saber imediato e da percepção, passando pelo discernimento e pela consciência de si, até a razão (KONDER, 1991:33).

Há algo que atravessa todas as etapas do movimento em torno das “figuras” da consciência hegelianas: um permanente confronto entre o ser e o mundo, representado pela constante contradição entre ambos, que acaba por direcionar, assim, para a última das figuras: o “saber absoluto”. Sujeito e objeto chegam, enfim, à sua unidade, que é celebrada a partir do *conceito*. É o momento da (re)conciliação entre o ser e o mundo.

Essa longa exposição sobre o movimento em torno dos momentos das “figuras da consciência” não teve somente por objetivo a apresentação da pertinência do conceito, mas também o de tentar superar a oposição do sujeito em relação ao objeto. Mais importante ainda, procurou demonstrar que o conceito, o método e a teoria foram sendo construídos concomitantemente, portanto, pressupõe-se que a relação entre eles não é de simples subordinação, mas de unidade. Crê-se assim ter atingido o rigor científico através da demonstração de um esquema interpretativo.

Parece que está sendo apresentado um “extratexto” (tal qual sugere a Análise Institucional), pois ocorre um reconhecimento de que o sujeito subjaz implicado no objeto, nas suas posições objetivas, por ter sido um morador da Rocinha; e nas suas posições subjetivas, que influenciam nas opções teóricas, porque remetem a um esforço, poder-se-ia dizer, de retomar uma leitura marxista da favela à luz da teoria do valor.

À medida que minhas aproximações com os moradores e os processos sociais por eles vividos foram sendo melhor percebidos, abriram-se novas perspectivas e, simultaneamente, realizava novas leituras. Nesses momentos, internalizava o conceito de “alienação” e imaginava a sua aplicação nas situações que então estava vivenciando durante o trabalho de campo.

Nessa perspectiva me vejo defronte ao, digamos, “acerto metodológico”. A primeira observação era a de que o nível fenomenológico não deve coincidir com o real, porque senão a ciência se tornaria supérflua. A segunda é a de que não se deve confundir o método de exposição com o de análise. Para superar esses impasses, a busca agora era por tornar mais explícitas as mediações, como será visto adiante. Devo acrescentar, contudo, que a longa exposição sobre os seres e as coisas tem a finalidade, insisto, de demonstrar que foi se construindo o método, os conceitos adequados e as respectivas mediações para o entendimento da complexidade que certos *movimentos* se apresentam na metrópole e na Rocinha em particular.

Por fim, cabe acrescentar, buscou-se demonstrar a complexidade do movimento da realidade, as suas transformações aceleradas que estão inseridas na lógica da acumulação do capital no tempo presente, mobilizando seres, coisas (e o espaço). Esta reflexão nos faz ver que as figuras demonstradas acima consistem em etapas do pensamento. Portanto, o conceito, como quer Hegel, não resolve os conflitos e tensões entre os seres e o mundo, entre o sujeito cognoscente e o objeto a ser conhecido. Isto

não quer dizer que elas tenham de ser resolvidas, mas o que se tem em mira é partir do real concreto e a seguir ir até as abstrações para compreender as composições da prática social.

Pensava na possibilidade de incorporar os métodos da Análise Institucional para aplicá-lo à Rocinha, pois identificava as suas potencialidades, sobretudo, em função da sua aproximação em torno da teoria da implicação, da indissociabilidade entre sujeito e objeto, e mesmo da superação das tradicionais dinâmicas de grupo (LOURAU, 1991, 1997; ALTOÉ, 2004). E ponderava: a Análise Institucional potencializa a restituição da tensão que se estabelece entre o “instituinte” e o “instituído”²¹.

Entretanto, uma vez que absorvesse essa metodologia, seria necessário encontrar os agentes demandantes da Análise Institucional. A partir das experiências de campo, que foram sendo aprofundadas, supunha que houvesse interesse, por parte das lideranças comunitárias, na realização da incorporação de um projeto de transformações ou pelo menos de uma reflexão autocrítica. Tentei mapear os líderes comunitários, mas o quadro era extremamente ambíguo: as práticas desses supostos agentes não coincidiam com as esperadas por parte das lideranças políticas envolvidas num projeto de mudança social. Numa conversa com o senhor Fernando, que apresenta forte influência dentro da Rocinha (é diretor de uma das mais antigas instituições sociais existentes na comunidade), fui interpelado com a seguinte interrogação: o que é liderança comunitária? Disse-me ainda em tom irônico: “Então, um cara que toca um projeto de futebol, que atende dez crianças, é um “líder comunitário?”

Revelava-se a primeira impressão sobre a Rocinha no que se refere às ambiguidades que iam agora tomando forma. Há determinados agentes que se unificam em torno de um pretense cosmopolitismo, sugerindo que a comunidade aparece com certa singularidade em relação às outras favelas, porque emergiam eventualmente discursos performativos que ofereciam uma posição de vanguarda da localidade, algo

²¹ A tensão entre o ‘instituinte’ e o ‘instituído’, embora tenha sua marca nos escritos do filósofo grego radicado na França, Cornelius Castoriadis, é na escola da Análise Institucional, liderada em certa medida, por Lourau, que aparece grande destaque a esses conceitos. O analisador observa que um contém o outro, no sentido de serem ‘momentos’ e desdobramentos do imaginário social. Também não são simples opostos, na medida em que o instituído é a encarnação, a materialização do instituinte.

muito paralelo à ideia de a Rocinha se projetar como “um lugar do mundo” e um “mundo de todos os lugares”.

Ao mesmo tempo em que a Rocinha aparecia com suas fronteiras muito bem delimitadas pelo ambiente construído, no sentido de que a irregularidade das construções marcava as diferenças visíveis em relação aos ricos bairros vizinhos, certas capilaridades eram evidenciadas, em consequência da penetração de *outsiders* (visitas eventuais de artistas e intelectuais) e da presença constante dos “jeeptours” (com a inclusão de visita à Rocinha por parte de uma empresa de turismo), jeeps que circulam com turistas, tirando fotos e andando pelas ruas de fácil circulação. Adiciona-se a recorrência a um discurso que propaga a ideia de que a “Rocinha é ordeira”, o que foi repetidamente comentado por uma “líder comunitária”, ou o que disse um morador: “a Rocinha é conhecida no mundo inteiro” porque “é a maior favela da América Latina”.

De acordo com uma perspectiva ampla, a Rocinha pode, por um lado, oferecer um *espetáculo* e, por outro, aparecer como uma mercadoria. Isso pode ser evidenciado em vários níveis: pelo uso do espaço através de sua apropriação econômica, pela referida empresa de turismo e pelas “lideranças comunitárias” (interessadas em “vender projetos sociais” para as ONGs financiadoras, ou mesmo para o Estado, intermediadas por este). Torna-se “terra de negócio”, para citar a expressão do sociólogo José de Souza Martins (1984), opondo-se ao lugar do não-trabalho. Segundo essa ótica, na Rocinha suprime-se o valor de uso – uma vez que se enfatize certa produção do espaço social – para ser incorporada ao movimento de valorização do capital, mesmo que se embotando de contradições.

Assim, decidi continuar as observações a partir de várias estratégias. Uma vez que o enfoque da pesquisa versava sobre as práticas sociais ancoradas no cotidiano, com a pretensão de analisar certo *movimento*, terminei seduzido pelo objeto. Passei a considerar que a forma adequada em termos operacionais podia emergir do próprio objeto, em outras palavras, continuei as observações e, a partir da estagiária Sônia (responsável pelo cadastro na Rocinha pelo PAC), vários contatos foram surgindo. Penso que assim pude escapar das “armadilhas” da modernidade que põe entre parênteses o “vivido”, ou até mesmo o descarta (Bihr, 2001).

O método por mim utilizado passaria a tomar uma forma, digamos, “ecclética”. Dessa forma, implicado com a perspectiva do vivido, tentando apreender os interditos, busco ao mesmo tempo identificar as tensões que se estabelecem entre o instituinte e o instituído, num esforço para compreender os sucessivos processos de dilaceração de distintos grupos sociais que podem estar diante de determinada subsunção formal. Há o envolvimento de múltiplos processos, onde o espaço assume um papel importante, que vão desde a apropriação econômica até a apropriação política, com a atuação de diversos agentes inseridos nas transformações políticas e institucionais recentes.

Esse longo percurso sobre o método demonstra o desejo de escapar de uma adequação ancorada na lógica formal entre metodologia/teoria e objeto, mas, vale reforçar, da busca de sua unidade, pois,

[A]s metodologias devem ser muito mais flexíveis para que possam adaptar-se, com mais espontaneidade, aos projetos e às pesquisas. Necessariamente, não são referenciadas pelos paradigmas ou pelos métodos – no sentido que aqui se confere aos conceitos. A liberdade de seu uso, diante da criatividade de roteiros mais flexíveis, permite uma avaliação mais crítica da realidade que se compatibiliza com a complexidade do mundo em interação. (HISSA, 2002:159)

A análise, observada a partir das distintas qualidades do objeto, precede a síntese e ao mesmo tempo toma parte desta, na tentativa de incorporar uma perspectiva que eleja a totalidade aberta (LEFEBVRE, 1995), reconhecida como dinâmica e movente, contrapondo-se a uma totalidade fechada que encerra o conhecimento em si mesmo. A concepção de ciência torna-se, desta maneira, “a *arte de combinar* informações, a partir de critérios e de trajetórias previamente definidas e, também, reorganizadas ao longo do percurso”, pois a ciência não tem o papel de “descobrir” nem de criar nada a partir de um ponto zero, mas de sistematizar o que já existe, através da reunião do que está ou esteve separado, inclusive as ideias. (HISSA, 2002, 160).

Por essa razão, torna-se necessário afastar-se de métodos que castrem a imaginação criativa, como é o caso de alguns métodos convencionais. Tendem a não apresentar relação com as questões e os pressupostos, porque são rígidos e podem conduzir a uma adequação entre o concebido e o vivido:

[...] Os arranjos que mais se aproximam de respostas convincentes aos problemas – motivando o movimento da pesquisa – são os mais críticos, quando conduzidos através de exercícios mais livres de criatividade. Tais construções, por vezes ultrapassando a simples descrição formal e

superficial das aparências, aproximam-se de leituras pertinentes aos problemas colocados pelo mundo em que, transcendendo as formas e superfícies, podem se aproximar dos conteúdos; não se limitando aos dados e à aparência, podem tocar a história das coisas e dos seres – a sua própria natureza – e, assim, habilitam-se a subsidiar a transformação do mundo. (HISSA, op. cit., pág. 160).

As visitas à Rocinha foram sendo intensificadas, auxiliadas pela estagiária Sônia, já que a proposta desta pesquisa tem como desdobramento a apreensão de certo movimento em suas múltiplas determinações. Inicialmente, limitei-me a acompanhá-la no referido cadastro para as obras do PAC. Nesse sentido, houve uma intensificação da pesquisa de campo, através da inserção na Rocinha; esforçava-me para atingir os limites físicos da comunidade, como a Floresta da Tijuca e, no lado oposto, as encostas mais íngremes, local de residência da população mais empobrecida. Esses dados eram revelados pelas condições de habitabilidade, pois indicava que essa proporção dos moradores da comunidade não conseguia residir nos seus centros (junto à Estrada da Gávea ou no bairro Barcellos). Logo, o espaço assumia contornos de raridade, a partir do momento em que se observavam os limites à expansão (impedida pelo afloramento rochoso e íngreme), sobretudo, na parte situada acima do Túnel Dois Irmãos, nas localidades conhecidas como Macega e Roupas Sujas.

Em alguns trechos o acesso às casas apresentou grande dificuldade, pois tínhamos de colocar as mãos no chão para transpor essas áreas, cujos residentes vivem em barracos de madeira, prestes a desabar. Fiz alguns contatos com seus moradores a fim de retornar para entrevistá-los a respeito da vida na comunidade.

Os relatos desses moradores podem ajudar a esclarecer o presente percurso, iluminando as tomadas de posição que se põem em perspectiva, sobretudo em relação ao conceito de alienação, ressaltando a sua multidimensionalidade.

Ao indagar de uma moradora dessa localidade sobre as providências relativas às ameaças de desabamento de sua residência, ela respondeu que a Associação de Moradores foi procurada e foi-lhe comunicado que não havia solução para o caso, porque não seria possível melhorar as moradias. O representante da associação acrescentou: “Ah, vão vivendo aí como animais mesmo, não tem jeito”. Esse grupo social se aliena de sua *hominidade*, de seu *ser genérico*, porque a vida cotidiana se torna reduz à mera reprodução física em seus limites.

Em outro relato, quando pergunto acerca do cotidiano na Macega, uma de suas moradoras revela a alegria de ver os filhos crescerem, da hora do seu descanso, mas a seguir aponta para os “infortúnios”. A moradora olha fixamente para o horizonte, faz uma pausa, e diz que por aquele caminho (mostrando uma trilha que vai em direção a um paredão rochoso) circulam pessoas que deverão ser assassinadas : “É por aí que os meninos [pessoal envolvido com o tráfico] passam para serem executados. Eles sobem com uns tantos, mas volta só uma parte deles”. É a culminância da alienação do último “bem” que se dispunha – a vida.

As abordagens devem agora tomar um sentido mais preciso: as caminhadas e os contatos se ampliavam, abrindo-se vias para a sistematização da pesquisa e possibilitando uma perspectiva ontológica. Os seres e as coisas passaram a assumir certa unidade. Comecei a acompanhar os grandes eventos que ocorriam na Rocinha a fim de descortinar as ambiguidades que então me instigavam. Foram momentos em que se podia notar a reunião de pessoas com determinado destaque social na Rocinha, e talvez a expressão que possa definir tal grupo seja a de uma “burguesia da favela”.

Essas situações serviram para que se vislumbrasse “redes” e “tramas”, para que se tornasse possível superar a ideia preconcebida de um cotidiano aparentemente mecânico como esclarece a “teoria do espaço”. Para Lefebvre:

O ponto de partida, para tal pesquisa não se situa nas descrições geográficas do espaço-natureza, mas antes no estudo dos ritmos naturais, das modificações trazidas a estes ciclos e a sua inscrição no espaço pelos gestos humanos, os do trabalho em particular. Parte-se, então, dos ritmos espaço-temporais, os da natureza transformada por uma prática social. (2000:138)

Henri Lefebvre, na mesma obra, lembra-nos ainda que a teoria do espaço descreve e analisa as texturas compostas pelo agenciamento das formas e estruturas. Consiste, numa aproximação do que se tem estabelecido no percurso aqui proposto, sobretudo, quando o filósofo francês indaga sobre os modos de existência das texturas e responde que elas não são percebidas nem dentro nem fora da natureza e que “as pessoas animam os trajetos e percursos, as redes e caminhadas, pelas narrações, pelas ‘presenças’ míticas, genialidades, espíritos favoráveis ou não, percebidos como existências concretas” (op. cit. 159). É assim que

A produção do espaço se toma dessas estruturas e lhes faz entrar nos conjuntos (texturas) diversos. Quem diz *textura*, diz também sentido, mas

para quem? Para um leitor qualquer? Não. Para qualquer um que vê e age no espaço considerado, ‘sujeito’, dotado de um corpo, ‘sujeito coletivo’, por vezes. Para tal ‘sujeito’, o agenciamento das formas e estruturas correspondem às funções de conjunto. Lacunas (ausências-presenças), margens, portanto, redes e tramas, têm um sentido *vivido* que é necessário elevar ao concebido sem o romper. (LEFEBVRE, 2000:156)

Muitas vezes a prática social se confunde com os processos sociais (ou dão-lhes sentido), porque são marcados por uma superposição de redes e de tramas que possibilitam a análise de suas ambiguidades, como pude identificar nos grandes eventos de que participei na Rocinha. Um deles teve uma significação muito expressiva: a solenidade de inauguração das obras do PAC, que teve a presença da comitiva da presidência da república, incluindo o próprio presidente, Luís Inácio Lula da Silva.

Tratava-se de um momento unificador de diversas tramas que começaram a se formar antes mesmo da solenidade. Observei a mobilização da Associação de Moradores, através da presença de seus funcionários nas escolas, nos bares, nos “bastidores” e frente aos “meninos do movimento” (os grupos formados pelos traficantes). Em cada uma dessas esferas circulavam informações e procedimentos, recomendava-se às crianças que levassem para casa os panfletos que estavam sendo distribuídos e os mostrassem a seus pais. Havia um cuidado excessivo em relação à visita do Presidente, para que não houvesse “transtornos”. Esse era o principal assunto que circulava entre os moradores nesse momento.

No dia do evento foi montado um palanque na “Arena do S”, uma vasta área a céu aberto, junto à Curva do S, nas proximidades do CIEP. As ruas tiveram o tráfego restrito e foram colocadas grades no meio da Estrada da Gávea, isolando-se um de seus lados exclusivamente para a circulação da comitiva.

Redes e tramas não coincidem com os grandes agrupamentos cujo estudo transcende o da cotidianidade: classes, nações, sindicatos, partidos. E, no entanto, são elementos e aspectos destes; situam-se os grandes grupos da cotidianidade, e reciprocamente. Ao longo das redes se transmitem, de boca a orelha, às vezes com velocidade assombrosa, mas sem deformações nem filtros, as notícias e apreciações. A imprensa e as informações faladas duplicam a imprensa escrita e as informações especializadas; mas as redes não excluem a via escrita. (LEFEBVRE, 1978. 100)

As tramas e redes se unificaram em torno de um momento significativo. Estavam presentes vários políticos da esfera estadual e federal e também alguns

candidatos às próximas eleições na esfera municipal. Além desses, estavam também no palanque as “lideranças comunitárias” da Rocinha. Detive-me por alguns momentos numa reflexão que levou a uma observação sobre a *reprodução política da sociedade*, cujo componente envolvia, em especial, naquele momento, a mobilização de discursos sobre o espaço. Como exemplo, citamos as projeções de pretensos candidatos, através de mensagens elogiosas e de apologias aos moradores, que continham expressões como “povo sofrido”, dirigidas aos moradores, que eram submetidos a “períodos recorrentes de violência”. Outro momento a ser destacado foi um certo “ataque” de Claudinho da Academia ao então Governador do Estado – Sérgio Cabral, único político que não recebeu aplausos por parte dos poucos moradores presentes no momento das apresentações dos componentes da comitiva por ocasião da abertura da solenidade. A estratégia (que soava como uma provocação ao governador) de Claudinho foi a de pedir um minuto de silêncio em respeito à Agatha, uma menina de doze anos que, há poucos dias, havia sido vitimada, atingida por uma bala perdida. Note-se que Claudinho ainda não era candidato a vereador.

Refleti sobre os antagonismos que então se estabeleciam. Materializavam-se as ambiguidades cujas observações eram possíveis apenas a partir de uma aproximação ao cotidiano cotejada com a análise de seu *movimento*. Esse *movimento* por sua vez pode demonstrar as referidas ambiguidades e aproximações que atravessam a ordem no/do mundo, dos seus seres e das coisas, a ordem próxima e ordem distante. Em especial, a Rocinha se apresenta simultaneamente fragmentada e articulada, com distintos processos de alienação que se põe em jogo no “vivido”. A presença das supostas lideranças comunitárias, por ocasião da referida solenidade, sugeria a ideia de “comunidade”, pois, a princípio, as disputas não são aparentes, na medida em que não transparecem os eventuais conflitos. Isso pôde ser notado em outros momentos, mesmo fora desses grandes eventos, por assim dizer, unificadores.

As observações precedentes tiveram por finalidade apresentar as vinculações entre a noção de redes e tramas e o processo de produção do espaço. A sua conformação se liga aos distintos percursos e trajetórias que ajudam a desvelar os complexos processos sociais desencadeados na favela da Rocinha. Segundo Lefebvre (1978: 101):

[...] as tramas se diferem das redes em que se veiculam pessoas e não somente ‘ruídos’, informações e rumores. [...] No nível do cotidiano ‘vivido’, introduzem perspectivas mais amplas. É raro que um indivíduo,

por mais isolado que pareça, não seja membro de uma rede ou trama, amiúde sem sabê-lo. A maior parte da gente participa em vários destes grupos ‘informais’. (pág 101)

A par das situações que foram se apresentando, os contatos foram se aprofundando, permitindo a consolidação de um desenho teórico e metodológico para a compreensão do que a Rocinha é, o que seu espaço secreta e, ao mesmo tempo, o que revela através de seus interditos. Considerei que se poderia assim vislumbrar o seu *vir a ser*. Eis a razão pela qual as visitas à Rocinha tiveram de ser constantes. Continuei presente nos outros eventos, entre os quais as Assembleias para a realização do cadastramento para a realização da regularização fundiária; as reuniões sobre os canteiros sociais, destinados a avaliar as intervenções urbanísticas do PAC; os ensaios da Escola de Samba; a Via Sacra da Rocinha, uma encenação sobre a Paixão de Cristo que ocorre todos os anos, que se inicia no Largo do Boiadeiro, em frente à Igreja de N. S. Aparecida e se estende pela Estrada da Gávea até a Igreja de N. S. da Boa Viagem.

Alguns desses eventos são particularmente intrigantes, em especial, aqueles que tratam das reuniões e assembleias para a discussão da regularização fundiária e das obras do PAC. A adesão dos moradores é muito fraca; Sônia estava trabalhando agora no cadastro das residências, tendo em vista a regularização fundiária. Descrescia-me as dificuldades que os moradores apresentavam em relação às etapas do processo de regularização. Era solicitado aos habitantes o preenchimento de documentos, mas eles os entregavam incompletos. Além disso, não compareciam ao escritório da Fundação Bento Rubião – instituição contratada para coordenar as atividades da regularização – para completar a triagem.

Com relação às obras do PAC, as assembleias apresentaram o mesmo caráter. Os moradores demonstravam mais interesse em relação a um possível trabalho do que no processo decisório que envolvia os procedimentos das obras.

Todavia, alguns elementos se cercam de importância para explicitar a ideia de Estado como administrador da “exceção” (e cabe acrescentar, como abstração real). Tanto nas obras de intervenção urbanística quanto no processo de regularização fundiária, revela-se um elemento híbrido na perspectiva dos moradores, que vai do desinteresse à apatia, passando pela recusa. Uma interpretação, ainda que apressada, cerca o inconsciente coletivo, cujas evidências são demonstradas: por um lado, a

perspectiva de que a informalidade traz algumas vantagens, como por exemplo, o não pagamento de algumas taxas e tributos públicos; por outro lado, é importante refletir, a crescente informalidade que assola a cidade (em especial o acesso ao emprego e à moradia) tornou-se a regra, daí a interpretação de que o esforço do Estado tem sido o de “administrar a exceção”. Não é sem fundamento que as primeiras áreas objeto do processo de regularização foram aquelas que representavam os limites da favela (Cachopa e Laboriaux), pois supõe-se que, uma vez regularizadas, haja contenção de seu crescimento.

Os movimentos identificados até o presente revelam a complexidade que se desdobra em função dos desvelamentos da produção do espaço. Os desafios aparecem na seleção dos métodos, nas perspectivas teóricas, para iluminar o devir dos seres e das coisas. Essa complexidade aumenta quando o conceito escolhido é o de alienação, com a sua apreensão através da vida cotidiana. Novamente, notamos uma observação importante de Henri Lefebvre (1978-101):

O estudo da vida cotidiana obriga os filósofos a flexibilizar e concretizar esta noção. Alienação e desalienação se entremesclam, longe de se excluírem. O que liberta e ‘desaliena’ em relação a uma atividade já alienada pode resultar ‘alienante’ e, por consequência, exigir outras ‘desalienações’. E assim sucessivamente, em um movimento dialético, ou seja, feito de contradições sempre resolvidas e sempre remanescentes.

Justificam-se, desse modo, as necessárias e permanentes visitas à Rocinha, pois, estes processos – as atividades que servem de contextos para os movimentos de alienação e desalienação – são possibilitados pelo acompanhamento do seu movimento.

[...] os indivíduos no mundo da produção, são efetivamente conscientes de si, mas eles tendem a viver dobrados sobre si mesmos, sobre sua técnica e sua especialização. No resto da vida social e humana, eles não são conscientes senão para rejeitar, desdenhar, ou se transpor no irreal. Eles tendem ao *individualismo*. Ora, se a individualidade humana deve consistir em uma relação do ser singular com o universal – razão, sociedade, cultura, mundo – não se trata aqui da verdadeira individualidade, mas somente de uma forma abstrata, vazia, negativa, do individual. É esta forma, com um mínimo de conteúdo, que se pode nomear ‘consciência privada’. Ela é consciência de si, mas consciência limitada, demarcada, negativa, formal. Esta consciência, separada de suas condições de [...] existência, crê que ela se basta e tenta se bastar. Ela degenera. E é isso que exprime perfeitamente a expressão correntemente empregada para designar a vida cotidiana dos indivíduos nesta estrutura social: a vida privada. É certamente uma ‘vida privada’: privada da realidade, de ligação com o mundo – uma vida em que todo o humano é

estranho – aquela do indivíduo conformado pelas tendências individualistas. (LEFEBVRE, 1958:162)

Há diversas dimensões do cotidiano, que consistem em diferentes janelas com distintas possibilidades potencializadoras do desvendamento de certos *movimentos*. O que foi exposto até aqui nos mostra que não se trata de estabelecer, conceitualmente, simples oposições binárias entre o geral e o particular; entre o público e o privado; de retomar a indissolúvel clivagem entre indivíduo e sociedade; de superação do banal e do repetitivo; não se discute uma oposição entre o “concebido” e o “vivido” como foi demonstrado por Alain Bhir (op. cit.), a partir de suas relações complexas. Há mesmo confrontos estabelecidos entre ambos, confirmado no seu exame sobre a teoria clássica do conceito, o que pode ser percebido desde Aristóteles até Descartes, em que se manifesta a sobredeterminação do “concebido”, pondo entre parênteses ou descartando o “vivido”.

Importa assinalar, contudo, que o “vivido” aparece colonizado pelo “concebido”, numa sobreposição infinita de processos. Deve-se acrescentar que o mais importante deles está relacionado ao fato de que a reprodução das relações de produção põe assento no cotidiano, conforme nos aponta Damiani (1999), porque o processo de acumulação deixa de ficar restrito ao chão da fábrica.

A apreensão desse cotidiano não se dá, entretanto, sem mediações e implicações. Resta apontar de que maneira o cotidiano é apreendido na presente pesquisa. Dentro das tramas e redes que se foram configurando e diante da necessidade da manutenção das visitas à comunidade, necessitava estabelecer algum nível de cumplicidade com os interlocutores, pois tinha em mente tomar o “espontâneo” como uma espécie de estratégia para recuperar os não-ditos e para identificar os conflitos abertos ou latentes que se manifestavam. Precisava ampliar a escala para recuperar a crítica da economia política. Assim, através dos contatos que foram sendo feitos, consegui incorporar-me como voluntário a um grupo da escola noturna da Ação Social Padre Anchieta -ASPA, desenvolvendo junto aos alunos e aos educadores sociais várias atividades.

Desse modo, ampliava a minha presença na Rocinha e estreitava os laços com alguns de seus moradores, tendo em vista realizar as entrevistas não-diretivas. Ao mesmo tempo, aproximava os meus estudos dos principais interessados. Foi dessa maneira que abordei os alunos da escola noturna, pois lhes disse que estava tendo uma

oportunidade de devolver o que era discutido no grupo de estudos na universidade, através de um esforço de diálogo e da troca (tanto de conhecimento quanto de experiências) que realizávamos. Essas atividades, naturalmente, absorveram um caráter político, pois ali já surgiam os primeiros resultados da pesquisa, apontando, de certo modo, o que *é* a Rocinha. Resumidamente, tentava (e ainda estou tentando), demonstrar como o espaço se inclui na (re)produção das relações sociais de produção. O lugar em que vivemos no espaço, muitas vezes, depende do lugar que ocupamos dentro das relações sociais de produção. Construía aqui uma tentativa de desmistificação de consciências (LEFEBVRE, 1999), procurava demonstrar que capital e trabalho estão em posições antagônicas (MARX, 1972). Neste nível de análise também se reproduzem as contradições. É forçoso notar que este é um momento destinado também a provocar, via desmistificações, a consciência-de-si, considerado então um dos momentos necessários para a superação das alienações, mesmo que outras venham à superfície.

As entrevistas não-diretivas inspiradas nas obras de Henri Raymond, *Paroles D'Habitants* (2001) e *L'Habitat Pavillonnaire* (2001), representam tentativas, como sugere um dos títulos das publicações, que possibilitam apreender o espontâneo. Durante as entrevistas ou nas dinâmicas de grupo na ASPA (na Rocinha) evitei fazer intervenções, a não ser algumas observações gerais que soaram mais como provocações do que como direcionamentos em relação às falas dos meus interlocutores. Essa postura também se consubstancia numa forma de conquistar a confiança dos interlocutores, evitando-se os tradicionais questionários que mais parecem inquéritos policiais (*sic*). Ademais, habilita o pesquisador a acompanhar o movimento nas suas falas, os silêncios, as ironias, os ritmos, a maioria deles decodificadores de determinadas situações.

O método das entrevistas não-diretivas se aproxima de uma perspectiva em que se conceitualiza o homem total, suas múltiplas determinações. Assim, a valorização do *Habitar* sobre o *Habitat* permite explorar inclusive a sua dimensão simbólica, além de seu forte apelo à espacialidade, quando remetidos às redes e às tramas que dão sentido à prática social. Busca-se, nessa forma de apreensão, a *poésis*²² perdida. Posteriormente, essas descrições serão aprofundadas.

²² Entendida por um momento em que os valores ligados aos laços de solidariedade, de conformação de redes de ajuda, de maior integração da coletividade, das reuniões rotineiras para os mutirões e para a auto-

CAPÍTULO III

OS SERES E AS COISAS, *PRODUÇÃO* E VALOR

Pelo que foi exposto, acreditamos que nas páginas anteriores já pode ser percebido, através de algumas indicações, o percurso teórico que se pretende incorporar. Isso também ocorre com a discussão metodológica. O percurso retomado aqui tem a pretensão de aprofundar e ao mesmo tempo reforçar os argumentos registrados e relacionados às hipóteses apontadas.

Há um distanciamento cada vez maior da ideia de espaço como “palco” onde as coisas acontecem, da identificação de seus atributos, da construção exaustiva de inventários sobre seus conteúdos. Estão distantes as descrições geográficas, incluindo-se os velhos princípios de conexão, comparação, localização, etc., os quais foram importantes em determinados períodos, porque tinham uma funcionalidade importante. Nos marcos do positivismo esses princípios eram necessários para dar um caráter de identidade à ciência geográfica. A perspectiva da diferenciação de áreas (cara a Richard Hartshorne, marcada pelos estudos corológicos e contornada por certa abordagem neokantiana) também se esgotou e foi sucedida pelos preceitos da febre quantitativa derivada das querelas neopositivistas. As tensões não tardaram, porque eram dominadas pelos pressupostos da lógica formal que, num exercício em que se destacavam os princípios da identidade, suprimiam-se as diferenças. Além disso, dentro de um esforço que colocava em perspectiva o princípio de identidade, produzia equivalências, no sentido de forjar adequação entre o real e a teoria. Ainda assim, não faltaram acusações à geografia, considerada como uma ciência empírica. Contudo, necessário se faz lembrar que não há uma linearidade na história do pensamento geográfico.

Do ponto de vista do planejamento, logo se pôs a descoberto sua intencionalidade. Agora desfigurado, desvelou-se que estava longe a sua neutralidade. A

construção, para o lazer, da formação de redes de conhecimento para arranjar trabalho, etc, assumiam contornos mais intensos, fazendo mesmo parte de estratégias de sobrevivência.

preocupação primordial em determinadas perspectivas era sobre o desenvolvimento e havia tensões que se notabilizaram pelo fato de que o desenvolvimento passaria a ser interpretado mais como um crescimento e sem os pretensos alcances apregoados pela modernidade. As descrições das coisas *no* espaço encontravam seus limites, embora não sejam descartadas algumas contribuições importantes, como por exemplo de geógrafos estrangeiros que construíram sólidos diálogos com os brasileiros na formação das cátedras de geografia nas universidades do país.

Para Soja, nos anos recentes, houve uma “descoberta” do espaço porque as abordagens sobre a sociedade, em tempos pregressos, se apoiavam no historicismo. As interpretações que chamam sua atenção, acerca das contribuições de Foucault, Berger, Lefebvre, Polantzas, entre outros, levam o geógrafo anglo-saxão a apontar:

[...] devemos estar insistentemente cientes de como é possível fazer com que o espaço esconda de nós as consequências, de como as relações de poder e de disciplina se inscrevem na espacialidade aparentemente inocente da vida social, e de como as geografias humanas tornaram-se repletas de política e de ideologia (1993:13).

O fundamento principal é o de que em condições de capitalismo tardio, cada vez mais o espaço passa a se tornar um componente importante. O historicismo, embora não se possa generalizar, apresentou como atributos fundamentais a sucessão e a linearidade. A abordagem espacial, por sua vez, traz como possibilidade a perspectiva da simultaneidade, as múltiplas possibilidades. Isso continua a nos impor desafios teóricos, o que não quer dizer, em absoluto, que não seja instigante, porque põe em foco a problemática espacial sobre a condição humana.

Defendemos a premissa de que o entendimento sobre a metrópole – ou os espaços metropolitanos –, na atualidade, passa pelo reconhecimento do conceito de *produção*, no sentido amplo. Essa perspectiva, sugere a professora A. Fani Carlos (2007), deve permear a busca de uma “metageografia”, trazendo para esse debate a crítica necessária para a renovação da ciência geográfica dentro de um percurso que incorpora o materialismo histórico e dialético. É oportuno resgatar algumas observações importantes da autora. A primeira delas se revela num balanço sobre o pensamento geográfico em tempos recentes. Uma nova acusação foi dirigida à geografia ao incorporar o materialismo histórico e dialético na sua base de interpretação na relação sociedade/espaço. Parece ter havido um reducionismo da geografia crítica a um

dogma ou plano político, talvez em função da crença de que uma vez que se estabelecesse a derrocada do socialismo, ocorreria como consequência, o mesmo com os limites da contribuição marxista sobre a perspectiva geográfica, cuja decorrência foi seu relativo abandono, sem que se manifestasse um aprofundamento crítico diante de suas possibilidades e potencialidades.

De acordo com a autora, a capacidade de revelar a dialética do mundo foi posta de lado, já que os interesses de alguns geógrafos suprimiram a crítica radical em função da desigualdade social. Um dos argumentos mais significativos destina-se a reforçar a permanência do pensamento crítico ao demonstrar que:

[...] todo pensamento se manifesta histórica e socialmente em seu contexto. Estamos diante da necessidade da construção do conhecimento pelo processo crítico, momento de explicação determinado historicamente que se supera constantemente, e que requer um pensamento que contemple o virtual, pois [citando Lefebvre] “é o impossível que guia o conhecimento do possível”. Isto significa que a análise crítica deve focar o escondido ou apenas esboçado, para iluminar os resíduos. Nessa perspectiva, o conhecimento é radical porque vai até as raízes das ações dominantes, dissimuladas, enfocando o movimento dialético entre contradições e termos conflitantes. CARLOS, op. cit., p 7)

Uma das reflexões da autora interessa-nos particularmente porque parece alicerçar as hipóteses e pressupostos da presente pesquisa, sobretudo, em função do seu esforço em sugerir a superação da noção de “organização espacial” enquanto objeto da geografia. Ao resgatar o conceito de *produção*, tomado em sentido amplo, um campo de possibilidades se abre, na medida em que permite a análise dos múltiplos processos, assim como de suas múltiplas determinações.

Noção ampla que *envolve a produção e suas relações mais abrangentes, e significa, nesse contexto, o que passa fora da esfera específica da produção de mercadorias, e do mundo do trabalho* (sem todavia, deixar de incorporá-lo) para estender-se ao plano do habitar, ao lazer e à vida privada, guardando o sentido do dinamismo das necessidades e dos desejos que marcam a reprodução da sociedade. Neste sentido, a noção de reprodução abre como perspectiva analítica o desvendamento de uma realidade em constituição. (CARLOS, 2007:9) [Grifos meus]

Isso acontece porque:

A noção de produção se vincula à produção da humanidade do homem e diz respeito às condições de vida da sociedade numa multiplicidade

de aspectos, e como é, por ela, determinado. A noção de produção, tal qual proposta por Marx aponta, por sua vez, para a reprodução e evidencia a perspectiva de compreensão de uma totalidade que não se restringe ao plano econômico, mas abre-se para o entendimento da sociedade em seu movimento mais amplo, o que pressupõe uma totalidade mais ampla e muda os termos da análise espacial. (CARLOS, *idem*, 10)

A “metageografia” se configura do seguinte modo: recupera certo marxismo, em especial quando esse sentido amplo da produção sugere múltiplos processos. Assim, torna-se capaz de renovar a teoria social crítica, porque, a montante e a jusante, combate os imobilismos e restitui o *movimento* aos processos sociais. Revela o que está escondido ou simulado, isto é, aparências e simulacros que atravessam a vida social no mundo contemporâneo.

É oportuno recuperar o que Marx escreveu sobre a *produção*, revelando-se particularmente um momento especial da crítica à economia política. Desse modo, pode-se inferir que a *produção material*, ao ser posta no primeiro nível, deve-se ao fato de que os homens, no ato de produzir, permitem o estabelecimento de sua *hominidade*. Assim, a produção dos indivíduos é determinada socialmente, pois “os próprios homens fazem a sua história, mas não a fazem arbitrariamente, e sim sob certas condições determinadas”. (MARX, 1978:356).

E, uma vez tomado em sentido amplo, verifica-se que o processo de produção inclui ou estende-se à esfera da reprodução. Nesse contexto, vale lembrar:

[...] como a produção envolve o movimento da reprodução, a *análise da prática espacial atual revela a produção/reprodução do espaço* e isto nos permite prolongar a obra de Marx. Nesse sentido, a produção ilumina a reprodução, que em seu sentido amplo permite compreender o lugar do cotidiano e do turismo no mundo moderno, em sua dimensão espacial. A noção de produção, por outro lado, articulada inexoravelmente, àquela da reprodução das relações sociais *lato sensu* – num determinado tempo e lugar – num plano mais amplo apontando para o sentido filosófico da “produção” em Marx. (CARLOS, 2007, 11) [Grifos meus].

Põe-se em jogo, assim, a atualidade do Marxismo. Suas ideias, sob muitos aspectos, continuam com uma originalidade surpreendente, porque permanecem as condições que põem frente a frente capital e trabalho, destacadamente em suas relações antagônicas; permanece e até mesmo se acentua a lógica da concentração do capital; generaliza-se a lógica do *valor*, erigida à condição de *espetáculo* e, conseqüentemente,

reproduzem-se as suas contradições. Qualquer análise consciente da vida social - sobretudo se esta se dispõe a refletir sobre as possibilidades de sua transformação - deve levar em conta esses pressupostos. Daí a força do real-concreto na busca da unidade entre o “concebido” e o “vivido”. O espaço socialmente produzido permite revelar o que se esconde nesse processo. A contribuição de Fani A. Carlos (2007) situa esse debate:

[...] a extensão do capitalismo no espaço, ele próprio tornado mercadoria, faz da produção do espaço um pressuposto, condição e produto da reprodução social no mundo moderno; elemento definidor dos conteúdos da prática sócio-espacial, modificando as relações espaço-tempo da vida social, redefinindo antigas contradições e produzindo novas. É assim que à transformação do espaço se alia a necessidade de compreensão pela Geografia desse movimento/momento da realidade, posto que o dinamismo no qual está assentado o processo de conhecimento implica em profundas transformações no pensamento geográfico. Assim, a transformação do espaço exige a transformação da Geografia enquanto processo de superação, e esse processo requer uma explicação.

Ao se fazer remissão da questão de certa “ontologia”, a pretensão que se coloca em primeiro plano é o fato de que a produção e a reprodução incluem o espaço; concomitantemente, está incluída aí a produção de processos de alienação. A descrição sobre os seres e as coisas empreendida nos itens anteriores teve claramente o propósito de demonstrar deliberadamente como o sujeito não estava isento do que então “lia” nos espaços da Rocinha, no sentido de que inconscientemente (ou não) operava certa seleção dos atributos desta espacialidade.

Vale registrar que a pretensão era deliberadamente colocar a problemática do espaço colada a da alienação. Nas entrelinhas, o que pode ser percebido é que nos caminhos da Rocinha, nas suas escadarias, nas suas encostas íngremes e em determinadas práticas sociais ronda o espectro da alienação (o que não quer dizer que também não esteja presente nas suas dimensões concretas). Assim, se a alienação pode ser percebida no espaço e explicada a partir dele, tem-se a *consciência-de-si*, um dos *possíveis* para a *superação*, que se nos apresenta a partir do momento em que o espaço mostra ou esconde de nós (as práticas de poder, certas formas de apropriação e domínio), pois ele se inclui na reprodução das relações (sociais) de produção. A reconciliação do ser com o mundo pode ser viabilizada pelas desmistificações, porque

uma de suas condições aponta para o reconhecimento dos referidos antagonismos. É por essa razão que o conceito de *produção* tem de ser, necessariamente, ampliado, porque inclui processos de alienação, igualmente num sentido amplo:

Com Marx e Engels, o conceito de produção não sai da ambiguidade que faz sua riqueza. Existem duas concepções, uma mais ampla, outra restrita e precisa. Na acepção ampla, os homens enquanto seres sociais *produzem* sua vida, sua história, sua consciência, seu mundo. Não há nada na história e nada na sociedade que não seja adquirido e produzido. [...] os seres humanos têm produzido formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas, ideológicas. A produção no sentido largo compreende então as obras múltiplas, formas diversas, mesmo que estas formas não comportem a marca dos produtores e a produção (como a forma lógica, a da abstração que passa facilmente por intemporal e não-produzida, isto é, metafísica). (LEFEBVRE, 2000:78)

Dessa maneira, o ponto que nos interessa mais diretamente é reforçar nossa hipótese. É dentro desse denso e complexo esquema interpretativo que, ambiciosamente, procuramos restituir a crítica da economia política ao espaço, através da incorporação de certa dialética sócio-espacial (SOJA, 1993).

Entretanto, considerando-se que o ponto de partida é o real-concreto, o enfoque que domina a apreensão dos distintos processos sociais é o trabalho, o que acarreta sucessivos desvendamentos direcionados para a recuperação da *consciência-de-si*. Consiste numa das possibilidades para colocar em relação as representações e o real e assim confrontá-las com as referidas mistificações.

Dentro do quadro geral do processo de acumulação, os espaços relativos à favela apresentam, ainda conforme certa aproximação, uma dupla característica: foram reservatórios de massa de mais-valia enquanto eram incorporados ao processo de metropolização e de acumulação de capital. Essa situação, nos dias atuais, tomada em si mesma, torna mais complexa essa assertiva, pois nos sugere que, ao longo do tempo, a funcionalidade desses espaços foi sofrendo certos metamorfismos. Todavia, é necessário lembrar que não se trata de espaços que tangenciaram a constituição da metrópole, espaços sujeitos às desfigurações, com integração ausente ou marginal, como frequentemente nos deixa entrever as “soluções” equivocadas para a solução do “problema favela”.

No caso específico do Rio de Janeiro, os exemplos são representados pelo fato de que muitas de suas favelas tiveram historicamente como localização primordial as

proximidades de grandes fábricas e demais centros de emprego, algumas delas extintas e outras desativadas na atualidade. É notável o fato de que a extinção de algumas dessas fabricas levou igualmente à extinção de algumas favelas, em especial, aquelas que se localizavam nas áreas que foram incorporadas ao processo de valorização do capital imobiliário. Demonstra-se do mesmo modo que a favela apresentou a mencionada funcionalidade para o capital²³.

Assim, a gênese e a evolução da favela podem ser explicadas pela teoria do valor, em particular a sua distribuição, embora não se descarte a unidade dialética entre produção, circulação e distribuição, tal como sugere Marx na sua Crítica da Economia Política. Por essa razão, não parece fortuito o fato de mais de um quinto da população carioca viver em favelas. Não se trata de mera escolha e nem consiste numa situação temporária. A lógica da distribuição²⁴ permitiu uma situação da transformação da quantidade em qualidade²⁵.

É esse processo que nos conduz à identificação da combinação de diferentes mecanismos para compreender a produção do espaço na metrópole, enfocando a favela da Rocinha. É um momento desafiador, mas necessário para compreender o seu *vir-a-ser*, além de estabelecer um confronto com a já citada banalização da questão social.

²³ Na discussão aqui arrolada de que o capital “cria” a favela como suporte de acumulação, no caso do Rio de Janeiro, vários são os exemplos que servem de base para a sua demonstração. Trata-se da presença das fábricas junto às maiores aglomerações faveladas. Junto à Rocinha, à favela da Praia do Pinto (removida na década de 1970), junto às favelas que margeavam a Lagoa Rodrigo de Freitas (também todas removidas), existiam algumas indústrias têxteis e de fármacos. Junto à Mangueira e ao Esqueleto (esta última também removida) existiam fábricas como a Red Indian (beneficiadora de alimentos), indústrias de lanifícios, curtumes e sorvetes, todas estas hoje extintas; junto ao Jacarezinho e aos complexos do Alemão-Maré, também existiam algumas fábricas que igualmente foram extintas, como a Cisper (de vidros) e a General Eletric. As favelas que não foram extintas ou removidas tem explicação nos movimentos de resistência e de lutas de seus moradores e lideranças comunitárias. Hoje ao lado destas favelas permanecem as ruínas de alguns estabelecimentos fabris, testemunhando-nos o tempo em que o “positivo” e o “negativo” operavam simultaneamente, na medida em que ao mesmo tempo em que essas indústrias absorviam parte substantiva da mão-de-obra favelada e a sua negação se estabelecia na exploração de massa de mais-valia.

²⁴ A lógica da distribuição aqui está relacionada aos resultados de apropriação do produto social do trabalho, conforme já foi apontado anteriormente.

²⁵ No que diz respeito à transformação da quantidade em qualidade, por vezes já demonstradas aqui, salta os olhos as transformações recentes nas favelas do Rio de Janeiro, envolvendo não apenas as representações e o real. Então, as transformações foram intensas e cada favela tem uma dinâmica tão particular que dificulta, hoje, a sua definição. Não cabe mais apontar se é ou não favela, embora as representações continuem potentes.

CAPÍTULO III

A CIDADE SE ERGUE COMO SER ESTRANHO

(...) o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.

Karl Marx.

Das questões que foram selecionadas na presente pesquisa algumas já foram encaminhadas, como, por exemplo, o tratamento entre as representações do espaço e a materialidade em torno do espaço favelado. Contudo, isto não quer dizer que essa problemática tenha sido resolvida. Sabemos que a força das representações ganha dimensões a ponto de interagir sobre as práticas sociais. A título de ilustração, pode-se afirmar que as representações sobre residentes das favelas como “bandidos”, “cúmplices de traficantes” reacendem outras representações como a de “classes perigosas” e isto orienta as referidas “ações equivocadas” em termos de intervenções e políticas públicas nas favelas. Ao mesmo tempo, ainda sobre os desvendamentos que se deseja por à superfície, notamos que há uma série de metamorfismos a que os moradores de favelas são submetidos. Pondo tudo isto a certo escrutínio, a consequência mais significativa é a *dilaceração* do ser.

Aqui se vê confirmada a necessária retomada do conceito de alienação e, para nós, necessário se faz vinculá-lo ao de produção do espaço, assim como as mediações nele presentes, entre as quais está o trabalho.

Os sucessivos processos de alienação são a seguir reconhecidos a partir de um resgate histórico sobre a evolução urbana do núcleo metropolitano da metrópole carioca, onde a favela toma parte significativa.

Para o geógrafo Maurício Abreu (1987), até o início do século XX, as classes sociais ocupavam o mesmo espaço da área central do Rio de Janeiro. Para a classe trabalhadora, viver na cidade era condição de sobrevivência, pois a procura de trabalho se dava diariamente, onde se concentrava, então, a população. Mas já existiam alguns casebres isolados, além da população que habitava os cortiços, considerados moradias insalubres. Os meios de comunicação, à época, no caso os jornais e diários, expunham que se tratava de lugares anti-higiênicos. O Rio de Janeiro era a cidade que mergulhava em contradições, convivendo com os aspectos do Brasil colônia e de uma sociedade que tinha recentemente abolido a escravidão. Havia a necessidade de acompanhar as suas rivais da bacia do Prata: Montevideu e Buenos Aires.

Essa situação impunha a modernização da cidade. Começa a reforma Pereira Passos, conhecido como o “Prefeito do bota a baixo”. Obras de embelezamento, erradicação dos cortiços e alargamento de ruas extirparam a cidade, algo semelhante à reforma de Paris, como se o urbanismo haussmanniano tivesse feito escola, segundo aponta o geógrafo Sérgio Martins (2001). A estripação de Paris tinha seu paralelo no Rio de Janeiro. A cidade era rasgada por dentro e os grupos sociais mais pobres expulsos das áreas centrais para os morros, locais que ainda não emanavam interesse do capital.

Sem uma política habitacional, os pobres saíram dos escombros dos monturos das obras, e se alocaram nos morros. A seguir com o processo de industrialização e a atração de migrantes para as fábricas, ampliava-se a necessidade de construção de habitações populares. O Governo Federal oferecia subsídios aos industriais que se dispusessem a construir casas adequadas para a classe trabalhadora, fazendo surgir as primeiras vilas operárias (LOBO, 1989).

É necessário considerar, porém que essas iniciativas mantinham uma mão de obra cativa e sob forte controle social, atendendo aos interesses do capital industrial. As migrações internas superaram as migrações internacionais nos anos 1930 e com o incremento populacional então verificado, as favelas cresciam, pois já havia mão de obra excedente para a indústria. Por seu turno, já não havia mais necessidade da presença de trabalhadores junto às fábricas. Apesar do Código de Obras de 1937, impondo rígido controle à construção civil, as favelas já existentes continuaram

crescendo, sobretudo as que vieram a estar junto de grandes fábricas (só para citar alguns exemplos, junto a Mangueira estavam a Red Indian, beneficiadora de alimentos e uma fabrica de tecidos; nos arredores do Jacarezinho, a fábrica Cisper e a General Eletric, junto à Lagoa Rodrigo de Freitas, a Companhia de Tecidos Jardim Botânico). Nesta última o processo de valorização do solo ocorreu de forma mais intensa através da remoção de quase todas as favelas.

Depois de realizada a primeira contagem da população favelada, estes espaços são “descobertos” então como problema. Aparecia ora como caso de polícia, ora como de desordem urbana. Em termos de políticas públicas, foram criados os parques proletariados, já na Ditadura Vargas. Eram constituídos por barracões considerados, desse modo, provisórios, e os moradores removidos de favelas passavam por forte controle social, com lições de moral, religião, etc. Contudo, o que era, na origem, para ser provisório acabou se transformando em permanência. Os parques proletários, à exceção do da Gávea (que foi removido), se transformaram em favelas.

Desde 1870, com a instalação da malha ferroviária em direção a Zona Norte e dos bondes para a Zona Sul, se deram os marcos da estruturação urbana da metrópole. Para a Zona Norte e Baixada Fluminense, onde as condições de infra-estrutura eram precárias ou escassas, se dirigiram as classes de menor poder aquisitivo; enquanto para a Zona Sul e nos arredores da área Central, com melhores condições de equipamentos e infra-estrutura urbana, se concentrava a população de mais alta renda.

Na final da década de quarenta do século XX, com o processo de relativa democratização do país, cujo marco é o fim do período ditatorial da Era Vargas, o Partido Comunista ganha certa visibilidade, ao mesmo tempo em que se iniciam os primeiros grandes movimentos (políticos) da população favelada. Diante dessa conjuntura, foi criada a Fundação Leão XIII, sob o lema de que “era necessário subir aos morros, antes que os comunistas deles desçam”. Nesse período também se estabeleceu a famosa “Batalha do Rio”, um movimento liderado por Carlos Lacerda, jornalista, que com certa regularidade, em franca oposição governista, denunciava os descasos para com a população favelada. Fez-se muito barulho por nada, pois quando governou o Estado, esteve à frente de sucessivas remoções de favelas nos anos sessenta.

Mantinha-se a repressão engendrada pelo Código de Obras de 1937, que proibia a construção de novos barracos e a reforma dos que já existiam. Numa das entrevistas realizadas na Rocinha, um dos moradores comenta que se a polícia chegasse e identificasse algum barraco novo era imediatamente demolido, a não ser que tivesse crianças e mulheres dentro. A estratégia que muitos homens lançavam mão, conforme dito por senhor Agenor (residente na Rocinha), “era pegar mulher e menino emprestado para não ter sua casa demolida”. Outra moradora da Rocinha e removida da favela Sacopã (situada junto a Lagoa Rodrigo de Freitas e, nas suas proximidades, a fábrica de tecidos Jardim Botânico) expõe como se dava o processo de remoção: “a prefeitura vinha com um caminhão e a polícia, fazia a mudança à força dos moradores”; Sônia lembrou que “minha mãe me colocava junto com os meus irmãos menores dentro de uma bacia d’água, pois naquela época [década de 1960], nas favelas em que os moradores resistiam à remoção, ocorria incêndios” (até hoje não explicados).

O expediente era primeiramente a persuasão do Presidente da Associação de Moradores e diante da resistência ou do pouco êxito em convencê-los a abandonar os barracos, a seguir ocorriam os sinistros. Disse-me sr Jonas que “era costume pegar um gato, no meio da noite, não se sabe quem, colocar gasolina e o bicho saía sem rumo nos meios dos barracos de madeira e o fogo tomava de conta!”.

O período da Ditadura Militar, apesar da enorme repressão, foi o de mais forte combate político por parte dos moradores das favelas. Através da FAFEG (Federação de Favelas do Estado do Guanabara, depois FAFERJ – Federação das Associações de Moradores de Favelas do Estado do Rio de Janeiro), ocorreram grandes congressos de lideranças faveladas, defendendo a urbanização e se posicionando contra a remoção. Apesar de combativo, também foi um período, poder-se-ia dizer, muito sangrento, diante da prisão, morte ou desaparecimento de líderes favelados (BURGOS, 1998).

Em 1964 foi criado o BNH – Banco Nacional de Habitação – que, com recursos do FGTS e do Acordo do Trigo, além de investimentos dos Estados Unidos, através da famigerada “Aliança para o progresso”, promoveu-se a transferência compulsória de milhares de residentes de favelas (VALLADARES, 1978; LEEDS & LEEDS, 1978). Cidade de Deus, Vila Aliança e Vila Kennedy são os exemplos mais emblemáticos desse período.

As fastidiosas remoções compulsórias tinham por objetivo “limpar” a cidade tendo em vista tirar os pobres das áreas de maior valor econômico e simbólico, portanto, gozavam das vantagens da localização de suas residências. Mas também tinha a finalidade de viabilizar os investimentos de capital no urbano, através da modernização de seu sistema viário, criando-se novas vias.

A dupla Lacerda e Sandra Cavalcanti passou a ser hostilizada pelos moradores de favelas, pois estava ligada aos programas de remoção. Os resultados da magnitude das remoções não poderiam ser diferentes: a identidade de favelado teve de ser substituída pela de mutuário do sistema financeiro de habitação, com graves consequências para a população removida. Passaram a residir longe dos centros de emprego e de equipamentos urbanos e serviços públicos; seus laços sociais foram desfeitos, na medida em que foram residir em favelas diferentes. Esses laços, por sua vez, tinham grande papel na formação da renda familiar, pois as mulheres deixavam os filhos com vizinhos para trabalhar como domésticas nos bairros próximos. Sabe-se que a desagregação familiar também assumiu contornos expressivos. Os altos preços da passagem e o tempo de deslocamentos se elevaram e “alguns dos maridos [componentes das famílias removidas] não voltavam para casa, indo viver em outras favelas, formando outras famílias”, conforme dito pelo seu Agenor, na Rocinha.

A identidade de mutuário trouxe, ainda, outra consequência: arcar com os custos das prestações, taxas e tributos, diminuindo ainda mais a renda dos ex-favelados. O BNH desejava recuperar seus investimentos realizados nos feios, monótonos, distantes e de péssimo acabamento conjuntos habitacionais. Muitos dos removidos não conseguiam pagar as prestações e com o tempo a alternativa era passar o financiamento. Daí o título de uma conhecida publicação de Lícia Valladares “Passa-se uma casa”. O Programa de Remoção de Favelas trouxe como resultado “a distorção do sistema”, uma vez que eram recursos do próprio trabalhador que eram utilizados para a construção dessas residências (VALLADARES, 1978). Entretanto, era esse trabalhador que não poderia ter acesso à casa própria. Os grandes beneficiários desse programa foram o setor da construção civil e seus congêneres, tais como proprietários fundiários, incorporadores, etc.

A cidade vai tomando uma forma estranhada. Nesses termos, o trabalho que define o trabalhador acaba operando como seu negativo, pois aí se conjugam os marcos da alienação e de expropriação. Se observarmos os termos da distribuição, o que as ações em termos de políticas habitacionais promovidas pelo BNH realizaram foi um processo de “distribuição de renda ao contrário”, na medida em que apenas os grupos de mais alta renda poderiam ter acesso à casa própria, uma ideologia muito presente na sociedade brasileira até os dias de hoje.

Assim, as instituições públicas, ou mais precisamente, o Estado, criam mecanismos de transferência de renda entre as classes sociais. É um mecanismo, cujo desdobramento fundamental leva a processos de expropriação de um lado e garante a apropriação institucionalizada do produto social por outro, levando a concentração cada vez mais acentuada da renda. Desse modo, o Estado aparece como um dos participantes da criação ou da invenção da favela.

Após a passagem do financiamento da casa, a alternativa vai ser voltar para outra favela. Em síntese, o programa de remoção acabou contribuindo para a reprodução da própria favela. Muitos moradores com os quais conversei na Rocinha, passaram por processos de remoção, marcando sua trajetória na metrópole carioca. É por essa razão que sobressai a interpretação de que, onde havia problemas – caso da favela – estavam soluções criativas, apesar de servirem como suporte à acumulação, já que ao arcar com as despesas de moradia, o trabalhador reduzia os custos de sua própria força de trabalho; enquanto onde se pensava que estava a solução, emergiam os problemas – caso dos conjuntos habitacionais.

É esse estranhamento que vai marcar viver na metrópole para determinados grupos sociais. Parece que um momento de dilaceração é sucedido pelo outro. O lugar social do trabalhador na cidade corre junto à sua negação. É um suporte para o sistema de acumulação, mas é negado por ele.

O final dos anos setenta sinaliza o movimento de abertura política do país e o fim da ditadura militar, pois se estabeleceu um estancamento das suas possibilidades de continuar no poder. As liberdades democráticas possibilitaram então um crescimento muito expressivo dos movimentos de bairros. A transição já iniciada no Período Geisel, prossegue no de Figueiredo, último militar presidente do período ditatorial.

A Teologia da Libertação, movimento da ala progressista da Igreja Católica lidera vários movimentos políticos, marcando a ideia já sedimentada por D. Evaristo Arns de “opção pelos pobres”.

No caso da Rocinha, a Igreja Católica teve grande papel nos movimentos associativistas, organizando mutirões e limpeza das valas, como uma das estratégias para se livrar das ameaças de remoção. Os jesuítas também desenvolveram outras atividades, como a alfabetização de adultos. O carisma do Padre Cristiano, conforme conta uma das líderes comunitárias da Rocinha mantinha a coesão do grupo, através do grupo de mulheres, que reestruturam a organização da Associação de Moradores. Era o trabalho comunitário que ganhava força e dava sentido a um movimento de mudança social.

Entretanto, no início dos anos oitenta, começa, segundo SEGALA (1982), um movimento de profissionalização do trabalho comunitário. É o momento em que se dá inserção dos organismos internacionais, financiadores de projeto sociais em áreas carentes. Seu resultado mais dramático, conforme narra a autora, foi a existência de racha entre os grupos, pois teve início disputas por postos de trabalho. Na narrativa da antropóloga impressiona o seu desencanto quando menciona a desarticulação do trabalho comunitário, a *poiesis*, entendida como a espontaneidade dos grupos foi perdida e substituída por desentendimentos e disputas. Um dos líderes comunitários da Rocinha de maior notoriedade, o sr J., narra o tempo presente, mas nunca perde de vista o passado de conquistas, o caso da conquista da construção da passarela, a fim de dar fim aos constantes atropelamentos na Estrada Lagoa-Barra; o da instalação de água, que livraria uma parte substancial da população de carregar latas d’água na cabeça pelas escadarias e pelos becos e, além disso, a supressão dos políticos de bica d’água; lembra também da extorsão praticada pelo presidente da comissão de luz, que fazia as ligações nas casas e cobrava as taxas mais elevadas que as praticadas pela companhia de luz e aponta com orgulho a saída dele da Rocinha quando o fornecimento passou a ser feito diretamente pela companhia fornecedora dos serviços de eletricidade.

A narrativa de sr J., remete também aos tempos de chegada dos migrantes na década de 1970, com a construção do Túnel Dois Irmãos e dos hotéis e condomínios de luxo. Eis um dos marcos de extensão da fronteira urbana, representado pela expansão

física da cidade. Essa narrativa deixa entrever através da ligação entre o crescimento populacional da Rocinha e o “boom” imobiliário da referida expansão da mancha urbana. É aí o auge do momento em que se nota como a população favelada passa a ser o suporte da acumulação de capital.

Os anos 1980 iniciam-se como anos críticos. Uma crise de representatividade toma forma impactando sobre os movimentos sociais. Isso tudo vai junto com certa despolitização. A abertura democrática não cumpriu suas promessas e, como já assinalado, a polarização social ganha um vulto cada vez mais desconcertante.

Com a abertura política no Brasil (anos 1980) que, no seu início apresentava-se multipartidária, tendo cinco partidos políticos e, não mais dois (que eram ARENA e MDB), concorreram ao Governo do Estado: Lisâneas Macial, Sandra Cavalcanti, Leonel Brizola, Miro Teixeira e Moreira Franco. Por razões já aludidas os votos majoritários dos favelados não seriam para Sandra Cavalcante; quanto a Miro Teixeira e Moreira Franco, parecia claro para a população dos residentes em favelas que portavam um compromisso burguês e quanto a Lisâneas Maciel, era o discurso do operário, o que não achava paralelos com a identidade do favelado. Então, restava a saída populista desencadeada por Leonel Brizola, situação que os especialistas em ciência política alcunharam de “voto revoltado”, dado aos apelos populistas deste ultimo candidato e negação, inclusive simbólica, dos demais.

Por esta razão, alguns setores conservadores culpam a suposta desordem das favelas ao candidato do PDT. (Ora, as possibilidades de remoção já haviam sido esgotadas, na medida em que o que estava em jogo era a despolitização do movimento político dos favelados). Não foi circunstancial o fato de que a Cidade de Deus abrigou a população de 14 favelas diferentes.

A partir dos anos 1990, novas situações como as aqui já registradas, na lógica de poder, a partir do momento em que se manifesta a ascensão do forte controle territorial do narcotráfico e das milícias. Obstaculiza-se autonomia dos movimentos sociais; os resíduos e o irrisório tomam maior vulto, diante da redução de possibilidades de negociação por melhorias. Os códigos vão ficando mais complexos nesse cotidiano fragmentado, ao mesmo tempo em que aumenta a desvalorização do trabalho, numa perspectiva de operação do “negativo”.

As observações do movimento de urbanização no núcleo metropolitano, atingindo áreas que no passado eram periféricas, a substituição de áreas de uso industriais pelo residencial para as camadas de alto status, substituição de áreas em que prevalecia uso agrícola, pequenos cultivos e roças por residências de luxo, a exemplo do que ocorreu em São Conrado, Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá são evidências que confirmam a configuração de uma movimentada “fronteira urbana” no núcleo metropolitano carioca.

Distintas lógicas, hoje, se sobrepõem dificultando a explicitação do *ser-aí* na Rocinha. A equalização do desigual arrasta consigo, dialeticamente, mais contradições e as “fronteiras urbanas” vão ganhando outros conteúdos. A lógica do poder instituinte (narcotraficante), a apropriação política por parte do poder instituído do território tornado economizado, é o cerne dessa produção política da sociedade. Acrescente-se o “onguismo”, a presença do capital financeiro e novas experiências equivocadas do urbanismo, reeditando a escola haussmanniana, como veremos a seguir.

Para atingir esse ponto julgamos necessário apontar uma categoria analítica que pode ajudar a explicitar a situação vivida pelos moradores da Rocinha, sem perder de vista a totalidade do movimento que desejamos demonstrar. A categoria selecionada foi, então, a de *fronteira*, como já sinalizado anteriormente. Acreditamos que esta é de grande valia para dar conta das diversas temporalidades que se apresentam sobrepostas assim como das situações que estão presentes na dinâmica da produção do espaço urbano. Sua pontencialidade também se circunscreve na identificação dos diferentes níveis em que as práticas sociais se sucedem, assim como dos referidos códigos ligados às transformações recentes nos espaços favelados metropolitanos e da Rocinha em particular.

A opção pela noção de fronteira como categoria analítica supõe então que há um movimento – através da operação do “negativo” – nos termos da urbanização contemporânea, permitindo qualificá-la e apontar suas múltiplas determinações. Entretanto, cabe adiantar, o caso da Rocinha aqui estudado nos mostra, de certo, que esse momento mesmo de sua negação tem a finalidade de colocá-la dentro do processo de constituição da metrópole.

Frederick Jackson Turner elaborou o conceito de fronteira observando o caso dos Estados Unidos (MARTINS, 1994 e 1996; SMITH, 2007). O estudioso americano, numa perspectiva conservadora, considerava que esse era o lugar do encontro entre a “civilização” e a “barbárie”. Nessas regiões forjava-se a identidade norte-americana, ligada à perspectiva liberal de salvação espiritual através do trabalho duro e da ética protestante.

Contudo, a crítica que se estabelece a essa concepção é a de que, na prática, vigorou a especulação fundiária e dizimação de indígenas, além do desenvolvimento de práticas econômicas predatórias no Oeste americano. As correntes migratórias acabaram tomando o sentido contrário. Os migrantes, depois de constatarem os constrangimentos de permanecerem na fronteira, mudavam seu rumo em direção às cidades do Leste.

Os estudos mais consagrados sobre a fronteira foram desenvolvidos por certa corrente da geografia agrária brasileira, mas também pela antropologia e pela sociologia rural. Todavia, esses estudos tinham como ênfase a frente de expansão na Região Centro-Oeste e na Amazônia, tratando-as como frente pioneira ou frente de expansão (MARTINS, *idem*)

A abertura de fronteiras no Brasil esteve fortemente associada com a produção capitalista de capital, sendo, dessa forma, a marca da especificidade do modelo de desenvolvimento brasileiro que mantém a consonância entre capitalistas e latifundiários para o caso das fronteiras do Centro-Oeste e da Amazônia. Sua culminância é a socialização dos prejuízos e a privatização dos benefícios, na medida em que o Estado praticamente doa os empréstimos para o investimento nessas regiões de fronteiras. Ao mesmo tempo se acentua a acumulação por exploração do trabalho, porque se vêm potencializadas aí as possibilidades de extração de mais-valia. A ilustração disto nos é dada por Martins (*op. cit.*), apresentando como as relações de trabalho se radicam na peonagem. Neste caso o trabalhador tem de trabalhar para si e para atender aos desideratos da produção de mais-valia. A acumulação primitiva assume contornos mais sangrentos, muito semelhantes ao que Marx (2002) descreve n’*O capital*, compondo-se paralelos com os atuais constrangimentos crescentes nas áreas de fronteira, agora, nos marcos de um desenvolvimento desigual e combinado. Portanto, o sentido da fronteira é aquele dado, também, à frente de expansão capitalista.

Para o sociólogo José de Souza Martins (idem, p.157):

A teoria da fronteira é, no meu modo de ver, basicamente um desdobramento da teoria da expansão territorial do capital. Novos terrenos são ocupados de modo capitalista quando é possível extrair deles a renda capitalista da terra, ao menos a renda absoluta, isto é, quando é possível embutir nos preços dos produtos nela cultivados, além da renda territorial, a taxa média de lucro do capital. Se a distância em relação ao mercado a que o produto se destina implica em transferir ao transporte esse lucro, nenhum capitalista estará interessado em investir em atividades econômicas geograficamente localizadas além de um certo limite.

Apenas recentemente, a literatura vem se debruçando sobre as fronteiras urbanas (SMITH, op. cit., SANTOS, 2008). Trata-se de fronteiras do capital, marcadas, sobretudo, por investimentos nas áreas centrais degradadas, traduzindo-se em “novas tendências” de investimentos da economia (CARLOS, 2004). As operações urbanas desenvolvidas em São Paulo seriam o exemplo mais expressivo desse processo. Estão dadas as condições que combinam uma reestruturação econômica com uma reestruturação urbana, onde o espaço joga um papel importante na incorporação de valor ou de desvalorização planejada (HARVEY: 1999). Tem-se como consequência transformações na composição orgânica do espaço (LEFEBVRE, 2008).

Todavia, é necessário considerar que o capital desenvolve meio de recriar as condições de extração de mais valia sobre áreas já com o capitalismo na sua forma desenvolvida (mas preservados os interesses de determinados grupos sociais, sobretudo banqueiros e outros especuladores).

O desenrolar das sucessivas crises porque tem atravessado o capitalismo suscitaram as referidas novas tendências da economia e tem forte apelo do Estado. No caso do Brasil em particular, programas e projetos desenvolvidos pela União tem tido esse objetivo. A estratégia é colocar ativos em circulação ou estimular o crédito, onde este funciona como capital adiantado para que a economia real se desenvolva e a crise seja superada. Os exemplos são inúmeros, mas bastam, para o que nos interessa mais diretamente, nos referirmos ao “Programa Minha Casa Minha Vida”, prevendo-se empréstimos e investimentos elevados na construção civil e os “PACs” (Programa de Aceleração do Crescimento).

Os rebatimentos sobre a produção do espaço são muito precisos e aqui, mas uma vez, se vê a indissociabilidade entre economia e política.

Daí a insistência sobre a descrição sobre os sucessivos processos de alienação, levando em consideração a relação entre os espaços favelados e os não-favelados com o intuito de ilustrar formações e constituições de fronteiras urbanas, através da recuperação do histórico sobre a evolução urbana, enfatizando os percursos de formação das favelas no núcleo metropolitano do Rio de Janeiro. Entendemos que a qualidade mais aproximada para a explicitação do *vir-a-ser* na Rocinha a de *situação de fronteira*, que consiste em:

[T]emporalidades que aparentemente se combinam, mas que de fato também se desencontram, na prática dos que foram lançados pelas circunstâncias da vida numa situação social em que o conflito sai de seus ocultamentos, inclusive os ideológicos, e ganha visibilidade e eficácia dramática na própria vida cotidiana de adultos e crianças. (MARTINS, 2009:12)

A situação da descrição do espaço vivido na Rocinha também se nos apresenta muito próxima àquela que nos é apresentada por Edward Soja, comparando Los Angeles ao Alef (de Jorge Luis Borges). O autor decompõe LA, mas o caso da Rocinha, uma comunidade favelada erigida a bairro, cuja mudança na forma não trouxe nenhuma mudança no conteúdo, sua decomposição pode ser, talvez temerária, mas é o momento necessário para que possamos desvendar o presente e pensar no seu *vir-a-ser*.

“Então vi o Alef. (...) começa aqui meu desespero de escritor. Toda linguagem é um alfabeto de símbolos, cujo exercício pressupõe um passado que os interlocutores compartilham; como transmitir aos outros o infinito Alef, que minha tímida memória mal e mal abarca? (...) Mesmo porque o problema central é insolúvel: a enumeração, sequer parcial, de um conjunto infinito. Nesse instante gigantesco, vi milhões de atos agradáveis ou atroz; nenhum me assombrou mais que o fato de todos ocuparem o mesmo ponto, sem superposição e sem transparência. O que os meus olhos viram foi simultâneo; o que transcreverei será sucessivo, pois a linguagem o é. Algo, entretanto, registrarei”. (Borges, Citado por SOJA, p. 8)

É este o desafio que está pressuposto. Depois de termos assinalado que a Rocinha em seus primórdios sequer fazia parte da metrópole, que em seguida fez parte do processo de acumulação e valorização do capital, o momento mais espinhoso, porque dilacerante, é entender como se estabelecem os processos de negação. Percebe-se, desde já, a estreita relação de negação do trabalho com a negação de certo espaço vivido. É a

manifestação do “ardil do trabalho”, conforme as pistas deixadas por José Artur Gianotti (1985).

Começamos nossa decomposição pelo papel do narcotráfico. A princípio, sua ação sobre o espaço sugere que domina certa crono-geopolítica (controle do espaço e do tempo), pois tudo o que acontece nos seus domínios está sob seu controle. Entretanto, tal como nos lembra SOUZA (2003), a massa maior do valor permanece no âmbito do circuito exportação e importação e não na produção ou no varejo (circulação). Então, uma conclusão, ainda que temerária, é de que os que estão no varejo, na comercialização (distribuição) da droga, também são alienados apesar da e com a suposta crono-geopolítica. São, enfim, uma espécie de “acionistas do nada”, portanto também entram no circuito alienador do capital. Também trabalham sob uma rígida divisão do trabalho, o que também pressupõe processos de estranhamento. Entretanto seu controle não está limitado aos pontos de drogas, aos espaços e aos tempos, mas também as alíquotas cobradas pelo fornecimento do gás, o controle sobre os transportes alternativos e sobre a associação de moradores, cuja arrecadação é substancial. Prova disso são os registros de compra e venda de imóveis, que, embora não tenham validade externa, são reconhecidos internamente. Também se acrescenta aí a cobrança de uma pequena taxa dos camelôs, que, do mesmo modo, é substancial.

Contudo, as iniciativas recentes desses grupos de traficantes ultrapassam a ilegalidade. No caso do Rio de Janeiro, uma ação que tem estado muito em voga é o apoio a candidatos políticos por esses traficantes. O mesmo ocorre com milicianos. É surpreendente a quantidade de votos que têm garantido seu acesso ao poder político.

No caso da Rocinha, acompanhei o pleito eleitoral para a Associação de Moradores, junto a um dos líderes comunitários, o Sr J., que comentou:

Esse cara que ganhou e que disputou com o ex-presidente não teve voto pra ser eleito. Não! Eu sei é que o grupo do Nem [chefe do tráfico local] fez pressão à comissão eleitoral pra que entrasse o Claudinho [proprietário de uma luxuosa academia na Rocinha]

Aqui começa a trajetória de “Claudinho da Academia”. Sua proximidade com o tráfico lhe garantiu a presidência da UPMMR – União Pró-Melhoramentos dos

Moradores da Rocinha²⁶, associação de moradores e teve amplo apoio nas eleições. Dos cinco vereadores do *bairro*, foi único que teve o suporte do tráfico. Os jornais divulgaram à época que outros candidatos estavam proibidos de fazer campanhas na Rocinha e que traficantes convocaram uma reunião onde seriam comunicados para não os apoiarem²⁷.

Em épocas de eleição é comum a contratação, pelos políticos, de alguns dos moradores da Rocinha para trabalharem em suas campanhas, já que há a proibição por parte do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) de colarem cartazes em postes e em alguns estabelecimentos. Esse pessoal contratado fica nas grandes vias de maior movimento, ostentando as bandeiras com propagandas políticas. Ao descerem para o trabalho nas campanhas, os moradores que estavam ocupados nessa atividade desciam com as bandeiras enroladas, de forma que não fossem vistos com estas desfraldadas.

A campanha de Claudinho da Academia foi, poder-se-ia dizer, turbulenta. Foi acusado de transações ilegais e de envolvimento com o tráfico. O fato é que nos panfletos que estavam sendo distribuídos, além do seu nome, partido e número apareciam as inscrições “a voz e a vez da comunidade” e “nada consta” [*sic.*].

Enfim, foi eleito vereador, as acusações continuaram e sua carreira política foi muito curta. Em dezembro do ano em que foi eleito foi encontrado morto em casa, tendo como causa da morte, suicídio.

Além de Claudinho da Academia, outro grupo social são as supostas lideranças comunitárias. As suas ações ambíguas de associação e fragmentação redundam em processos alienadores. São profissionais comunitários, cujas práticas sociais não estão ligadas a projetos de mudança social, concepção que tradicionalmente era atribuída ao movimento associativista, embora não possamos tomá-los em sua generalidade. Constituem, outrossim, a burguesia da favela, não por deterem os meios de produção,

²⁶ Além da UPMMR, que é mais antiga – foi fundada em 1961 – existem outras duas associações de moradores – a AMABB – Associação de Moradores do Bairro Barcelos e a Associação de Moradores de Vila Cruzado e Laboriaux, porém, ambas com cobertura territorial mais restrita

²⁷ Na Rocinha, existe certa abertura à penetração de políticos. Cada um deles tem seu “cabo” eleitoral na Rocinha, cujo papel é o de garantir-lhe apoio e auxiliá-lo quando em campanha no local. São políticos que tradicionalmente estão vinculados à Rocinha: Lilian Sá, Andrea Gouveia Vieira, Francisco Dorneles, Índio da Costa entre outros. Note-se a diversidade de partidos.

mas, por muitas vezes, estarem à frente de alguns processos decisórios da vida social. Não é possível reconhecer uma liderança sem liderados. Sua legitimidade, como pude perceber durante os trabalhos de campo, é fraca. O poder de barganha entre esses é muito complexo. Numa conversa com uma moradora, Eliane (estudante de ciências sociais e que foi estagiária no cadastramento das casas que estavam nos locais que seriam submetidos à regularização fundiária), perguntei sobre essa diferenciação e tive como resposta:

Olha, noto sim essa diferença. Vejo que alguns conseguem maior aproximação aos políticos, outros nem tanta. Alguns estão mais envolvidos, devido a sua tradição na participação nos tempos que eram agentes comunitários. Outros, como o E. e o P., tenho impressão, quando olho pra eles, que tentam alçar uma maior posição, lutam pra serem mais notados, mas o máximo que conseguem é ser meninos de recado [risos]. Acho que eles estão mais é pra uma sub-burguesia. [risos]. Não conseguem passar disso não!

E. é uma das “lideranças” que trabalhou em diferentes etapas do PAC-Rocinha. Em conversas com P., a situação apontada parece ser confirmada, simulando ora deslumbramento, ora certa mágoa:

Vivo aqui desde que nasci; meus pais moraram aqui. É por isso que sou muito conhecido aqui. Lembro das mulheres nas bicas d’água lavando as roupas. Minha mãe subia com as amigas dela aquelas escadarias [aponta para as escadas] com lata d’água na cabeça e com as trouxas de roupas debaixo do braço. Essas meninas de hoje, não sei não, mas elas não têm a mesma disposição não.

Nota-se, pelo discurso, que tenta, a todo momento, demonstrar sua legitimidade, tendo como estratégia a ideia de que os pais viveram na Rocinha e pelo fato de ter nascido e observado vários momentos da história local.

Pergunto sobre o Trabalho que desenvolve no PAC.

Trabalhei com o Toledo [arquiteto que projetou as obras do PAC] desde o início, chamando as pessoas pra participar... [faz uma pausa e num tom de mágoa, prossegue]. Eu fiquei sabendo que o Toledo usou minha imagem lá nos Estados Unidos numa apresentação.

A fala do uso da imagem exprime certa revolta, mas também impotência, ao saber do uso da imagem sem que tivesse antes o consentimento ou fosse convidado para a apresentação. Evidencia-se simultaneamente, um momento de alienação da sua

imagem e desalienação quando se demonstra constrangido de ter pouco alcance dos resultados ou dividendos pela ação do arquiteto.

Quanto a E., nas conversas que tive, o humor com o qual falava sobre o PAC deixou entrever deslumbramento:

Rapaz, vai mudar tudo aqui, sabe? E vai melhorar a vida de todo mundo. Vai ter hospital, tá vendo? [aponta para um mapa esquemático que está na parede do escritório do PAC-Rocinha], vai ter creche, estacionamento, lugar de esportes. Tanta coisa!

Não questionam as possíveis consequências do PAC. Mantém uma relação de servidão em relação ao referido arquiteto, assim como P, e aos que estão envolvidos na gestão do projeto.

Dentro dessa sub-burguesia, Eliane reclama de Fernando, uma das lideranças que esteve à frente da criação do Museu da Rocinha:

Ele não consultou ninguém. Pode? Colocou o nome de “Sancofa”. A população aqui não é maioria negra. Esse nome é de uma entidade dos cultos africanos. Eu conheço. Ele não tem noção não!

Outra líder comunitária de destaque, a D. Elza, mantém uma creche na Rua 1 e divide opiniões: há os que lhe devem simpatia, outros não, portanto, um agente muito controvertido. Apresenta, como pude observar certa variação de humor. Encontrei-lhe na Associação por duas vezes. Na primeira, falava da Rocinha e de seu trabalho. Disse que “A comunidade é ordeira!” e que era “uma militante da educação, não suporto ver essas crianças aí abandonadas. Então vou atrás de convênios com os políticos, com a PUC-Rio e consigo”. Na segunda vez, lhe cumprimentei e não respondeu. Mantinha o olhar fixo no horizonte, parecendo alheia a tudo que estava em volta, mas também não escondia a irritação. Na semana seguinte compreendi o motivo: o presidente Lula viria a Rocinha nos próximos dias e D. Elza insistia com Claudinho (ainda presidente da UPMMR) para que as crianças de “sua” creche participassem da solenidade da visita do chefe do Executivo ao passo que estava sendo programada uma apresentação do pessoal da escola de música, desejo manifestado por Claudinho.

Observando o comportamento dessas lideranças, a ambiguidade é surpreendente. Não há ações de mudança social. O tempo inteiro é investido na “venda da Rocinha”.

Selecionam-se os atributos que podem gerar maiores dividendos. Na aparência há unidade entre eles, o que não quer dizer que não haja rachas internos.

Os capitalistas, a burguesia favelada, são os comerciantes bem-sucedidos, donos de imóveis, os quais não são poucos, e que estão na ponta do mercado imobiliário informal, seja através de elevados preços dos aluguéis cobrados, seja pela venda de imóveis, bastante valorizados, já salientado, devido à localização privilegiada da Rocinha. Um dos muitos exemplos dessa burguesia é o distribuidor do gás, que detém o seu monopólio, é o único que está à frente do negócio. Acrescente-se ainda, como exemplo, o atual administrador da RA (Região Administrativa da Rocinha), ex-morador e que durante anos monopolizou a distribuição de bebidas na localidade, em especial marcas de ponta.

Essa burguesia também se estende a investidores externos, que mantém seus negócios na Rocinha, aproveitando-se, de certa maneira, da concentração populacional e da ilegalidade.

Os políticos de carreira, que tradicionalmente estão presentes nos grandes eventos e solenidades, marcando presença e reeditando a política do favor (já não é mais a da bica d'água como outrora). Muitos deles se inserem na Rocinha, ancorados às principais "lideranças" comunitárias, como a referida diretora de uma creche (D. Elza), conhecida demais desses políticos.

O capital financeiro, embora seja temerário colocar como agente, traz implicações nada desprezíveis, porque é através do crédito, enquanto capital evanescente, que o capital se resolve nos momentos de crise. Todavia, sua importância se reveste mais pelos contextos dos conteúdos de suas implicações, do que propriamente, como agente. Nos anos noventa, criou-se o chamado "banco do povo", que envolve operações de micro-crédito para as comunidades carentes. Na Rocinha, já há mais de 15 anos instalou-se o Viva-Cred, vinculado a ONG Viva-Rio que conta com recursos do Banco Mundial.

Além do Viva-Cred, bancos privados estão presentes, sendo o mais expressivo, apesar de não ter agência como os demais (são três agências bancárias em atividade na

Rocinha), o Real-Microcrédito, oferecendo (vendendo) dinheiro para pequenos comerciantes e camelôs.

A matriz dessa ideia ordinária partiu do economista peruano Hernando de Soto, que se notabilizou pela publicação do livro “O mistério do capital”, cuja base é a capitalização do pequeno empreendedor. Seu argumento, pra lá de simplista – ou seria ingênuo? – é de que o segredo do capital é ter capital. Cita o exemplo da sociedade americana, em que os camponeses se capitalizavam com a posse da terra depois de determinado período.

Esquece-se o autor das crises de demanda, das limitações dos recursos naturais, da queda tendencial das taxas de lucro; das crises cíclicas; e dos excessos de liquidez que corroboram para os ciclos de crise do capital. Portanto, para o autor peruano, o capital se resolve na capitalização em si mesmo.

Essas situações, tomadas isoladamente, não são propriamente de negação do capital em si, mas de sua realização contraditória e de apropriação do espaço favelado, que ao se afirmar, gera processos de expropriação, portanto, de negação do outro, da classe-que-vive-do-trabalho.

É a expressão mórbida do espaço tornado território economizado.

Outras expressões da negação – que considero absoluta – embora não tão evidentes, mas com forte expressão material, estão ligadas aos últimos grandes projetos de intervenção urbanística da Rocinha. A dificuldade de separá-los de forma mais sistemática deve-se ao fato de que conduz, ao fim e ao cabo, aos mesmos processos de negação, de alienação.

Comecemos pelo PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, embora não esteja restrito à Rocinha, pois outras áreas foram contempladas. É válido observar, contudo, que essas áreas são estratégicas e os exemplos da metrópole carioca são salutares. Além da Rocinha, incluíram-se o Pavão-Pavãozinho em Copacabana, Manguinhos entre outras.

Quanto à Rocinha, as obras já estão em franco andamento, incluindo a construção de quadras poliesportivas, centros de convivência, estacionamento, unidades

de atendimento à saúde, a demolição da Rua 4, que fica bem no meio da área. Houve ainda a construção de uma passarela, projetada por Niemeyer, traçada de forma monumental, que aparece como um cartão de visitas para os que atravessam a Estrada Lagoa-Barra, via expressa que dá acesso aos bairros de maior valor da cidade.

Para a realização das obras, apelou-se para a participação popular, criaram-se várias comissões de acompanhamento da obra, canteiros sociais de planejamento e gestão para uso dos novos equipamentos – o que nada mais é do que uma expressão de controle social – algo parecido com as denominadas UPPs – Unidades de Polícia Pacificadoras, engodos que cedo ou tarde trazem consequências nefastas. Para o momento é lícito afirmar que se trata de reedição de controle social, tal qual apareciam nos famigerados Parques Proletariados.

O que está pressuposto não é transformação social do lugar; estes projetos surgem de fora para dentro. Ora, não seria também uma reedição do urbanismo haussmanniano, no sentido de que a Rocinha está sendo implodida para alavancar processos de valorização e, desse modo, expulsar os pobres para as periferias distantes? Depois da estripação de Paris, de Londres e do Centro do Rio, agora temos a da Rocinha? É assim que esses momentos de negação se propagam, nem sempre de modo evidente, mas está pressuposto²⁸. É uma maneira de efetivar uma expulsão branca, pois os pobres incomodam, principalmente nos momentos de instabilidade em que a violência resultante do choque entre a polícia e os narcotraficantes aterroriza aqueles que passam pela Estrada Lagoa-Barra.

Acompanhei algumas reuniões e Assembleias para a realização das obras. Percebi que, embora os horários e locais fossem adequados, não houve grande adesão. Quando as pessoas observavam os mapas, as representações, os mais perspicazes observavam que se trata de algo pontual, que esse urbanismo, de fato, não é para todos, Notava de antemão o choque entre o vivido e o concebido. Um dos exemplos, foi a observação de D. Dirce. Olhou para o mapa, depois para o sociólogo, disse:

²⁸ Deve-se guardar, contudo, as proporções que a comparação sugere. Embora em contextos históricos diferentes, pois as reformas urbanas de Paris e Londres envolviam um confronto com a burguesia e suas relações de poder ainda incipientes. Contudo, os antagonismos de classe são os mesmos. O temor que a burguesia apresenta de uma revolta popular permanece, embora esse medo possa ser gerado pela ascensão da criminalidade violenta.

Vocês acham que essas obras vão resolver o problema daquele montão de lama que fica no Largo do Boiadeiro? Os canos não suportam a quantidade de água”. [e sem conhecer Hausmann, nem Pereira Passos, acrescentou] Quer dizer então que a Rocinha vai virar um prato bonito com as beiradas quebradas?

A fala de D. Dirce sugere o conflito entre o *vivido* e o *concebido*. Sua fala sugere que reconhece a implosão da Rocinha, assim como percebe que as mudanças, necessariamente, têm de ser de dentro pra fora e não seu inverso. O projeto que esteve na prancheta do arquiteto e agora ganha materialidade não resolve os problemas do conteúdo. Penso que é essa a mensagem expressa por D. Dirce.

A concepção do projeto sobrepõe (ou nega) as histórias pregressas. O começo do PAC, coincidentemente ou não, foi a partir de um Plano Diretor da Rocinha, um documento (sic) de três páginas elaborado pela AMASCO – Associação de Moradores e Amigos de São Conrado. Em resumo, no plano, aparecem condutas para a construção, distância mínima entre as moradias, definição de espaços de uso público e privado, etc. Considerando a consolidação da favela, é possível admitir que são códigos burgueses que estão sendo prescritos para o ordenamento espacial que tem outros códigos, embora, estes ora se mesquem com os outros espaços não-favelados. Por exemplo, as construções atuais se adensaram, utilizando-se de esquadrias de alumínio, cerâmica entre outros materiais que não eram utilizados no tempo dos barracos de madeira. Quanto a este ponto, uma parte substancial das casas ainda não teve a conclusão de suas obras, pois esta se opera gradualmente, de acordo com as condições financeiras de seus proprietários.

Após o Plano Diretor, houve o concurso entre os escritórios de arquitetura e nesse momento é que se pode notar, com maior nitidez as “temporalidades desencontradas”. De todos os equipamentos do projeto o mais intrigante é a construção da nova passarela, segundo dito pelo arquiteto, um “presente” de Oscar Niemeyer (vide anexo). A passarela, como já sinalizado, apresenta um grande significado simbólico, além de ser o ponto de encontro entre moradores e visitantes que não conhecem a favela, foi a primeira grande conquista dos moradores nos embates com o poder público no final do anos 1970. A muito custo conquistaram a construção de uma primeira passarela de madeira que, devido a sua pequena resistência, foi substituída por uma de ferro.

Foto 9 – A segunda passarela (de ferro)

Apresenta forte apelo simbólico. No mesmo lugar, havia outra que era de madeira, portanto, bastante precária. É o ponto de encontro principal para os visitantes.

Foto 10 – A “terceira” passarela (de concreto)

Construída após a ferrugem correr parte da segunda no final dos anos oitenta. Ao fundo a Vila Verde

Fonte: foto do autor (2006)

A quarta passarela sugere o desencontro de temporalidades, porque nega a história pregressa. Não é mais uma conquista, porque traz evidências que traduz que se trata, agora, de um objeto estranho. Não se trata de simples estética em detrimento de necessidades mais prioritárias. Sugere também que a monumentalidade deve ocultar o que está atrás: uma das maiores favelas da cidade e todos os seus problemas relativos ao empobrecimento crescente de sua população. Senhor Jonas disse-me que antes, nos idos anos 1980,

“os outdoors escondiam a favela. Eram colocados enfileirados, na estrada e ficavam bem altos, de forma que a favela era vista só sua parte de cima e bem de longe e quem passava pela estrada só via outdoors”.

As grandes reuniões sobre as demandas do PAC tinham sempre a presença de representantes do poder público e dos representantes da AMASCO. Montava-se uma abertura com a fala de algum político, um representante do poder público, como se fosse uma solenidade. Após a abertura ficavam os moradores, algumas lideranças que estavam trabalhando nos “canteiros sociais”, um arquiteto responsável pela articulação

comunitária, enquanto os demais iam embora. Numa dessas Assembleias, Sr J, observa que um dos representantes do Governo Estadual (da Secretaria de Obras) estava alheio, brincando com um aparelho eletrônico, enquanto as pessoas discutiam (mas não deliberavam) algumas demandas. Nesse momento me chama e diz: “olha ali, o poder público não está nem aí pra isso aqui”.

Eis, então, mais uma evidência da constituição de fronteira. São temporalidades e interesses desencontrados. As Assembleias têm a presença de pessoas estranhas à favela e se consideram suas “bem-feitoras”. Não permanecem no lugar para observar, discutir, planejar. As decisões já foram tomadas fora daquelas instâncias. É um momento, enfim de (re)produção política da sociedade, porque aparentemente há um consenso, mas na realidade, as evidências demonstram a conformação de potenciais contradições. O PAC pode estar inserido dentro daquele processo de transferências de ativos os quais beneficiam as empreiteiras, incorporadoras e os moradores de São Conrado, pois a passarela e o centro esportivo construído na estrada também sugerem que seu resultado será a constituição de fronteiras mais marcantes entre os dois *bairros*. Igualmente, pode trazer como resultado maior valorização dos imóveis da área vizinha.

Foto 11 – A “quarta passarela”

Fonte: Foto do autor (2010)

Esse conflito entre o concebido e o vivido também se dirige aos demais projetos. No momento em que fazia os trabalhos de campo e participava de uma das inúmeras reuniões que pude comparecer, ao sair do salão da Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem, junto à Fundação, um casal procura uma das lideranças mais influentes na Rocinha. Pedem ajuda para conseguir a inscrição de mulheres para o projeto do PRONASCI – Programa Nacional de Segurança e Cidadania, denominado “Mulheres pela paz” e que apresentava prazos apertados. As mulheres seriam treinadas para orientar adolescentes os quais estivessem concluindo o Ensino Médio para fazer cursos pelo SENAC, avaliação de direitos e outros encaminhamentos. Supunha-se que esse grupo era o mais vulnerável para se ancorar ao tráfico de drogas. As próprias mulheres durante o treinamento questionaram: diziam que os grupos mais vulneráveis eram as crianças que estavam concluindo o Ensino Fundamental. Esses adolescentes, segundo elas, apresentam maior discernimento.

Foto 12 – Situação geográfica da Rocinha

Entre os bairros de maior valor simbólico e econômico e passagem principal de acesso à Barra da Tijuca
 Fonte: adaptado de www.google.eathr.com

A baixa adesão também foi registrada no projeto *Rocinha Mais Legal*, que trata da regularização fundiária. As pessoas também não têm demonstrado interesse, embora as equipes tenham se empenhado em explicar as “vantagens” de ser proprietário (*sic!*). Várias cartilhas foram distribuídas, reforçando que o direito à propriedade está ligado ao direito à cidade, no sentido de que os moradores da Rocinha já conquistaram a transformação formal da favela em bairro e que uma vez proprietários poderão cobrar do poder público por infra-estrutura e serviços urbanos. Ter o título da propriedade garante o acesso a empréstimos nos bancos para a construção ou para abrir pequenos negócios.

Aqui se sugere a mesma linha de De Soto, na qual o capital se resolve pela propriedade (privada). Os argumentos em favor da legalização são aqueles que se estabelecem em torno do “Direito à Cidade”. Entretanto, algumas observações merecem ser postas à superfície.

A primeira é o fato de que as favelas, como vimos, crescem mais que as áreas ditas formais da cidade. Isso sugere que a exceção pode vir a se tornar a regra. A segunda, volto a enfatizar, os códigos da favela são outros; a propriedade, parece, nesse caso, assumir contornos burgueses, no inconsciente coletivo dos moradores. Ouvi de um morador, sem que eu tivesse perguntado nada a respeito: “Já vivemos assim até agora, o papel não irá mudar muita coisa”.

As áreas contempladas com o projeto Rocinha Mais Legal foram aquelas que estão nos limites dos bairros mais nobres e nos da floresta da Tijuca, portanto, é de se considerar que o objetivo é conter o crescimento sob o pressuposto de que uma vez regularizadas, essas áreas terão seu crescimento contido.

Para estes grupos sociais, o que prevalece é o Estado como “abstração real”, sua manifestação na Rocinha tem sido semelhante ao que se processou nas áreas de fronteira, guardadas as especificidades, é claro, em relação a estas e as fronteiras urbanas paulistas. São as temporalidades desconstruídas, como comenta o sociólogo José de Souza Martins, é lugar da violência. Daí, da reedição da acumulação primitiva capitaneada pelo capital, na sua realização.

A situação de fronteira no caso aqui estudado sugere o processo de desvalorização/valorização do capital no mesmo momento em que ao provocar o segundo pode promover a gentrificação.

Movimento análogo foi identificado pelo sociólogo J. S. Martins (1996:36) estudando a fronteira no Centro-Oeste e na Amazônia, que nos aponta: “quando não integrados no mercado de trabalho, os camponeses eram e são expulsos de suas terras e empurrados para ‘fora’ da fronteira econômica ou para ‘dentro’ como assalariados sazonais”. No caso da Rocinha, o processo de regularização fundiária, realizado apenas nas bordas apresenta clara intencionalidade de contenção de seu crescimento, supondo um maior controle após a regularização. No caso do PAC, o processo de valorização

supõe a referida desintegração, na medida em que a mencionada *gentrificação* aparecerá sob a forma de “expulsão branca”.

Por essa razão:

A categoria mais rica e apropriada para a reflexão sociológica [e eu acrescentaria para o estudo sobre a produção do espaço urbano] é a de frente de expansão porque ela se refere a lugar e tempo de conflito e de alteridade. (...) No Brasil, para os próprios membros do que se poderia chamar provisoriamente de sociedade da fronteira, a fronteira aparece frequentemente como o limite do humano. A fronteira é a fronteira da humanidade. Além dela está o não-humano, o natural, o animal. Se entendermos que a fronteira tem dois lados e não um lado só, o suposto lado da civilização; se entendermos que ela tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e mais abrangente estudar a fronteira como concepção de fronteira do humano. (MARTINS, idem, p. 34).

Enquanto nas frentes pioneiras ou de expansão, a violência subjugava peões, índios posseiros, observamos que algo análogo sucede na Rocinha. As observações feitas sobre as ações da polícia – e me foi dito repetidas vezes pelos seus moradores – que esta, através de suas malfadadas incursões provoca ainda mais violência. Os momentos tensos a que são submetidos homens e mulheres são reveladores dessa condição da fronteira.

A situação de fronteira impõe uma *pobreza* à vida cotidiana, imposta pela violência, pelo lugar da alteridade sugerida pelos diversos interesses de que se recobre o vir-a-ser da Rocinha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O VIR-A-SER: O PRATO ESTILHAÇADO OU SUA SUPERAÇÃO?

*Somente num contexto que integra os diferentes fatos da vida social (enquanto elementos do desenvolvimento histórico) numa **totalidade**, é que o conhecimento dos fatos se torna possível enquanto conhecimento da **realidade**. Esse conhecimento parte daquelas determinações simples, pura, imediatas e naturais (no mundo capitalista) que acabamos de caracterizar para alcançar o conhecimento da realidade concreta enquanto reprodução intelectual da realidade.*

G. Lukács.

Esta pesquisa procurou demonstrar o movimento subjacente à reprodução ampliada do capital, apreendendo-a sob à crítica da economia política do espaço. Abordou o conceito de *produção política da sociedade*, entendendo-se que esta se manifesta através de lacunas para a manutenção dessa mesma política, mas também, através da coerção e do consenso.

Nesses processos de produção política da sociedade deparei-me com sucessivos processos de alienação imbricados na reprodução das relações sociais de produção. Seus termos atravessaram as práticas sociais presentes na Rocinha. Acontecem em diferentes momentos de uma vida cotidiana que se apresenta em constante processo de degradação de acordo com os desideratos do andamento da acumulação ampliada do capital. Assim, quando mais se desenvolve este processo, mais se acentuam os termos da alienação, onde a maior exploração do trabalho assume o espectro do “negativo”.

Esses termos também aconteceram nas minhas andanças pela Rocinha, por isso a insistência de demonstrar a unidade entre a teoria, o método e os conceitos. Demonstrar a implicação do pesquisador teve como finalidade apresentar sua posição no processo de pesquisa. Consistiu num momento necessário para que se identificassem sua tomada de posição quando no escopo da pesquisa há uma pretensão de trabalhar a categoria *fronteira*. Portanto, tornou-se necessário apontar de que lado da fronteira se está tomando posição: dos milhares de trabalhadores que sofrem os mencionados sucessivos

processo de alienação, cuja culminância reflete sobre as representações sociais que se deflagram coladas às práticas sociais.

Essas práticas sociais têm resultados, poder-se-ia dizer, nefastos, pois são elas que têm orientado os equívocos em torno das intervenções das favelas. Afastam as possibilidades de mudança social do mesmo modo que ampliam os estigmas que separam moradores favelados e não moradores de favelas. Todavia, acrescenta-se que diante dos distintos metamorfismos vividos pelos moradores da poluição favelada e da Rocinha em particular (reféns, vítimas, cúmplices), sobressaem aquelas representações que os consideram como bandidos e/ou cúmplices de quadrilhas de traficantes. É uma situação que culminou nas continuidades das batidas policiais que diante da escalada da criminalidade violenta essa repressão, nos últimos anos, assumiu contornos ainda mais dramáticos representados pelos caveirões e BOPEs, alienando, assim um dos bens mais preciosos: a vida.

São mutilações e dilacerações que compõe o quadro do *vivido* nas favelas. Daí o enfoque dado à dimensão da vida cotidiana, de adentrar no vivido como forma de superar as representações do espaço, embora tenha se dado abertura de diálogo com o concebido.

Foi esta abordagem vislumbrada para tentar compreender os processos em que homem vai perdendo suas características de humanidade, de seu ser genérico, alienando-se em relação a si mesmo.

As especificidades apresentadas pelas populações que residem nas favelas e da Rocinha em particular estão permeadas por distintas temporalidades: um primeiro momento que não fazia parte da metrópole, seguido pelo auge da acumulação em função da expansão da mancha urbana e por fim a sua negação através de distintas ações.

Quando observamos os projetos e as intervenções sobre as favelas compreendemos que a negação da Rocinha ocorre sobreposta a sua afirmação na metrópole e desencadeia, numa perspectiva em que se destacam os termos de uma urbanização crítica, a impossibilidade do urbano para todos. Opera-se uma seletividade dos que podem e os que não podem ali permanecer. Os projetos de intervenção

urbanística – como o PAC e o programa de regularização fundiária, por exemplo – só acentuam tal seletividade, pois ao fim e ao cabo, o que pode se manifestar é a expulsão “silenciosa” de uma parcela significativa de moradores, já que nessa lógica prevalece um processo de valorização da área.

É um novo momento de dilaceração que se anuncia. Sua contra-face está no resgate da politização da população, da compreensão da produção do espaço. Esta é a razão pela qual houve forte reforço sobre a categoria produção no seu sentido amplo. A compreensão de que a produção inclui outras dimensões do cotidiano é um dos eixos que auxilia na reversão do processo de alienação. Deve-se, entretanto, incluir a produção do espaço, na medida em que este aparece incluído no processo de reprodução das relações de produção.

Sendo assim, se faz necessário reforçar que os posicionamentos que se abrem sobre os grupos sociais em que os processos de dilaceração do humano se pronunciam recaem sobre a recuperação de seu ser genérico, de sua *humanidade* e junto com ela a compreensão de como se manifestam os processos de reprodução das relações de produção nos quais o espaço é uma de suas partes estruturantes. É esse o posicionamento necessário que deve ser aberto para a superação das ditas dilacerações.

Os níveis de análise foram colocados a escrutínio, mas embora separados, uma observação mais detida demonstra que estão incluídos nos mesmos processos. São simultâneos e ocorrem numa dinâmica surpreendente. É o contorno dado às temporalidades desencontradas e que para chegar aos termos da negação do urbano para todos têm de permanecer dessa maneira. Desse modo, as possibilidades de mudança social, ou de tomada de consciência se vêm distanciadas. Isso explica, pelo menos em parte, a força desse movimento que pressupõe a totalidade. Entretanto, uma vez visto separados, reconhecidos os seus desencontros, podem operar-se formas de negação. Isso foi visto quando observamos que os moradores da Rocinha negam alguns desses projetos, como as manifestações negativas em torno do PAC ou a fraca adesão em torno do Projeto de regularização fundiária. Há, de novo, evidências, da tomada de consciência que “essa concepção de urbano” não é para todos. São momentos que considero desalienadores e só uma análise detida no cotidiano é capaz de reconhecê-los.

É por esse motivo que se optou pela categoria *fronteira* para colocar à luz os diversos níveis de análise. Na fronteira se observa simultaneamente os dois lados, portanto, se concebeu a possibilidade de recuperar o resgate de um diálogo entre as partes e destas com a totalidade.

No caso particular da Rocinha, a fronteira aparece simultaneamente de forma sutil e de forma material. No primeiro caso, quando se observa um processo de desvalorização dos bairros vizinhos, num primeiro momento, respondidos em grande parte pela ascensão da criminalidade violenta. As estratégias encetadas partem, digamos, do lado burguês. Não é acidental que tanto o Plano Diretor, quando o PAC e até mesmo o Projeto de Regularização Fundiária tenham partido desses bairros. Foram formulados, no caso dos dois primeiros pelo AMASCO (Associação dos Moradores e Amigos de São Conrado). Ao mesmo tempo, quando se observa a presença de representantes dessas entidades nas Assembleias mais importantes dos Projetos, como se fosse uma solenidade. Estamos, assim, diante de um dos momentos de *produção política da sociedade*. Seu corolário, vale insistir, é o desencadeamento de processos de alienação. Ao mesmo tempo, a materialidade dessas fronteiras também são visíveis na criação de objetos estranhos aos moradores: as monumentalidades que ocultam e criam fronteiras que separam os *bairros* (no caso entre São Conrado e Rocinha). Seus exemplos são a monumental passarela “presenteada” por Oscar Niemeyer e a “luxuosa” quadra poliesportiva com excelente infra-estrutura.

Essa lógica, assim, se aproxima da formação da fronteira urbana promovida pelo ciclo recente da acumulação que inclui o espaço em sua lógica reprodutiva, portanto, depreende-se a manutenção das contradições do espaço.

Todos esses momentos estão colados às transformações políticas, sociais e econômicas recentes que se manifestam de forma muito complexa, admitindo justaposições e sobreposições. O *vir-a-ser* da Rocinha depende, em parte, desses desvendamentos que estão aparentemente ocultos na vida cotidiana, onde é possível verificar que a humanidade participa de uma história que lhe escapa pelas mãos, como se do prato quebrado sobressaíssem apenas seus estilhaços, seus resíduos, mas as ações negativas, representadas pelos momentos desalienantes, uma vez potencializadas, podem significar novas janelas abertas do devir, de retomada da história ...

Referências Bibliográficas

- ABREU, Maurício de Almeida **Habitação Popular no Rio de Janeiro**: Primeira República. Fundação Casa de Rui Barbosa, IUPERJ, IBAM, Rio de Janeiro, 1984
- _____. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 2 edição. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ZAHAR, 1994.
- _____. **Reconstruindo uma História Esquecida: Origem e expansão inicial das favelas**. **Espaço & Debates**, vol 2. 1994
- _____. **Da Habitação ao Habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução**, in: **Revista Rio de Janeiro**, n.º 2, Abril, 1986.
- ALVES, R. **O bandido e outras Histórias da Rocinha**. Rio de Janeiro: 7. Letras, 1997
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Editora Cortez, 1999.
- _____. **Os sentidos do Trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Editora Boitempo, 2002
- BAÍIA, P. R. S. **A Tradição Reconfigurada**: mandonismo, municipalismo e poder local no município de Nilópolis e no bairro da Rocinha na Região Metropolitana. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, CPDA, 2006.
- BIHR, A. **Le nombre et le drame**. Essai métaphilosophique sur les rapports entre le conçu et le vécu (mimeo, s/d)
- CARLOS, Ana F. **A Geografia Crítica e a crítica da Geografia**. **Scripta Nova** (Barcelona), v. XI, p. 3, 2007
- _____. **Novas” Contradições do Espaço**. In: DAMIANI, Amélia Luisa et al. (Org.). **O Espaço no Fim do Século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.
- _____. **A Reprodução da Cidade como Negócio**. In: Carlos, A. F. A.; Carreras, C.. (Org.). **Urbanização e Mundialização**. Estudos sobre a metrópole. São Paulo: Editora Contexto, 2004, v. , p. 29-37.
- CARLOS, A. F. A. (Org.) ; CARRERAS, Carles (Org.) . Barcelona y São Paulo cara a cara. **Procesos metropolitanos e la era de la globalización**. 1. ed. Barcelona: Editorial davinci, 2006.
- DAMIANI, Amélia Luisa. **A Urbanização Crítica na Metrópole de São Paulo, a partir de fundamentos da Geografia Urbana**. **Revista da ANPEGE**, v. 5, p. 51-70, 2009.
- _____. **Espaço e Geografia**: Observações de Método - Elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia; - Ensaio sobre Geografia Urbana a partir da Metrópole de São Paulo, *Ano de obtenção*: 2008. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- _____. **A Metrópole e a Indústria**: reflexões sobre uma urbanização crítica. **Terra Livre**, São Paulo, v. 15, p. 21-37, 2000.
- _____. **As Contradições do Espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço**. In: **O espaço no Fim do Século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

- _____. **População e Geografia**, São Paulo: Contexto, 1999.
- _____. O Lugar e a Produção do Cotidiano. In: Ana Fani Alessandri Carlos. (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 1999, v. 1, p. 161-172.
- DAMIANI, Amelia Luisa; Rocha, Alexandre Souza da; Alfredo, Anselmo; branquinho, Evânio dos Santos; SILVA, Flávia Elaine da; Gonçalves, Jean Pires de Azevedo; Marini, Luciano; Silva, Márcio Rufino; Baitz, Ricardo. **O futuro do Trabalho** - Elementos para a discussão das taxas de mais-valia e de lucro. 1.ª. ed. São Paulo: AGB-São Paulo/ Programa de Pós-graduação em Geografia Humana-LABUR, FFLCH-USP, 2006. v. 1. 70 p.
- DE SOTO, H. **O mistério do capital**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- DRUMMOND, D. **Les architectes des favelles**. Les pratiques de l'espace. Paris: Dunod, 1981.
- DEBORD, G. **Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- FIORI, José Luís Fiori. **60 Lições dos 90**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- GAUDEMAR, J-P. **Mobilité du Travail et Accumulation du Capital**. Paris: Editora Maspero, 1976.
- GIANNOTTI, J. A. **Trabalho e Reflexão** – Ensaio para uma Dialética da Sociabilidade, São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **As Classes Perigosas: banditismo urbano e rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Editora Loyola, 2005.
- _____. **Los Limites Del Capital e La Teoria Marxista**. México: Editora Fondo de Cultura, 1989.
- _____. **A condição Pós-Moderna**. São Paulo: Editora Loyola, 1989.
- IANNI, O. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1992.
- IPHAN – UPMMR. **Varal de Lembranças. Histórias da Rocinha**. Rio de Janeiro: Iphan-UPMMR, 1983.
- HIBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem Populacional**, 2001.
- IPP – Instituto Pereira Passos. **Plano Diretor decenal de 1992: Subsídios para sua revisão**. Rio de Janeiro: IPP, 2005.
- HIRATA, Helena. O Estado como Abstração Real? São Paulo: **Estudos CEBRAP**, 1980.
- HISSA, C. **A mobilidade das fronteiras**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- KONDER, L. **Hegel** - a razão quase enlouquecida. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991.

- LATOUR, Patricia & Combes, F. **Conversation avec Henri Lefebvre**. Paris: Messidor, 1991.
- LEEDS, A. Leeds, E. **O novo Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.
- LEFEBVRE, Henri. **La Production De L'espace**. Paris: Editora Anthropos, 2004.
- _____. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Edicions Península história/ciência/sociedade. Série universitária n.º 79. 4.ª ed., , 1978.
- _____. **De l'État - 4**. Les Contradictions de l'État Moderne. Paris: Union Générale d'Éditions, 1978.
- _____. **Le Materialismo Dialectique**. Paris: Anthropos, 1971.
- _____. **Critique de la Vie Quotidienne. Tome II** : Fondements d'une sociologie de la quotidienneté. Paris: l'Arche, 1958.
- LIPIETZ, A. **Audácia**: Uma Alternativa para o século XXI. São Paulo: Editora Studio Nobel, 1999.
- LOBO, Eulália; Carvalho, Lia A. e Stanley, Myrian. **Questão habitacional e movimento operário**. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 1989.
- LUDEMIR, J. **Sorria! Você está na Rocinha**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- _____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural (coleção os pensadores), 2004.
- _____. **Sálario, Preço e Lucro**. São Paulo: Abril Cultural (coleção os pensadores), 2004.
- MARTINS, Sérgio. Crítica à Economia Política do Espaço. In: DAMIANI, Amelia Luisa et al. Org.). **O Espaço no Fim do Século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.
- _____. O Urbanismo, esse (Des)conhecido Saber Político. **Revista de Estudos Urbanos e Regionais**. São Paulo: V3, N2, 2000.
- MARTINS, J. S. **Fronteira**. A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- _____. **A Sociabilidade do Homem Simples**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.
- _____. **Expropriação e Violência**. São Paulo: Editora Hucitec, 1983.
- MÉSZÁROS, I. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, Editorial, 2002.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco**. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.
- ORTIZ, R. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.
- PARISSE, L. **Favelas do Rio de Janeiro: evolução – sentido**. Rio de Janeiro: PUC/CENPHA, 1969.
- PASSET, R. **A Ilusão Neo-liberal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

- PERLMAN, J. **O Mito da Marginalidade :favelas e política no Rio de Janeiro.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1981.
- RAYMOND, Henri. **Paroles d'Habitants.** Paris: HARMATTAN, 2002.
- RAYMOND, Henri, Haumont, N., Dezés, M.G., Haumont, A. **L'habitat Pavillonnaire.** Paris: HARMATTAN, 2002.
- REZENDE, V. **Planejamento Urbano e Ideologia.** Quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.
- RIBEIRO L. C. de Q., Cardoso, A. L. **Dualização e Reestruturação Urbana.** Rio de Janeiro: FASE – IPPUR/UFRJ, 1990
- SAGMACS - (Sociedade de Análises Gráficas e Mecano-gráficas Aplicadas aos Complexos Sociais). **Aspectos Humanos da Favela Carioca. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1960.**
- SANTOS, C. N. F. A cidade, os Comportamentos e as Leis. In: Valladades, L. do P. (org). **Habitação em Questão.** Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- _____. A desordem é só uma ordem que exige uma leitura mais atenta. In: Blay, E. A **Luta pelo Espaço.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978
- SEGALA, L. **O Riscado do Balão Japonês.** Trabalho comunitário na Rocinha (1977-82). Rio de Janeiro: Museu Nacional. (Dissertação de Mestrado), 1991
- SOJA, Edvard. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- SOUZA, M. L. **Fobópole.** O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2008.
- _____. **O Desafio Metropolitano. Um Estudo sobre a Problemática Sócio-espacial nas Metrôpoles Brasileira** Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2002.
- VALLA, V. **Educação e Favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985.** Petrópolis: Editora Vozes, 1986
- VALLADARES, Lícia P. **A Invenção da Favela: do mito de origem a favela.com.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- _____. **Passa-se uma Casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1980.
- VALLADARES, Lícia P. e Coelho, Magda Prates. **Governabilidade e Pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1998.
- ZALUAR, A. **A Máquina e a Revolta.** As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ANEXOS

Foto 13 - Fábrica Laranjeiras.

Indicíos de que a industrialização induz o processo de urbanização e o ordenamento do espaço. A fábrica acima foi substituída por residências de elevados status

Fonte: Arquivo da Cidade

Foto 14 - Fábrica Bangu.

A fábrica Bangu – marca, em parte, o movimento da industrialização em direção às áreas periféricas.

Fonte: Arquivo da Cidade.

Foto 15 – Becos na Rocinha

Observe-se a simultaneidade do movimento de negação – as condições insalubres dos espaços da Rocinha e ao mesmo tempo sua incorporação como consumidores. As redes de cabo telefônicos e de TVs propiciam sua integração ao mundo da mercadoria.

(foto do autor, 2007)

Foto 16 – A presença do residual

Um dos poucos barracos de madeira que restam entre os afloramentos rochosos, que marcam também a raridade do espaço.

Fotos 17 e 18 – Beco da Rua 4

A passagem aí é mediada (e medida) pelo corpo e este parece ser a medida de todas as coisas.

(foto do autor, 2008)

**Foto 19 – A precariedade de
abastecimento de água**

Foto do autor (2007)

**Foto 20 – Os sobes e desce do cotidiano pelas
escadarias e seus labirintos**

Foto do autor (2007)

Fotos 21 -22 – Aspectos de uma mesma área da Rocinha antes e após as intervenções da PAC

Flagrante da “maquiagem” do PAC Foto do autor (2007 e 2010, respectivamente)
Após a inauguração da nova passarela, projetada por um famoso arquiteto, as casas que margeiam a auto-estrada Lagoa-Barra foram pintadas, talvez inspiradas (ou desviadas?) dos quadros Nâïf.

Foto 23 - os sobe e desce das escadas

As inúmeras direções das escadarias lembram muito as obras do artista Escher.

Figura 2 – O momento de operação do Negativo

Figura 3 – “Tendências” da Produção Política da Sociedade

Exército ocupa favelas que são territorializadas por policiais e milicianos

Fonte: Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 18 de setembro de 2008.

Figura 4 – Momento que revela manipulação política em função da candidatura de Claudinho da Academia

Fonte: Jornal do Brasil, 18 de setembro de 2008.

Figura 5 – simbiose entre o legal e ilegal

Um dos exemplos das “novas” tendências da economia/Fonte: Jornal *O Dia*, 3/04/2010

Figura 6 – Momentos que revelam a mudança da quantidade em qualidade.

Fonte: Jornal O Globo. Rio de Janeiro: 11 de outubro de 2005.

EXTRA • Terça-feira 25 de maio de 2010

GERAL

FAVELADO GAME

FAVELADO GAME

FAVELADO GAME

ELAS DO FAVELADO GAME: o jogador tem de pedir esmolas, assaltar no sinal de trânsito e roubar esmolas em altar de igreja para juntar dinheiro, progredir no jogo e comprar a Maracanã

MEMÓRIA POLEMICA

Tabuleiro adaptado à geografia carioca

REPRODUÇÃO 11.2007

■ Em novembro de 2007, um jogo de tabuleiro provocou polêmica entre autoridades. Criado pelo designer Fábio Lopez, o "War in Rio" substituiu os continentes e mapas do jogo original pelas várias regiões da cidade e da Baixada Fluminense. Em vez de exércitos, o jogador deveria mover integrantes do Bope, de milícias e de facções criminosas. À época, o secretário estadual de Segurança, José Mariano Beltrame, e o então chefe de Polícia Civil, Gilberto Ribeiro, disseram que, se dependesse de suas autorizações, o "War in Rio" não seria comercializado.

A associação entre o Rio de Janeiro e a violência e o tráfico de drogas também foi exposta em episódios

as Olimpíadas. Chicago enviou a Oprah e a Michelle. O Brasil mandou 50 strippers e meio quilo de pó. Não foi uma competição justa", disse ele.

O prefeito Eduardo Paes, à época, devolveu o insulto: "É tão sem nexos, é um sujeito tão descompromissado com o que está dizendo. Eu acho ele um bom ator, enfim. Tá com dor de corno".

O seriado "Os Simpsons" também receberam críticas ao abordar a imagem da cidade: cariocas falavam espanhol, conviviavam com animais selvagens — como jiboias comedoras de crianças — a cidade é infestada de ratos e um dos personagens da série americana era sequestrado no Rio.

WAR IN RIO: designer criou jogo usando o tráfico e o Bope

que ganharam repercussão internacional. Em entrevista num dos programas mais populares dos Estados Unidos, o "Late Show", de David Letterman, o ator Robin Williams

fez uma piada sobre a escolha do Rio de Janeiro para sede das Olimpíadas: "Espero que ela (Oprah, apresentadora de TV popular nos Estados Unidos) não esteja chateada com

Fonte: Jornal Extra. Rio de Janeiro: 25 de maio de 2010.

Figuras 7 e 8 – A potência das representações

Figuras 9 e 10 – As promessas (sic) das intervenções realizadas pelo PAC.

Fonte: Documento de Divulgação do PAC. Ministério das Cidades: Sem Data.

Figura 11 – Evidências da reedição da escola hausmanniana através do PAC

Fonte: Documento de Divulgação do PAC. Ministério das Cidades: Sem Data.

Figura 12 – Momento da mistificação – apresentação das “vantagens” do PAC

Fonte: Jornal Rocinha Notícias. Rio de Janeiro: Maio/junho de 2008.